MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

SUMÁRIO DE EXPEDIENTE

Tipo de Expediente:	Ofício
Tipo de Entrega:	Eletrônica
Tipo de Protocolo:	Interno
Criador:	JOAO ELIAS DE HOLANDA GOMES
Prioridade:	Baixa (Normal)
Data do Expediente:	12/08/2026 11:55:58
Critério de Acesso:	Público
Resumo do Documento:	Oficialização de Demanda - Contratação de Empresa de Manutenção Predial

Código do Assunto	Descrição do Assunto
930067	Manutenção Predial

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:23**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Senhor Diretor-Geral,

Venho por meio deste oficializar a necessidade de contratação de empresa engenharia especializada para executar serviços comuns de manutenção e adequação predial, preventiva, corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas.

Justificativa: Apesar de o Ministério Público do Estado de Alagoas possuir contratação similar, vigente até 01 de novembro de 2026, conforme contrato de nº PGJ/AL-24/2025, a contratada não tem interesse na renovação do Contrato. Esta iniciativa objetiva solucionar a continuidade dos serviços de engenharia em comento, pois, causariam prejuízos imensuráveis ao Ministério Público, primordialmente no que tange ao cumprimento da garantia da infraestrutura física adequada e apropriada para desenvolvimento das suas atividades.

Para instrução do processo, segue em anexo documento de formalização de demanda, estudo técnico preliminar, análise de risco e termo de referência com todas as informações necessárias à análise e aprovação do pleito.

Sem mais para o momento, me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

JOÃO ELIAS DE HOLANDA GOMES
CHEFE DA SEÇÃO DE ENGENHARIA DO MPAL

Expediente assinado eletronicamente por **JOAO ELIAS DE HOLANDA GOMES**, em 12/08/2026 11:55:58, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

A validade deste documento pode ser conferida no site https://sistemas.mpal.mp.br/ged/Administrativo/#/Expediente/ informando o número do expediente: **20.08.1353.0000244/2026-55.**

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **Anexo I - Documento de Formalização de Demanda**

Data de Criação: **12/08/2026 11:55:38**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ANEXO I
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Diretoria): Seção de Engenharia
Responsável pela Demanda: João Elias de Holanda Gomes
Cargo: Chefe da Seção de Engenharia do Ministério Público do Estado de Alagoas
E-mail: elias.gomes@mpal.mp.br
Objeto: ( ) Serviço não continuado ( ) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra (X) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra ( ) Material de consumo ( ) Material permanente/equipamento

1. Objeto e quantitativos
Contratação de empresa de engenharia especializada para executar serviços comuns de manutenção e adequação predial, preventiva, corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas.

2. Justificativa da necessidade da contratação e de seus quantitativos
Registre-se primeiramente que o Ministério Público do Estado de Alagoas possui contratação similar, vigente até 01 de novembro de 2026, conforme contrato de nº PGJ/AL-24/2025, porém, a contratada não tem interesse na renovação do Contrato. Esta iniciativa objetiva solucionar a continuidade dos serviços de engenharia em comento, pois, causariam prejuízos imensuráveis ao Ministério Público, primordialmente no que tange ao cumprimento da garantia da infraestrutura física adequada e apropriada para desenvolvimento das suas atividades.

3. Previsão da necessidade de início da prestação do serviço ou entrega do objeto
Cinco dias após a assinatura e entrega da Ordem de Serviço do Contrato

4. Indicação do(s) integrante(s) da equipe de planejamento e do responsável pela fiscalização
João Elias de Holanda Gomes Caio Roberto Monteiro Neves Taynah Machado Lisboa Rabelo Bruno Henrique Silva de Lima

Anexo 2

Descrição do Arquivo:	**Anexo II - Estudo técnico preliminar**
Data de Criação:	**12/08/2026 11:55:40**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público
O Ministério Público do Estado de Alagoas possui contratação similar, vigente até 01 de novembro de 2026, conforme contrato de nº PGJ/AL-024/2025, porém, a contratada não tem interesse na renovação do Contrato. A realização de novo processo licitatório objetiva solucionar a continuidade dos serviços de manutenção predial, visto que sua interrupção causaria prejuízos imensuráveis ao Ministério Público, primordialmente no que tange ao cumprimento da garantia da infraestrutura física adequada e apropriada para desenvolvimento das atividades dos membros e servidores.

2. Requisitos da contratação
A contratação de empresa de forma continuada é uma necessidade do Ministério Público, haja vista ser essencial à manutenção da infraestrutura dos prédios da instituição, de modo que sua interrupção comprometeria a prestação do serviço público, assim como o cumprimento das atividades finalísticas do MPAL. A contratação deverá ser robusta o suficiente para abranger as várias demandas existentes nos prédios do Ministério Público, como vários tipos de cobertura (laje impermeabilizada, telhamento cerâmico e de fibrocimento), janelas (madeira, alumínio e vidro com alumínio) e portas (madeira, metálica, alumínio, vidro com alumínio, divisória naval e de vidro), bem como os diversos tipos de forro (gesso, gesso acartonado, PVC, madeira, forro mineral e forro modulado de EPS), lâmpadas, bombas, motores e outros aspectos que inerente à manutenção da funcionalidade dos ambientes ministeriais. Cabe ainda acrescentar que o contrato abrangerá manutenções preventivas, corretivas e preditivas nas áreas prediais, o que envolve as áreas elétrica, hidrossanitária e civil, nos seus mais variados aspectos.

3. Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala

Os valores abaixo, mostram a distribuição percentual do valor global do contrato, com base no histórico de contratações similares realizadas pelo MPAL ao longo dos últimos sete anos e dos serviços de modernização e manutenção planejados para o ano de 2027.

O valor estimado para cada unidade foi embasado em casos concretos, frutos das manutenções prediais executadas pela seção de engenharia durante o exercício de 2023/2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS			
	Região	**Valor Estimado com BDI de 25% (R$)**	**Porcentagem (%)**
1	Metropolitana	R$ 628.088,58	35%
2	Tabuleiros do Sul	R$ 179.453,88	10%
3	Baixo São Francisco	R$ 89.726,94	5%
4	Agreste	R$ 269.180,82	15%
5	Planalto da Borborema	R$ 179.453,88	10%
6	Serrana dos Quilombos	R$ 89.726,94	5%
7	Norte	R$ 179.453,88	10%
8	Médio Sertão	R$ 89.726,94	5%
9	Alto Sertão	R$ 89.726,94	5%
Valor Total Estimado		R$1.794.538,80	100%

4. Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

1. Contratação com mão de obra exclusiva e continuada, com fornecimento de material, equipamentos, ferramentas e logística;
2. Contratação de mão de obra exclusiva e continuada com equipamentos, ferramentas e logística, sem fornecimento de material, o que se daria por outras contratações;
3. Contratação através de Ordem de Serviços, por demanda, sem mão obra com dedicação exclusiva.

SOLUÇÃO 1 - Esse modelo de execução confere maior agilidade no atendimento das solicitações, porém, pelo fato de se tratar de mão de obra com dedicação exclusiva, os custos fixos são elevados e podem onerar o órgão mesmo em períodos de baixa demanda de serviços. Ademais, o fato de que os postos de trabalho são fixos e pré-determinados, restringe o rol de atividades passíveis de serem executadas e diminui a eficácia do contrato em serviços realizados com menor frequência.

SOLUÇÃO 2 - Implicaria em realizar várias contratações e licitações e tratar com mais de uma empresa, o que dificultaria a centralização e controle de todo o processo de execução das manutenções. Ainda poderia incorrer na contratação de uma empresa de mão de obra e no fracasso da licitação de materiais, ou o inverso. Ainda, poderia gerar estoque desnecessário de materiais para a Administração, a qual precisaria dispor de local adequado para acondicionamento dos insumos. Outro problema possível seria a demora que a existência de inúmeras licitações poderia gerar, impedindo o atendimento célere das demandas de manutenção rotineiras. Atualmente, o MPAL possui contrato de dedicação exclusiva de mão de obra (PGJ/AL nº 09/2024), porém este não supre a totalidade das demandas existentes nos prédios da instituição, sendo destinado principalmente a pequenos consertos e verificações nas instalações elétricas e hidrossanitárias da capital.

SOLUÇÃO 3 - A contratação por Ordem de Serviço (OS), possibilita maior flexibilidade e agilidade no atendimento das demandas de manutenção rotineiras e planejadas. Além disso, por ser o modelo de execução contratual vigente no MPAL, a equipe técnica da Seção de Engenharia está familiarizada com o processo operacional, o qual vem sendo otimizado com a disponibilização da Central de Atendimento ao Usuário - CAU e com a aquisição da licença do software de orçamentação ORÇAFASCIO.

5. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte

O valor estimado e máximo aceitável nas propostas para execução dos serviços é de R$ 1.794.538,80 (Um milhão, setecentos e noventa e quatro mil quinhentos e trinta e oito reais e oitenta

centavos), com base no valor utilizado anualmente durante a vigência do Contrato PGJ/AL-15/2023.

Os valores estimados para a contratação pretendida servirão como balizamento para julgamento do presente certame, cabendo ao CONTRATANTE a definição e a estipulação dos quantitativos totais dos serviços a serem executados durante a vigência do contrato, sempre fundamentado por estudos de viabilidade técnica, não estando o CONTRATANTE obrigado a executá-los totalmente, ou, podendo ainda, fazer supressões e compensações dos valores entre as mais diversas unidades do Ministério Público, bem como acréscimos, observando para isto, o limite máximo do valor global contratado, a disponibilidade orçamentária e as regras estabelecidas na legislação pátria, neste instrumento e seus anexos.

6. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso

Contratação de empresa de engenharia especializada para executar serviços comuns de manutenção e adequação predial, preventiva, corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas.

O percentual de desconto a ser registrado na proposta refere-se ao desconto sobre os serviços da tabela SINAPI com desoneração, na sua falta, ORSE, em seguida outros bancos de dados oficiais (com as devidas adequações à condição do mercado local) e, por fim, Cotações de Mercado, quando devidamente justificadas pela Fiscalização/Gestão do Contrato. Esta cadeia de prioridade deve ser seguida durante toda a vigência contratual.

Os valores registrados no Termo de Referência para fins de balizamento das propostas são meramente estimativos, não ensejando a obrigatoriedade da Administração executá-los em sua integralidade.

Neste sentido, a Seção de Engenharia promoverá o planejamento de contratação de empresa de engenharia para a exclusiva realização dos presentes serviços, por meio de lavratura de ordens de serviço e seu respectivo pagamento após medição e confirmação dos resultados alcançados, registrados através de relatório fotográfico. Para tanto, adotou-se como parâmetro de composição dos preços unitários o sistema SINAPI e outros bancos oficiais, conforme detalhamento contido no e apresentados de modo não-exaustivo na Planilha Geral de composições, anexa ao Termo de

Referência.

O valor de cada Ordem de Serviço será obtido da soma dos custos unitários de insumos ou serviços, que deverão ser iguais ou menores que seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI –, mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal na rede mundial de computadores, aplicando-se o desconto ofertado na proposta e, posteriormente, incidindo o BDI proposto.

7. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

Todos os itens que compõem o objeto devem ser adjudicados a uma única empresa, visto que o parcelamento da solução gera perda da economia de escala. Ainda, o agrupamento dos itens importa em maior agilidade nos atendimentos, melhor gestão e fiscalização por parte da equipe técnica da Seção de Engenharia e simplificação na cadeia de atribuição de responsabilidades, em caso da necessidade de utilizar a garantia inerente aos serviços.

8. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

A Seção de Engenharia entende que a alternativa que melhor atende à necessidade do MPAL no que tange a realização de manutenções preventivas, preditivas e corretivas, bem como modernizações em geral é a SOLUÇÃO 3, por conferir maior flexibilidade e agilidade no atendimento das solicitações oriundas dos diversos setores da instituição.

Maceió/AL, 12 de agosto de 2026

JOÃO ELIAS DE HOLANDA GOMES
CHEFE DA SEÇÃO DE ENGENHARIA DO MPAL

Anexo 3

Descrição do Arquivo: **Anexo III - Análise de riscos**

Data de Criação: **12/08/2026 11:55:41**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO III
ANÁLISE DE RISCOS

RISCO 01 - Termo de Referência incompleto ou inadequado		
Probabilidade	**(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta**	
Impacto:	**( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto**	
Id	**Dano**	
1.	Elaboração de edital inadequado gerando recursos ou impugnação quando da sua publicação.	
2.	Atraso no procedimento licitatório devido à republicação do edital.	
3.	Contratação com prejuízos para administração.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Capacitar pessoal ou designar pessoal capacitado para executar a atividade.	Diretoria Geral
2.	Realização de estudos preliminares anteriores à elaboração do termo de referência	Seção de Engenharia
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.	Recomendar correções e/ou adequações no termo de referência.	Diretoria Geral/Controladoria Interna/Consultoria Jurídica
2.	Não aprovar termo de referência	Diretoria Geral/Controladoria Interna/Consultoria Jurídica

RISCO 02 - Especificações insuficientes para a prestação do serviço		
Probabilidade	**(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta**	
Impacto:	**( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto**	
Id	**Dano**	
1.	Serviços sendo prestados de forma que não abrangem todas as necessidades institucionais.	
2.	Empresas de baixa qualificação na prestação dos serviços.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Revisão por servidor que não faz parte da equipe de planejamento da contratação.	Seção de Engenharia
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.	Retorno do processo para correção do objeto.	Diretoria Geral
2.	Interromper prazo de publicação para correção do objeto e republicação.	Comissão Permanente de Licitação

RISCO 03 - Solução inadequada para a contratação		
Probabilidade	**(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta**	
Impacto:	**( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto**	
Id	**Dano**	
1.	Não atendimento da necessidade demandada.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Realizar estudos técnicos preliminares identificando todas as partes da solução necessárias ao atendimento da necessidade que originou a demanda.	Seção de Engenharia

Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**

1.	Retorno do processo para correção da modalidade/procedimento licitatório a ser adotado.	Diretoria Geral

RISCO 04 - Requisitos para a contratação insuficientes ou desnecessários		
Probabilidade	**( ) Baixa (x) Média ( ) Alta**	
Impacto:	**( ) Baixo (x) Médio ( ) Alto**	
Id	**Dano**	
1.	Restrição de participação na licitação.	
2.	Empresas de baixa qualificação na prestação dos serviços.	
3.	Não produz resultados capazes de atender à necessidade da contratação.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Iniciar a elaboração do termo de referência ou projeto básico após a aprovação dos estudos técnicos preliminares.	Seção de Engenharia
2.	Definir os requisitos necessários e suficientes para a contratação, de forma que o objeto seja precisamente definido, contemplando os requisitos mínimos de qualidade, segurança e sustentabilidade.	Seção de Engenharia
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.	Melhor capacitação técnica para definir os requisitos mínimos para a contratação conforme legislação.	Diretoria Geral

RISCO 05 - Descrição insuficiente do modelo de execução do objeto no TR		
Probabilidade	**(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta**	
Impacto:	**( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto**	
Id	**Dano**	
1.	Definição equivocada do regime de execução da contratação no edital de licitação.	
2.	Subjetividade para acompanhamento, fiscalização e medição para pagamento do contrato.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Definir o regime de execução da contratação (EDITAL) derivado do modelo de execução do objeto (TR).	Seção de Elaboração de Editais
2.	Descrever o modelo de execução do objeto contendo: descrição da dinâmica do contrato, acompanhamento, fiscalização e recebimento do objeto.	Seção de Engenharia
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.	Questionar a área demandante quanto ao modelo de execução do objeto para definir o regime de execução da contratação.	Seção de Elaboração de Editais

RISCO 06 - Fiscal sem habilitação e/ou experiência técnica		
Probabilidade	**(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta**	
Impacto:	**( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto**	
Id	**Dano**	
1.	Recebimento do objeto sem atender às necessidades demandadas.	
2.	Prejuízo/desperdício de recursos.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Capacitar o servidor, habilitando-o para a fiscalização técnica do objeto.	Diretoria Geral

2.	Estruturar o corpo técnico da Seção de Engenharia nas áreas onde não há profissionais habilitados.	Procuradoria Geral de Justiça
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.	Contratar empresa para auxiliar na fiscalização do objeto.	Procuradoria Geral de Justiça

TABELA DE NÍVEL DE RISCO				
NÍVEL DE RISCO		**PROBABILIDADE DO RISCO**		
		BAIXA	**MÉDIA**	**ALTA**
IMPACTO DO RISCO	**BAIXO**	ACEITÁVEL	ACEITÁVEL	ACEITAÇÃO INTERMEDIÁRIA
	MÉDIO	ACEITÁVEL	ACEITAÇÃO INTERMEDIÁRIA	INACEITÁVEL
	ALTO	ACEITAÇÃO INTERMEDIÁRIA	INACEITÁVEL	INACEITÁVEL

ENQUADRAMENTO DOS RISCOS				
NÍVEL DE RISCO		**PROBABILIDADE DO RISCO**		
		BAIXA	**MÉDIA**	**ALTA**
IMPACTO DO RISCO	**BAIXO**			
	MÉDIO		RISCO 04	
	ALTO	RISCOS 01, 02, 03, 05 e 06		

Maceió-AL, 12 de agosto de 2026.

JOÃO ELIAS DE HOLANDA GOMES
CHEFE DA SEÇÃO DE ENGENHARIA DO MPAL

Anexo 4

Descrição do Arquivo: **Anexo IV - Termo de Referência**

Data de Criação: **12/08/2026 11:55:41**

TERMO DE REFERÊNCIA

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa de engenharia especializada para executar, sob demanda, serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização de edificações.	1627	Unidade	1	R$ 1.794.538,80	R$ 1.794.538,80

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que são necessários para a manutenção da atividade administrativa, se configurando como essencial para a integridade e funcionamento das atividades administrativas de forma rotineira e permanente do edifício, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as necessidades permanentes ou prolongadas de manutenção e conservação das edificações.

Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão

aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação visa garantir a manutenção da infraestrutura das edificações do Ministério Público de Alagoas, assegurando o funcionamento contínuo e adequado dos imóveis, com intervenções imediatas em casos de falhas e a realização de melhorias preventivas e corretivas. O contrato vigente, de nº PGJ/AL-24/2025, será encerrado em 01 de novembro de 2026, não havendo interesse na renovação por parte da contratada.

2.2 A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, disponível no link https://transparencia.mpal.mp.br/principal/publicacoes/126.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Trata-se da contratação de empresa especializada em engenharia para a prestação de serviços contínuos, sob demanda, de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, incluindo adaptações e modernizações dos edifícios do Ministério Público do Estado de Alagoas.

3.2 Os serviços serão prestados/executados nas edificações cujos dados estão discriminados no quadro abaixo, e outras que possam ser incorporadas, com a devida estimativa dos respectivos custos distribuídos por região no quadro seguinte:

Edificação		Distância (Ref. Maceió)	Área Terreno (m²)	Área Construção (m²)
1	Sede da Procuradoria Geral de Justiça	-------	847,94	6.686,27
2	Anexo I do Ministério Público	-------	1.702,00	732,85
3	Centro de Apoio Operacional - CAOP	-------	405,40	810,80
4	Promotorias de Justiça da Capital	-------	6.500,00	1.498,07
5	Ministério Público Comunitário	-------	438,54	143,30
6	Promotoria de Boca da Mata	75 km	435,54	204,89

7	Promotoria de Traipu	183 km	274,68	58,44
8	Promotoria de Limoeiro de Anadia	109 km	586,50	217,15
9	Promotoria de Matriz de Camaragibe	84 km	295,20	204,89
10	Promotoria de Piranhas	283 km	348,47	236,36
11	Promotoria de Maragogi	130 km	414,00	225,90
12	Promotoria de Pão de Açúcar	237 km	104,28	139,40
13	Promotoria de Marechal Deodoro	28 km	200,81	171,72
14	Promotoria de Porto Calvo	105 km	160,38	160,38
15	Promotoria de São Miguel dos Campos	58 km	900,00	607,65
16	Promotoria de Arapiraca	131 km	4.491,35	1.190,30
17	Promotoria de Delmiro Gouveia	295 km	101,75	101,75
18	Promotoria de Rio Largo	22 km	1.800,00	358,75
19	Promotoria de Penedo	168 km	2202,43	383,78
20	Promotoria de Palmeiras dos Índios	138 km	170,13	152,00
21	Promotoria de Santana do Ipanema	209 km	338,62	846,55
22	Promotoria de União dos Palmares	79 km	77,29	154,58
23	Promotoria de Atalaia	46 km	1110	240
24	Promotoria de Murici	54 km	2193,89	240

Microrregião		Valor Estimado com BDI de 25%	Porcentagem
1	Metropolitana	R$ 628.088,58	35%
2	Tabuleiros do Sul	R$ 179.453,88	10%
3	Baixo São Francisco	R$ 89.726,94	5%
4	Agreste	R$ 269.180,82	15%
5	Planalto da Borborema	R$ 179.453,88	10%
6	Serrana dos Quilombos	R$ 89.726,94	5%
7	Norte	R$ 179.453,88	10%
8	Médio Sertão	R$ 89.726,94	5%
9	Alto Sertão	R$ 89.726,94	5%
Valor Total Estimado		**R$ 1.794.538,80**	**100%**

3.3 O valor estimado para cada unidade foi embasado em casos concretos, frutos das manutenções prediais executadas pela secção de engenharia durante os exercícios de 2024 e 2025.

3.4 A Administração não se obriga a realizar serviços que atinjam a totalidade do valor estimado e somente serão pagos os valores efetivamente realizados.

Definições

3.5 **Manutenção Corretiva:** Refere-se às intervenções feitas para reparar falhas ou defeitos que já ocorreram em equipamentos ou sistemas. É realizada após a identificação de um problema e visa restaurar a funcionalidade o mais rápido possível. Exemplo: A troca de uma bomba de água quebrada no sistema hidráulico do prédio.

3.6 **Manutenção Preventiva:** É uma abordagem de manutenção planejada e programada com antecedência para evitar a ocorrência de falhas ou desgastes excessivos em equipamentos e sistemas. Baseia-se em intervalos de tempo predeterminados ou critérios de uso, independentemente da condição atual dos ativos. O objetivo é reduzir a probabilidade de falhas inesperadas e aumentar a vida útil dos equipamentos. Exemplos de técnicas utilizadas incluem lubrificação, limpeza, ajuste, substituição de peças desgastadas e inspeção visual de componentes. Exemplo: A troca periódica de filtros de ar-condicionado conforme recomendação do fabricante para evitar o acúmulo de sujeira que pode comprometer o desempenho do sistema, garantir a eficiência energética e evitar falhas que resultem em altos custos de reparo e perda de conforto dos usuários.

3.7 **Manutenção Preditiva:** Utiliza ferramentas de monitoramento contínuo e análise de dados para prever quando uma falha pode ocorrer, permitindo que a manutenção seja realizada antes que o problema se manifeste. Baseia-se em técnicas como análise de vibração, ultrassom, ou termografia para antecipar defeitos. Exemplo: A inspeção termográfica dos quadros elétricos para identificar pontos quentes e evitar falhas antes que o sistema elétrico seja comprometido, evitando, assim, panes maiores e emergenciais.

3.8 **Serviços Eventuais:** São serviços prestados de maneira não contínua, realizados conforme a necessidade, mas que não se repetem com frequência. Normalmente são atividades programadas ou realizadas em intervalos maiores, sem a urgência ou a previsibilidade da manutenção preventiva. Exemplo: Pintura das fachadas do prédio, troca de piso de salas e modernização de edifícios.

3.9 Entenda-se como unidades utilizadas pelo Ministério Público, qualquer edificação, própria ou de terceiros, onde são prestadas as atividades jurisdicionais e/ou administrativas, conforme relação constante deste Termo de Referência.

3.10 Qualquer nova edificação, própria ou de terceiros, que vier a ser inserida no rol das edificações em uso pelo Ministério Público durante a vigência do contrato, o integrarão automaticamente, e as

edificações porventura excluídas estarão fora do contexto da contratação.

3.11 Entendam-se como serviços de manutenção predial, as atividades de manutenção executadas antes (manutenção preventiva ou preditiva) ou após (manutenção corretiva) à ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação.

3.12 Entenda-se como conservação as atividades de desempenho técnico destinadas a preservar as características de desempenho técnico e funcionamento dos componentes da edificação.

3.13 Entenda-se como recuperação ou restauração as atividades realizadas após ser atingido nível inferior à qualidade mínima aceitável, ou seja, quando há perda significativa de performance ou desempenho, podendo interferir na segurança dos usuários.

3.14 Entenda-se como modernização as atividades que visam que a qualidade do bem imóvel ultrapasse o nível inicialmente construído e projetado, fixando um novo patamar de qualidade e desempenho para a edificação e seus sistemas.

3.15 Entendam-se como adaptações de instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, mecânicas, de refrigeração e físicas, consertos, reparações e manutenção predial, bem como para as demais definições dos serviços a serem executados, constantes neste instrumento e seus anexos, as terminologias, recomendações, procedimentos e orientações constantes no Manual de Obras Públicas-Edificações, práticas da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio – SEAP e Secretária de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI;

3.16 Entendam-se como serviços de engenharia, segundo a Orientação Técnica – IBRT 02/2009, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, toda atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, manter, transportar, ou ainda, demolir.

3.17 No caso concreto, para as contratações de serviços comuns de engenharia, o objetivo preponderante é a mão de obra, onde não existirão modificações prediais exorbitantes e que alterem a concepção inicial, de modo que, em face da dificuldade de precisar o exato nível percentual de intervenção, que seja analisado caso a caso, dentro da conveniência administrativa típica ao gestor público, que deverá ser razoável, ou seja, adotar sua conduta dentro dos parâmetros comuns da experiência, pois, pela pouca representatividade na diferença entre obra e serviço, conforme discrimina a Lei, não parece possível que se consolide um conceito geral, sem elementos concretos que permitam a justificativa do conceito adotado.

3.18 Está incluída nos serviços de manutenção a execução de pequenos reparos e ajustes nas instalações visando atender as necessidades de funcionamento específico que venham a surgir no decorrer do uso do prédio, como manutenção, substituição e realocação de divisórias, bancadas e equipamentos, assim

como abertura de vãos de até 4,5m², que não afetem a estrutura do prédio, com priorização em situações de urgência e solicitações da Secção de Engenharia deste Órgão.

3.19 Síntese das Tarefas: Serão desenvolvidos serviços de manutenção em cada unidade predial nas áreas de instalações civis (alvenarias, janelas, grades, portas e portões, pisos, cobertas, lajes, estruturas, etc.); instalações hidráulicas; bombas d'água em geral; instalações elétricas (inclusive subestações, geradores e quadros); redes internas de telefonia; passagens de cabos da rede lógica e racks; para-raios; comunicação visual; reparos; ajustes em divisórias e bancadas, entre outros. As tarefas serão realizadas com base na descrição das rotinas básicas de manutenção e nas periodicidades definidas pela CONTRATANTE, e/ou sempre que ocorram fatos que determinem as intervenções.

3.20 Caberá à CONTRATADA executar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, serviços de remanejamento e instalação de novos pontos de rede lógica, elétrica, telefonia, hidráulica, bem assim todos os itens manutenidos. Fica esclarecido que os serviços relacionados neste item não poderão ter características de reforma geral do imóvel, caso em que o Ministério Público do Estado de Alagoas deverá promover a contratação por meio de procedimento licitatório específico.

3.21 Referente aos serviços comuns de instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, jardinagem e marcenaria, este contrato fica restrito a reparos gerais no interior do estado e, na capital, será utilizado em caso de serviços de modernização dos ambientes.

3.22 A finalidade precípua da contratação dos serviços será a de manter as instalações prediais em perfeito estado de conservação, propiciando um ininterrupto funcionamento e detecção de desgastes ou defeitos para sua imediata correção.

3.23 **É expressamente vedada a construção de novas unidades ministeriais por meio do contrato decorrente deste certame.**

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Adotar boas práticas de otimização da utilização dos recursos e de redução de desperdícios, tais como treinamento/capacitação periódico dos empregados sobre boas práticas voltadas ao consumo consciente, redução de desperdício dos recursos naturais e coleta coletiva;

4.1.2 Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

4.1.3 Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança de trabalho de acordo com as normas da Contratante;

4.1.4 Conduzir suas ações de acordo com os requisitos legais aplicáveis, devendo observar também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

4.1.5 Fornecer aos empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que se fizerem necessários para a execução dos serviços, de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho, quando couber;

4.1.6 Destinar de forma ambientalmente adequada os materiais e equipamentos que forem utilizados na prestação dos serviços, quando couber;

Subcontratação

4.2 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total, nas seguintes condições:

4.2.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.2.2 A subcontratação fica limitada ao fornecimento de materiais, equipamento e peças de reposição e aos serviços sob demanda e eventuais.

4.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.7 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.8 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.8.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.8.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.8.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.8.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.9 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.10 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.11 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.12 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.12.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.13 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.13.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.13.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.13.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.14 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.15 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.16 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.17 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.18 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.18.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.18.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

4.19 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.19.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.19.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.20 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.21 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.22 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.23 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.24 A avaliação prévia dos locais de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das

condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 7:30 horas às 13:30 horas.

4.25 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.26 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.26.1 A vistoria poderá ser agendada pelo e-mail da Seção de Engenharia em engenharia@mpal.mp.br.

4.27 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.28 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.29 Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Maceió/AL.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: dia posterior à assinatura do contrato.

5.1.2 Os serviços poderão ser executados a qualquer momento, inclusive fora do expediente normal do Ministério Público, incluindo fins de semana e feriados, desde de que solicitado pela fiscalização e mediante a abertura de ordem de serviço.

5.1.3 Todos os serviços devem ser registrados por meio de fotografia que evidenciem o estado anterior e posterior à intervenção, devendo ser enviados à fiscalização no formato de relatório fotográfico.

5.1.4 A Contratada é responsável por preencher relatório diário de manutenção e submetê-lo à apreciação e validação da fiscalização.

5.1.5 Todo e qualquer serviço que não seja crítico/urgente, somente poderá ser iniciado após a expedição da respectiva ordem de serviço e planilha de preços.

5.1.5.1 As ordens de serviço serão acompanhadas de planilha de preços à luz da realidade contratual (SINAPI – desconto contratado + BDI contratado), projetos (se for o caso), registros fotográficos, cadernos de especificações e demais documentos que o fiscal julgar necessário.

5.1.5.2 Ordens de serviços com valores acima de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser autorizadas pelo Procurador-Geral de Justiça ou quem ele designar.

5.1.6 No prazo de até 5 (cinco) dias após o recebimento da ordem de serviço deve ser apresentada ao Contratante cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada no conselho respectivo, bem como a matrícula (CEI) INSS, quando cabível.

5.1.7 A Contratada deve implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas os locais de execução.

5.1.8 Os serviços considerados críticos/urgentes têm prazo máximo de atendimento igual a 3 (três) horas somados ao tempo de deslocamento obtido por um veículo com velocidade média de 60 km/h.

5.2 O percentual de desconto a ser registrado na contratação refere-se ao desconto sobre os serviços da tabela SINAPI com desoneração, e na sua falta, a tabela ORSE, e, por fim, cotações de mercado, quando devidamente justificadas pela Fiscalização/Gestão do Contrato.

5.2.1 Esta cadeia de prioridade deve ser seguida durante toda a vigência contratual.

5.2.2 Quando forem realizadas cotações de mercado, estas devem ser feitas mediante pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência.

5.2.3 Cotações realizadas via telefone, devem conter, no mínimo, identificação do estabelecimento informante; especificação do objeto; unidade de fornecimento; data da coleta; nome do informante; nome do coletor; preço de venda, incidências de impostos e as condições de comercialização.

5.2.3.1 Se possível, deve-se solicitar confirmação da proposta por e-mail ou em formato PDF, onde seja incluído carimbo de CNPJ, timbre da empresa e assinatura de funcionário.

5.2.4 Em pesquisas de preço realizadas a partir de sites eletrônicos, deve-se registrar também a imagem da tela, com hora e data visíveis.

5.3 Quanto ao percentual estimativo do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas apuradas à luz da realidade da proponente, deve-se observar a impossibilidade do repasse do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que por serem considerados encargos de natureza personalíssima, não podem ser repassados à Administração, nos termos do Acórdão TCU 950/2007 – Plenário, ratificado por reiterados entendimentos posteriores. Por este motivo estes custos deverão ser suportados por valores inseridos na taxa de despesas indiretas e margem de lucro.

Ordens de Serviço, Comunicações e Observações

5.4 Os serviços serão autorizados por meio de ordem de serviços e seus valores serão obtidos na Tabela SINAPI com abrangência nacional, localidade Alagoas, vínculo nacional Caixa e subsidiariamente com conveniado, ou ORSE, conforme detalhamento contido neste Termo de Referência, mediante aplicação do desconto ofertado, acrescido do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas. Os preços referem-se às tabelas mais recentes, vigentes à época da emissão da ordem de serviço.

5.5 A adoção como referência de preços de cada ordem de serviço estará alinhada de acordo com a composição de preços unitários obtido no SINAPI e que sejam menores ou iguais aos valores constantes nos respectivos sistemas, aplicando o desconto ofertado e acrescido do percentual do BDI.

5.6 Adotar-se-á o preço disponível no SINAPI ou ORSE, conforme detalhamento contido neste Termo de Referência, vigente à época da emissão de cada ordem de serviço.

5.7 As ordens de serviço serão confeccionadas com o detalhamento dos preços unitários e seu controle, medição e pagamento estarão vinculados aos serviços efetivamente executados.

5.8 **Os valores registrados neste Termo de Referência para fins de balizamento das propostas são meramente estimativos, não ensejando a obrigatoriedade da Administração executá-los em sua integralidade.**

5.9 **A realização dos presentes serviços ocorrerá por meio de lavratura de ordens de serviço e seu respectivo pagamento após medição e confirmação dos resultados alcançados, registrados através de relatório fotográfico. Para tanto, adota-se como parâmetro de composição dos preços unitários o sistema SINAPI ou ORSE, conforme detalhamento contido neste Termo de Referência.**

5.10 O valor de cada Ordem de Serviço será obtido da soma dos custos unitários de insumos ou serviços, que deverão ser iguais ou menores que seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI –, mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal na rede mundial de computadores, aplicando-se o desconto ofertado na proposta e, posteriormente, incidindo o BDI proposto.

5.11 A execução dos serviços atenderá aos projetos, especificações e as diretrizes adotadas pela Fiscalização da Contratada.

5.12 Os valores estimados para a contratação pretendida servirão como balizamento para julgamento do presente certame, cabendo ao CONTRATANTE a definição e a estipulação dos quantitativos totais dos serviços a serem executados durante a vigência do contrato, sempre fundamentado por estudos de viabilidade técnica, não estando o CONTRATANTE obrigado a executá-los totalmente, ou, podendo

ainda, fazer supressões e compensações dos valores entre as mais diversas unidades do Ministério Público, bem como acréscimos, observando para isto, o limite máximo do valor global contratado, a disponibilidade orçamentária e as regras estabelecidas na legislação pátria, neste instrumento e seus anexos.

5.13 Se porventura, durante a execução contratual, for necessária a execução de serviços não constantes no SINAPI, estes terão como referência para a formação de preços o sistema ORSE do Governo de Sergipe, ou pesquisa de mercado. **Qualquer que seja a fonte de pesquisa de preços adotada, será aplicado o desconto ofertado, acrescido do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas.**

5.14 Os materiais necessários à execução deverão ser fornecidos pelo CONTRATADO, nos termos do CONTRATO, os quais serão pagos pela CONTRATANTE, após sua aplicação e medição, juntamente com os serviços realizados.

5.15 Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira linha e qualidade ou similares (mesma qualidade técnica), e estarem de acordo com as especificações que serão elaboradas pela fiscalização e com os materiais já utilizados nas instalações.

5.16 No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações do CONTRATANTE; ou, em não havendo mais aquela marca no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável), a substituição deverá ocorrer por material de critério (parâmetros qualitativos) de desempenho igual ou superior, após aprovação da fiscalização do Ministério Público.

5.17 Toda a comunicação (envio de ordens de serviço, notificações, solicitações da contratada etc) deverá ser realizada através do e-mail engenharia@mpal.mp.br.

5.17.1 O prazo de resposta de e-mails enviados pela CONTRATANTE é de 72h.

5.17.2 Caso seja vantajoso para a CONTRATANTE, podem ser alterados os softwares utilizados para a comunicação, mantendo-se o prazo de resposta fixado em 72h.

5.18 Antes da aplicação de quaisquer materiais, estes deverão ser submetidos à apreciação da fiscalização, através do e-mail engenharia@mpal.mp.br, principalmente no caso de materiais similares em qualidade técnica.

5.19 Os serviços de manutenção deverão serão realizados sob a forma de prestação continuada ou intermitente, programada ou eventual por equipes operacionais, definidas para o tipo de atividade desenvolvida ou para a solução de situações específicas, todas supervisionadas por profissionais de nível superior da CONTRATADA, que assumirão a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

5.20 A Contratada deverá providenciar o fornecimento de toda a mão de obra, ferramentas e equipamentos, necessários à prestação dos serviços de **conservações, reparações, consertos, instalações e manutenções prediais e de seus equipamentos,** de forma preventiva e corretiva, preditiva, em conformidade com especificações, normas técnicas e demais condições constantes deste Termo de referência e aquelas fornecidas pela Contratada através de seu gestor e fiscal.

5.21 Caso os serviços não estejam de acordo com as especificações e projetos, devem ser refeitos sem ônus para o Contratante.

5.22 Todos os profissionais serão alocados pela futura empresa contratada, apenas por ocasião da realização dos serviços programados, e após sua conclusão retornam à sede da empresa contratada ou ao seu local de origem, não havendo, portanto, qualquer vínculo com o Contratante, **não caracterizando mão de obra residente.**

5.23 Todos os profissionais vinculados à empresa que forem alocados na execução de serviços demandados pelo Ministério Público de Alagoas devem apresentar a qualificação técnica necessária à realização das atividades e terem suas funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, devendo a comprovação da especialização e dos treinamentos obrigatórios deve ser encaminhada ao e-mail engenharia@mpal.mp.br.

5.24 Todos os profissionais destinados à execução das atividades referentes a uma Ordem de Serviço devem ter seus dados (nome completo, CPF, RG, nome da mãe e telefone) informados à Fiscalização do Contrato ao engenharia@mpal.mp.br.

5.25 Qualquer profissional cuja conduta disciplinar seja considerada inconveniente pelo Contratante deve ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação.

5.26 A Contratada deve se responsabilizar por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do Ministério Público do Estado de Alagoas.

5.27 A Contratada deve manter no local objeto da execução, durante os turnos de trabalho, pessoas capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, com a missão de garantir o bom andamento dos serviços, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços.

5.27.1 Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços do Contratante e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

5.28 A Contratada deverá disponibilizar, quando solicitada, profissionais qualificados na cidade sede de cada unidade, para atender as demandas consideradas críticas.

5.28.1 Entendam-se como demandas críticas aquelas situações que caracterizem uma necessidade iminente da realização de qualquer serviço, decorrente de acidentes, incidentes ou a ocorrência de qualquer imprevisto que gere qualquer prejuízo ou perigo e exijam rápida intervenção por parte do contratado no sentido de eliminar as causas dos respectivos problemas.

5.29 O prazo de início de atendimento das Ordens de Serviços será de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data do seu recebimento.

5.29.1 Neste ato, a CONTRATADA deverá ajustar com a CONTRATANTE o prazo máximo de execução dos respectivos serviços.

5.30 Deverá ser providenciada a Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T. ou Registro de Responsabilidade Técnica – R.R.T., específica para o objeto deste contrato, do responsável técnico pela execução dos serviços conforme dispõe o Art. 1º da lei 6496/77 e Art. 3º da Resolução nº 307/86 – CONFEA, assim como a cada serviço de maior complexidade indicado pela contratante.

5.31 Se durante a vigência do contrato houver troca do responsável técnico, este fato deverá ser previamente informado à Fiscalização e será providenciada nova A.R.T. ou R.R.T, conforme disciplina a Resolução nº 307/86 – CONFEA.

5.32 A Contratada deverá se submeter aos controles de programação ou de supervisão e fiscalização de serviços na forma apresentada pela Fiscalização, tais como os Diários de Manutenção, Controles de acesso e de presença das equipes, controles de emprego de materiais ou outros, e cronograma dos serviços demandados.

5.32.1 Quanto aos serviços de maior tempo de execução, deverá ser apresentado cronograma de etapas, conforme indicação da contratante.

5.33 As Ordens de Serviço serão emitidas pelo Fiscal/Gestor do Contrato, após oficialização da demanda pelo setor requisitante e após elaboração dos projetos e planilha orçamentária necessários à execução das atividades.

5.33.1 Em caso de serviços de manutenção, o setor de Engenharia do Contratante pode justificar a demanda através de documento técnico anexo à Ordem de Serviço.

5.34 As Planilhas Orçamentárias serão elaboradas exclusivamente pelo setor de Engenharia do Contratante.

5.34.1 Os itens administração de obra, mobilização e desmobilização serão incluídos em cada ordem de serviço como a última etapa da planilha orçamentária, antes da aplicação do desconto e do BDI Contratual, seguindo os percentuais que constam nas Tabelas abaixo:

Mobilização e Desmobilização		
Região	**Distância do Prédio Sede**	**Percentual de Mobilização e Desmobilização**
01	⩽ 30 km	0,30%
02	> 30 km a ⩽ 65 km	0,50%
03	> 65 km a ⩽ 130 km	0,80%

04	> 130 km	1,10%

Administração de Obra		
Faixa	**Valor da Planilha Orçamentária Antes da Aplicação de Administração de Obra, Mobilização, Desconto e BDI**	**Percentual de Administração**
01	⩽ R$ 5.000,00	7,00%
02	> R$ 5.000,00 a ⩽ 30.000,00	6,00%
03	> R$ 30.000,00 a ⩽ 100.000,00	5,00%
04	> R$ 100.000,00	4,00%

5.34.2 Os percentuais de administração de obra, mobilização e desmobilização referem-se ao valor global da planilha antes da incidência do BDI e do desconto contratual e serão somados a fim de compor um único item/porcentagem.

5.34.2.1 A porcentagem referente a cada um deve ser discriminada no cabeçalho da planilha orçamentária.

Especificação da garantia do serviço

5.35 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Atendimento excepcional e urgente

5.36 A empresa deve indicar, na assinatura do contrato, número telefônico móvel com profissional responsável para tratar de assuntos relativos aos serviços contratados e que seja de pronto atendimento nos fins de semana, feriados e em casos excepcionais e urgentes.

Uniformes e equipamentos de proteção individual

5.37 Os uniformes e equipamentos de proteção individual a serem fornecidos pelo Contratado a seus colaboradores deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante.

5.37.1 Os uniformes deverão conter a identificação da empresa e do funcionário.

5.38 Todos os empregados da Contratada deverão desenvolver suas atividades devidamente uniformizados, exceção feita aos engenheiros.

5.39 Os empregados da Contratada deverão utilizar equipamentos de proteção individual adequados às suas atividades, bem como estarem permanente e devidamente uniformizados de forma condizente com sua circulação nos ambientes do Contratante.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.7.1 O preposto indicado pela Contratada deve estar disponível para a realização de reuniões no Prédio Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, no período compreendido entre 7h30 e 13h30, de segunda-feira à sexta-feira, mediante prévio agendamento.

Rotinas de Fiscalização

6.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

6.16 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.18 Cabe ao gestor do contrato:

6.18.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto será feita a partir das medições dos serviços.

7.2 As medições serão realizadas pela Fiscalização, mediante solicitação expressa da Contratada, que deverá elaborar e apresentar, pelo e-mail engenharia@mpal.mp.br, relatório do serviço composto pelas planilhas de serviços efetivamente prestados no período, acompanhadas de memorial de cálculo e fotografias do antes e depois.

7.2.1 Os arquivos devem estar conforme modelo fornecido pelo Contratante.

7.3 As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas eletronicamente e encaminhadas ao Contratante, pelo e-mail protocolo.administrativo@mpal.mp.br.

7.3.1 No corpo da nota fiscal deverão ser especificados: o número e código da ordem de serviço, o descritivo das atividades executadas e o número do contrato.

7.3.2 Cada nota fiscal deve se referir unicamente a uma ordem de serviço, sendo vedado o pagamento de serviços constantes em mais de uma ordem de serviço em uma mesma nota fiscal.

7.3.3 A nota fiscal correspondente à medição deverá ser encaminhada acompanhada de:

a) demonstrativo, detalhando os itens medidos, com fotografias, conforme planilha de preços, bem como demais itens necessários;

b) comprovantes dos recolhimentos relativos às leis sociais.

7.4 A remuneração será realizada sempre com base nos serviços efetivamente realizados no período.

7.4.1 A última medição será realizada somente após recebimento provisório dos serviços, salvo nos casos que por motivos comprovadamente alheios à Contratada e em que a demora na obtenção de documentos venha a reter de modo prejudicial à remuneração devida.

7.5 No caso dos serviços não estarem em conformidade com o contrato, o Fiscal impugnará as respectivas etapas, discriminando através de termo as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a Contratada, com o recebimento do termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.

7.6 À Contratada caberá sanar as falhas apontadas, submetendo, posteriormente, a(s) etapa(s) impugnada(s) a nova verificação.

Do recebimento

7.7 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo detalhado, conforme modelo do Anexo II, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.8 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.9 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.10 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.11 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, conforme modelo do Anexo III, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado, conforme modelo do Anexo III, para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18 Enviar a documentação ao setor pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.23 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.33 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38 O desconto inicialmente contratado é fixo e irreajustável, considerando as planilhas referenciais utilizadas e atualizadas mensalmente.

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133,

de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão

considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos

administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2 As propostas devem ser apresentadas conforme quadro abaixo:

A – Valor estimado dos serviços	R$ 1.435.631,04
B – Desconto - %	_____% e R$
C – Subtotal (A – B)	R$
D – BDI	_____% e R$
Valor total (C+D)	R$

Onde:

A) Valor **fixo** e estimado da contratação para o período de vigência do contrato, tendo por base os preços estabelecidos na tabela SINAPI com desoneração, na forma estatuída acima;

B) O percentual de desconto a ser registrado na proposta refere-se ao desconto sobre a tabela SINAPI ou aquela que a substituir, o qual servirá de base durante toda a vigência contratual;

D) BDI – Benefícios e Despesas Indiretas apurados à luz da realidade da proponente, observando a impossibilidade do repasse do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, em obediência ao Acórdão TCU nº 950/2007, ressalvados os casos de impostos faturados nos termos do Acórdão 2.586/2007.

E) O valor global proposto, apurado da seguinte forma: Valor estimado sem BDI, deduzido do desconto ofertado e acrescido do BDI indicado [fórmula (A – B) + D].

9.3 O detalhamento da composição do BDI a ser proposto deverá ser composto de acordo com o **Acórdão TCU nº 2622/2013 - Plenário**, e, no que couber, subsidiariamente pelo Decreto Estadual nº 3.962 de

4 de janeiro de 2008, utilizando a fórmula abaixo:

Composição Analítica de LDI ou BDI				
Faixa de BDI* (Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário)				**20,34% a 25,00%**
DESCRIÇÃO	**VALORES DE REFERÊNCIA %**			**BDI ADOTADO - % (Inserir percentuais)**
	1º Quartil	**Médio**	**3º Quartil**	
Administração Central (AC)	3,00%	4,00%	5,50%	0,00
Seguro e Garantia (S+G)	0,80%	0,80%	1,00%	0,00
Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	0,00
Despesas Financeiras (DF)	0,59%	1,23%	1,39%	0,00
Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	0,00
Impostos** ***(soma dos itens abaixo)***				**0,00**
COFINS	Conforme Legislação específica.			0,00
PIS				0,00
ISS***				0,00
INSS (Alíquota desoneração)	4,5%			0,00
			TOTAL*	**0,00**

(*) Item 9.2.1 Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário: Quando a taxa de BDI indicada pelo Tomador estiver fora dos patamares estipulados, o detalhamento do BDI deve ser acompanhado de relatório técnico circunstanciado, justificando a adoção do percentual adotado para cada parcela do BDI, assinado pelo profissional responsável técnico do orçamento, usando como diretriz os percentuais apresentados na tabela

acima.

(**) Os percentuais de impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente.

(***) Item 9.3.2.3 Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário: Para o ISS, deve-se considerar a legislação tributária municipal, a base de cálculo e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual entre 2% e 5%.

Considerar a planilha orçamentária COM desoneração.

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC: Administração Central

S: Seguro

R: Risco

G: Garantia

DF: Despesas Financeiras

L: Lucro

I: Impostos

9.4 Para efeitos de apresentação da proposta de preços, os tributos que integram o BDI, especificamente em relação ao ISS, deverão ser informados considerando o município de Maceió/Alagoas, com sua respectiva alíquota vigente, compatíveis com o regime tributário adotado pelo licitante, ressalvadas, caso haja possibilidade legal, as propostas apresentadas por empresas optantes pelo regime tributário denominado "Simples Nacional", de modo que, o preço Estimado dos Serviços poderá ser consolidado em quadro único.

9.4.1 Na fase da execução dos serviços será adotado na composição do BDI o percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde for prestado o serviço, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota.

9.5 O Licitante deverá apresentar a composição própria do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas).

Regime de Execução

9.6 O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.7 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.8 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o valor estimado dos serviços, o desconto ofertado, o BDI e o valor total, conforme modelo acima.

Exigências de habilitação

9.9 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.10 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.12 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.18 Ato de autorização para o exercício da atividade de engenharia, expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia nos termos do art. 3º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

9.19 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.21 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.26 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.28 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.29 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

SG = Ativo Total/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

LC = Ativo Circulante/Passivo Circulante

9.30 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.31 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.34 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.35 Registro ou inscrição da empresa no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CFT – Conselho Federal dos Técnicos Industriais ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em plena validade;

9.35.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.36 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.36.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.36.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.36.1.2 contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do valor a ser contratado.

9.36.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.36.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37 Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Maceió/Alagoas, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.38 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.39 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.40 Apresentação dos profissionais, abaixo indicados, devidamente registrados no conselho profissional competente, detentores de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicados:

9.40.1 **Serviços de manutenção predial e reforma**, por engenheiro civil, arquiteto ou técnico habilitado;

9.40.2 **Serviços de recuperação estrutural**, por engenheiro civil;

9.40.3 **Serviços de instalações elétricas de baixa tensão**, por engenheiro eletricista ou técnico em eletrotécnica;

9.40.4 **Serviços de instalações elétricas com gerador e subestação**, por engenheiro eletricista;

9.40.5 **Serviços de instalações hidrossanitárias**, por engenheiro civil, engenheiro sanitarista, engenheiro mecânico ou técnico em edificações;

9.40.6 **Serviços de instalações lógicas, de telefonia, SPDA e CFTV**, por engenheiro eletricista ou técnico em eletrotécnica / telecomunicações;

9.40.7 **Serviços de combate ao incêndio e pânico**, por engenheiro civil, engenheiro mecânico, engenheiro eletricista ou arquiteto.

9.40.8 Os atestados devem estar devidamente registrados no conselho competente e acompanhados das Certidões de Acervo Técnico – CAT – dos profissionais, bem como das respectivas ART's, TRT's ou RRTs que geraram as CATs emitidas, nos casos em que não possuírem certificação eletrônica.

9.40.9 As Certidões de Acervo Técnico devem estar em nome do profissional legalmente habilitado.

9.40.10 **As licitantes devem ainda apresentar termo de ciência dos profissionais indicados, concordando com a indicação e com o vínculo com a pessoa jurídica, conforme modelo do Anexo I.**

9.40.11 Os profissionais acima indicados deverão participar do serviço objeto do contrato e estarem cientes disso, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.41 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Disposições gerais sobre habilitação

9.42 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.43 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.44 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.45 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.46 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.47 Admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.47.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.47.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.47.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.47.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.47.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.47.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.47.6.1 ata de fundação;

9.47.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.47.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.47.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.47.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.47.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.47.6.7 última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R$ 1.794.538,80 (um milhão, setecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), conforme custos apostos na tabela abaixo.

A – Valor estimado dos serviços	R$ 1.435.631,04
B – Desconto - %	0% - R$ 0,00
C – Subtotal (A – B)	R$ 1.435.631,04
D – BDI - %	25% - R$ 358.907,76
Valor total (C+D)	R$ 1.794.538,80

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos a serem informados pela Diretoria de Programação e Orçamento do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Maceió/AL, 12 de agosto de 2026.

Caio Roberto Monteiro Neves
Assessor de gabinete – Engenheiro Civil

João Elias de Holanda Gomes
Chefe da Seção de Engenharia

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E VÍNCULO

_____(nome do profissional), portador da carteira e registro no _____ (conselho correspondente) número _____ (número do registro), declaro estar ciente e de acordo com a minha indicação pela empresa _____(razão social da empresa licitante) como responsável técnico pelos trabalhos objeto do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, em relação aos serviços de:

1. ( ) **Manutenção predial e reforma**, sendo ( ) engenheiro civil / ( ) arquiteto / ( ) técnico habilitado
2. ( ) **Serviços de recuperação estrutural**, sendo ( ) engenheiro civil
3. ( ) **Serviços de instalações elétricas de baixa tensão**, sendo ( ) engenheiro eletricista / ( ) técnico em eletrotécnica
4. ( ) **Serviços de instalações elétricas com gerador e subestação**, sendo ( ) engenheiro eletricista
5. ( ) **Serviços de instalações hidrossanitárias**, sendo ( ) engenheiro civil / ( ) engenheiro sanitarista / ( ) engenheiro mecânico / ( ) técnico em edificações
6. ( ) **Serviços de instalações lógicas, de telefonia, SPDA e CFTV**, sendo ( ) engenheiro eletricista / ( ) técnico em eletrotécnica / telecomunicações
7. ( ) **Serviços de combate ao incêndio e pânico**, sendo ( ) engenheiro civil / ( ) engenheiro mecânico / ( ) engenheiro eletricista / ( ) arquiteto.

Declaro ainda manter vínculo profissional com a empresa acima ou que manterei vínculo profissional com a mesma em caso de contratação dela com o Ministério Público do Estado de Alagoas a partir desta licitação.

Maceió/AL, de de 2025.

Profissional (nome e assinatura)

ANEXO II

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	**CNPJ**	xxxxxxxxxxxx
Nº DA OS	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

<Descrição do serviço solicitado relacionada ao contrato anteriormente identificado>

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OS de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
…			
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 140, inciso I, alínea "a", da Lei 14.133/2021, que os serviços correspondentes à OS acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos provisoriamente na presente data e serão objetos de avaliação por parte da **CONTRATANTE** quanto à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**.

4 – ASSINATURAS
FISCAL TÉCNICO / FISCAL ADMINISTRATIVO
_____ <Nome do Fiscal Técnico do Contrato> **Matrícula:** xxxxxx _____ <Nome do Fiscal Administrativo do Contrato> **Matrícula:** xxxxxx <Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO III

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	**CNPJ**	xxxxxxxxxxxx
Nº DA OS	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

<Descrição do serviço solicitado relacionada ao contrato anteriormente identificado>

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OS de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
…			
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei 14.133/2021, que os serviços correspondentes à OS acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram prestados pela **CONTRATADA** e ATENDEM às exigências contratuais de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Contrato acima indicado.

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à OS acima identificada monta em R$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

5 – ASSINATURAS

GESTOR DO CONTRATO

_____

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

6 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

GESTOR DO CONTRATO
Autoriza-se a **CONTRATADA** a faturar os serviços executados relativos à supracitada OS, no valor discriminado no item 4, acima. _____ <Nome do Gestor do Contrato> **Matrícula:** xxxxxx <Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

7 – CIÊNCIA

PREPOSTO
_____ <Nome do Preposto do Contrato> **Matrícula:** xxxxxx <Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**12/08/2026 11:55:58**
Origem	**SEÇÃO DE ENGENHARIA (JOAO ELIAS DE HOLANDA GOMES)**
Destino(s):	**DIRETORIA GERAL (CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **JOAO ELIAS DE HOLANDA GOMES**, em 12/08/2026, às 11:55, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:23**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**21/08/2026 10:47:00**
Criador:	**CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Vão os autos, sucessivamente, às Diretorias de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças para informar disponibilidade orçamentária e financeira.

Movimento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL***, em 21/08/2026 10:47:00, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**21/08/2026 10:47:14**
Origem	**DIRETORIA GERAL (CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL)**
Destino(s):	**DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO (JAMILLE MENDONCA SETTON MASCARENHAS)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL***, em 21/08/2026, às 10:47, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:23**.

Classificação orçamentária (920392)

Data do Movimento:	**21/08/2026 11:08:06**
Criador:	**JAMILLE MENDONCA SETTON MASCARENHAS**
Resumo:	**Classificação orçamentária (920392)**

A Diretoria de Programação e Orçamento desta Procuradoria Geral de Justiça informa:

1. As despesas decorrentes deste processo poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA- 2024-2027, no Programa de Trabalho: 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO - 000519 - CONSERVACAO E ADAPTACAO DAS UNIDADES DO MINISTERIO PUBLICO, Natureza de despesa: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA.
2. Existe disponibilidade orçamentária e financeira para atender a pretensão do requerente.

Movimento assinado eletronicamente por **JAMILLE MENDONCA SETTON MASCARENHAS**, em 21/08/2026 11:08:06, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**21/08/2026 11:08:18**
Origem	**DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO (JAMILLE MENDONCA SETTON MASCARENHAS)**
Destino(s):	**DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS (ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS)**
Resumo:	**DISPONIBILIDADE ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA**

Movimento assinado eletronicamente por **JAMILLE MENDONCA SETTON MASCARENHAS**, em 21/08/2026, às 11:08, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:23**.

Classificação orçamentária (920392)

Data do Movimento:	**21/08/2026 11:09:38**
Criador:	**ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS**
Resumo:	**Disponibilidade Financeira**

Tendo em vista a existência de previsão orçamentária, conforme despacho da DPO, bem como a disponibilidade financeira para o pagamento, dê-se prosseguimento ao pedido.

Movimento assinado eletronicamente por **ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS**, em 21/08/2026 11:09:38, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**21/08/2026 11:09:51**
Origem	**DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS (ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS)**
Destino(s):	**DIRETORIA GERAL (CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL)**
Resumo:	**Disponibilidade Financeira**

Movimento assinado eletronicamente por **ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS**, em 21/08/2026, às 11:09, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:23**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**24/08/2026 10:02:16**
Criador:	**CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Vão os autos a Coordenadoria de Licitações para elaboração de minutas para o procedimento licitatório.

Movimento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL***, em 24/08/2026 10:02:16, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**24/08/2026 10:03:18**
Origem	**DIRETORIA GERAL (CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL)**
Destino(s):	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL***, em 24/08/2026, às 10:03, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:23**.

Elaboração de Minuta (920420)

Data do Movimento:	**24/08/2026 11:22:22**
Criador:	**FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Retornem os autos ao requisitante para revisão dos valores estimativos, considerando o dispêndio dos últimos contratos com objeto igual ou similar.

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 24/08/2026 11:22:22, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**24/08/2026 11:22:38**
Origem	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Destino(s):	**SEÇÃO DE ENGENHARIA (JOAO ELIAS DE HOLANDA GOMES)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 24/08/2026, às 11:22, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:23**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**25/08/2026 11:39:59**
Origem	**SEÇÃO DE ENGENHARIA (JOAO ELIAS DE HOLANDA GOMES)**
Destino(s):	**SEÇÃO DE ENGENHARIA (CAIO ROBERTO MONTEIRO NEVES)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **JOAO ELIAS DE HOLANDA GOMES**, em 25/08/2026, às 11:39, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:23**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**26/08/2026 09:44:44**
Criador:	**CAIO ROBERTO MONTEIRO NEVES**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Os valores estimados foram atualizados com base na média dos valores apurados nos últimos três anos (2023 a 2026).

Em decorrência dessa atualização, foram realizadas as devidas revisões no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência (TR), considerando a alteração dos valores estimados.

Dessa forma, encaminham-se os documentos revisados para conhecimento e demais providências cabíveis.

Movimento assinado eletronicamente por **CAIO ROBERTO MONTEIRO NEVES**, em 26/08/2026 09:44:44, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **Anexo II - Estudo técnico preliminar (Rev. 01)**

Data de Criação: **26/08/2026 09:44:44**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público
O Ministério Público do Estado de Alagoas possui contratação similar, vigente até 01 de novembro de 2026, conforme contrato de nº PGJ/AL-024/2025, porém, a contratada não tem interesse na renovação do Contrato. A realização de novo processo licitatório objetiva solucionar a continuidade dos serviços de manutenção predial, visto que sua interrupção causaria prejuízos imensuráveis ao Ministério Público, primordialmente no que tange ao cumprimento da garantia da infraestrutura física adequada e apropriada para desenvolvimento das atividades dos membros e servidores.

2. Requisitos da contratação
A contratação de empresa de forma continuada é uma necessidade do Ministério Público, haja vista ser essencial à manutenção da infraestrutura dos prédios da instituição, de modo que sua interrupção comprometeria a prestação do serviço público, assim como o cumprimento das atividades finalísticas do MPAL. A contratação deverá ser robusta o suficiente para abranger as várias demandas existentes nos prédios do Ministério Público, como vários tipos de cobertura (laje impermeabilizada, telhamento cerâmico e de fibrocimento), janelas (madeira, alumínio e vidro com alumínio) e portas (madeira, metálica, alumínio, vidro com alumínio, divisória naval e de vidro), bem como os diversos tipos de forro (gesso, gesso acartonado, PVC, madeira, forro mineral e forro modulado de EPS), lâmpadas, bombas, motores e outros aspectos que inerente à manutenção da funcionalidade dos ambientes ministeriais. Cabe ainda acrescentar que o contrato abrangerá manutenções preventivas, corretivas e preditivas nas áreas prediais, o que envolve as áreas elétrica, hidrossanitária e civil, nos seus mais variados aspectos.

3. Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala

Os valores abaixo, mostram a distribuição do valor global do contrato, com base no histórico de contratações similares realizadas pelo MPAL ao longo dos últimos quatro anos e dos serviços de modernização e manutenção planejados para o ano de 2027.

O valor estimado para cada unidade foi embasado em casos concretos, frutos das manutenções prediais executadas pela seção de engenharia durante o exercício de 2023 a 2026.

RESUMO SINTÉTICO DOS VALORES EXECUTADOS POR LOCAL				
LOCAL	VALORES			MÉDIA DOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) ANOS
	2023-2024	2024-2025	2025-2026	
	EXECUTADO	EXECUTADO	EMPENHADO	
Prédio Sede	R$ 734.098,25	R$ 219.961,42	R$ 227.879,90	R$ 393.979,86
Prédio das PJ da Capital	R$ 193.709,33	R$ 4.294,25	R$ 7.444,61	R$ 68.482,73
GAECO	R$ 86.207,50	R$ -	R$ 14.274,28	R$ 33.493,93
CAOP/ESMP	R$ 23.535,33	R$ 6.744,94	R$ 11.361,87	R$ 13.880,71
MP Comunitário	R$ 2.656,02	R$ 4.350,75	R$ -	R$ 2.335,59
Empresarial 203 Offices	R$ 2.395,14	R$ 24.959,67	R$ 25.926,49	R$ 17.760,43
Galpão Fernandes Lima	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Galpão Barro Duro	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Arapiraca	R$ 36.493,19	R$ 5.655,09	R$ 3.604,67	R$ 15.250,98
Atalaia	R$ 9.761,22	R$ -	R$ -	R$ 3.253,74
Boca da Mata	R$ 48.976,72	R$ -	R$ -	R$ 16.325,57
Delmiro Gouveia	R$ -	R$ 6.729,39	R$ -	R$ 2.243,13
Limoeiro de Anadia	R$ 59.671,08	R$ -	R$ -	R$ 19.890,36
Coruripe	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
São Sebastião	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Joaquim Gomes	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Maragogi	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Marechal Deodoro	R$ 9.705,52	R$ -	R$ 715,71	R$ 3.473,74
Matriz de Camaragibe	R$ 22.756,34	R$ -	R$ -	R$ 7.585,45
Murici	R$ 17.076,53	R$ -	R$ 5.209,45	R$ 7.428,66
Palmeira dos Índios	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Pão de Açúcar	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Penedo	R$ 10.330,65	R$ -	R$ -	R$ 3.443,55
Pilar	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Piranhas	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Porto Calvo	R$ 4.955,14	R$ -	R$ -	R$ 1.651,71

Rio Largo	R$ 4.155,26	R$ -	R$ -	R$ 1.385,09
Santana do Ipanema	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
São Miguel dos Campos	R$ 98.099,43	R$ 5.252,38	R$ -	R$ 34.450,60
Traipu	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
União dos Palmares	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Outros/Mais de um local	R$ 267.994,61	R$ 467.617,18	R$ 302.445,48	R$ 346.019,09
TOTAIS	**R$ 1.632.577,26**	**R$ 745.565,07**	**R$ 598.862,46**	**R$ 992.334,93**

RESUMO SINTÉTICO DOS VALORES EXECUTADOS POR TIPO DE SERVIÇO				
TIPO	**VALOR EXECUTADO**			**MÉDIA DOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) ANOS**
	2023-2024	**2024-2025**	**2025-2026**	
	EXECUTADO	**EXECUTADO**	**EMPENHADO**	
Manutenção Preventiva	R$ 203.620,38	R$ 224.287,02	R$ 112.692,79	R$ 180.200,06
Manutenção Corretiva	R$ 738.376,44	R$ 222.011,20	R$ 433.484,36	R$ 464.624,00
Manutenção Preditiva	R$ -	R$ 5.252,38	R$ -	R$ 1.750,79
Modernização	R$ 624.308,83	R$ 294.014,47	R$ 52.685,31	R$ 323.669,54
Recuperação	R$ 66.271,61	R$ -	R$ -	R$ 22.090,54
Adaptação	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Consultoria Técnica	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Conservação	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Outros	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
TOTAIS	**R$ 1.632.577,26**	**R$ 745.565,07**	**R$ 598.862,46**	**R$ 992.334,93**

4. Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

1. Contratação com mão de obra exclusiva e continuada, com fornecimento de material, equipamentos, ferramentas e logística;
2. Contratação de mão de obra exclusiva e continuada com equipamentos, ferramentas e logística, sem fornecimento de material, o que se daria por outras contratações;
3. Contratação através de Ordem de Serviços, por demanda, sem mão obra com dedicação exclusiva.

SOLUÇÃO 1 - Esse modelo de execução confere maior agilidade no atendimento das solicitações, porém, pelo fato de se tratar de mão de obra com dedicação exclusiva, os custos fixos são elevados e podem onerar o órgão mesmo em períodos de baixa demanda de serviços. Ademais, o fato de que

os postos de trabalho são fixos e pré-determinados, restringe o rol de atividades passíveis de serem executadas e diminui a eficácia do contrato em serviços realizados com menor frequência.

SOLUÇÃO 2 - Implicaria em realizar várias contratações e licitações e tratar com mais de uma empresa, o que dificultaria a centralização e controle de todo o processo de execução das manutenções. Ainda poderia incorrer na contratação de uma empresa de mão de obra e no fracasso da licitação de materiais, ou o inverso. Ainda, poderia gerar estoque desnecessário de materiais para a Administração, a qual precisaria dispor de local adequado para acondicionamento dos insumos. Outro problema possível seria a demora que a existência de inúmeras licitações poderia gerar, impedindo o atendimento célere das demandas de manutenção rotineiras. Atualmente, o MPAL possui contrato de dedicação exclusiva de mão de obra (PGJ/AL nº 09/2024), porém este não supre a totalidade das demandas existentes nos prédios da instituição, sendo destinado principalmente a pequenos consertos e verificações nas instalações elétricas e hidrossanitárias da capital.

SOLUÇÃO 3 - A contratação por Ordem de Serviço (OS), possibilita maior flexibilidade e agilidade no atendimento das demandas de manutenção rotineiras e planejadas. Além disso, por ser o modelo de execução contratual vigente no MPAL, a equipe técnica da Seção de Engenharia está familiarizada com o processo operacional, o qual vem sendo otimizado com a disponibilização da Central de Atendimento ao Usuário - CAU e com a aquisição da licença do software de orçamentação ORÇAFASCIO.

5. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte

O valor estimado e máximo aceitável nas propostas para execução dos serviços é de R$ 992.334,93 (Novecentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos), com base em casos concretos, frutos das manutenções prediais executadas pela seção de engenharia durante o exercício de 2023 a 2026..

Os valores estimados para a contratação pretendida servirão como balizamento para julgamento do presente certame, cabendo ao CONTRATANTE a definição e a estipulação dos quantitativos

totais dos serviços a serem executados durante a vigência do contrato, sempre fundamentado por estudos de viabilidade técnica, não estando o CONTRATANTE obrigado a executá-los totalmente, ou, podendo ainda, fazer supressões e compensações dos valores entre as mais diversas unidades do Ministério Público, bem como acréscimos, observando para isto, o limite máximo do valor global contratado, a disponibilidade orçamentária e as regras estabelecidas na legislação pátria, neste instrumento e seus anexos.

6. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso

Contratação de empresa de engenharia especializada para executar serviços comuns de manutenção e adequação predial, preventiva, corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas.

O percentual de desconto a ser registrado na proposta refere-se ao desconto sobre os serviços da tabela SINAPI com desoneração, na sua falta, ORSE, em seguida outros bancos de dados oficiais (com as devidas adequações à condição do mercado local) e, por fim, Cotações de Mercado, quando devidamente justificadas pela Fiscalização/Gestão do Contrato. Esta cadeia de prioridade deve ser seguida durante toda a vigência contratual.

Os valores registrados no Termo de Referência para fins de balizamento das propostas são meramente estimativos, não ensejando a obrigatoriedade da Administração executá-los em sua integralidade.

Neste sentido, a Seção de Engenharia promoverá o planejamento de contratação de empresa de engenharia para a exclusiva realização dos presentes serviços, por meio de lavratura de ordens de serviço e seu respectivo pagamento após medição e confirmação dos resultados alcançados, registrados através de relatório fotográfico. Para tanto, adotou-se como parâmetro de composição dos preços unitários o sistema SINAPI e outros bancos oficiais, conforme detalhamento contido no e apresentados de modo não-exaustivo na Planilha Geral de composições, anexa ao Termo de Referência.

O valor de cada Ordem de Serviço será obtido da soma dos custos unitários de insumos ou serviços, que deverão ser iguais ou menores que seus correspondentes no Sistema Nacional de

Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI –, mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal na rede mundial de computadores, aplicando-se o desconto ofertado na proposta e, posteriormente, incidindo o BDI proposto.

7. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

Todos os itens que compõem o objeto devem ser adjudicados a uma única empresa, visto que o parcelamento da solução gera perda da economia de escala. Ainda, o agrupamento dos itens importa em maior agilidade nos atendimentos, melhor gestão e fiscalização por parte da equipe técnica da Seção de Engenharia e simplificação na cadeia de atribuição de responsabilidades, em caso da necessidade de utilizar a garantia inerente aos serviços.

8. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

A Seção de Engenharia entende que a alternativa que melhor atende à necessidade do MPAL no que tange a realização de manutenções preventivas, preditivas e corretivas, bem como modernizações em geral é a SOLUÇÃO 3, por conferir maior flexibilidade e agilidade no atendimento das solicitações oriundas dos diversos setores da instituição.

Maceió/AL, 12 de agosto de 2026

JOÃO ELIAS DE HOLANDA GOMES
CHEFE DA SEÇÃO DE ENGENHARIA DO MPAL

CAIO ROBERTO MONTEIRO NEVES
ASSESSOR DE GABINETE – ENGENHEIRO CIVIL

Anexo 2

Descrição do Arquivo: **Anexo IV - Termo de Referência (Rev. 01)**

Data de Criação: **26/08/2026 09:44:45**

TERMO DE REFERÊNCIA

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa de engenharia especializada para executar, sob demanda, serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização de edificações.	1627	Unidade	1	R$ 992.334,93	R$ 992.334,93

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que são necessários para a manutenção da atividade administrativa, se configurando como essencial para a integridade e funcionamento das atividades administrativas de forma rotineira e permanente do edifício, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as necessidades permanentes ou prolongadas de manutenção e conservação das edificações.

Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão

aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação visa garantir a manutenção da infraestrutura das edificações do Ministério Público de Alagoas, assegurando o funcionamento contínuo e adequado dos imóveis, com intervenções imediatas em casos de falhas e a realização de melhorias preventivas e corretivas. O contrato vigente, de nº PGJ/AL-24/2025, será encerrado em 01 de novembro de 2026, não havendo interesse na renovação por parte da contratada.

2.2 A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, disponível no link https://transparencia.mpal.mp.br/principal/publicacoes/126.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Trata-se da contratação de empresa especializada em engenharia para a prestação de serviços contínuos, sob demanda, de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, incluindo adaptações e modernizações dos edifícios do Ministério Público do Estado de Alagoas.

3.2 Os serviços serão prestados/executados nas edificações cujos dados estão discriminados no quadro abaixo, e outras que possam ser incorporadas, com a devida estimativa dos respectivos custos distribuídos por região no quadro seguinte:

Edificação		Distância (Ref. Maceió)	Área Terreno (m²)	Área Construção (m²)
1	Sede da Procuradoria Geral de Justiça	-------	847,94	6.686,27
2	Anexo I do Ministério Público	-------	1.702,00	732,85
3	Centro de Apoio Operacional - CAOP	-------	405,40	810,80
4	Promotorias de Justiça da Capital	-------	6.500,00	1.498,07
5	Ministério Público Comunitário	-------	438,54	143,30
6	Promotoria de Boca da Mata	75 km	435,54	204,89

7	Promotoria de Traipu	183 km	274,68	58,44
8	Promotoria de Limoeiro de Anadia	109 km	586,50	217,15
9	Promotoria de Matriz de Camaragibe	84 km	295,20	204,89
10	Promotoria de Piranhas	283 km	348,47	236,36
11	Promotoria de Maragogi	130 km	414,00	225,90
12	Promotoria de Pão de Açúcar	237 km	104,28	139,40
13	Promotoria de Marechal Deodoro	28 km	200,81	171,72
14	Promotoria de Porto Calvo	105 km	160,38	160,38
15	Promotoria de São Miguel dos Campos	58 km	900,00	607,65
16	Promotoria de Arapiraca	131 km	4.491,35	1.190,30
17	Promotoria de Delmiro Gouveia	295 km	101,75	101,75
18	Promotoria de Rio Largo	22 km	1.800,00	358,75
19	Promotoria de Penedo	168 km	2202,43	383,78
20	Promotoria de Palmeiras dos Índios	138 km	170,13	152,00
21	Promotoria de Santana do Ipanema	209 km	338,62	846,55
22	Promotoria de União dos Palmares	79 km	77,29	154,58
23	Promotoria de Atalaia	46 km	1110	240
24	Promotoria de Murici	54 km	2193,89	240

RESUMO SINTÉTICO DOS VALORES EXECUTADOS POR LOCAL				
LOCAL	VALORES			MÉDIA DOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) ANOS
	2023-2024	2024-2025	2025-2026	
	EXECUTADO	EXECUTADO	EMPENHADO	
Prédio Sede	R$ 734.098,25	R$ 219.961,42	R$ 227.879,90	R$ 393.979,86
Prédio das PJ da Capital	R$ 193.709,33	R$ 4.294,25	R$ 7.444,61	R$ 68.482,73
GAECO	R$ 86.207,50	R$ -	R$ 14.274,28	R$ 33.493,93
CAOP/ESMP	R$ 23.535,33	R$ 6.744,94	R$ 11.361,87	R$ 13.880,71
MP Comunitário	R$ 2.656,02	R$ 4.350,75	R$ -	R$ 2.335,59
Empresarial 203 Offices	R$ 2.395,14	R$ 24.959,67	R$ 25.926,49	R$ 17.760,43
Galpão Fernandes Lima	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Galpão Barro Duro	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Arapiraca	R$ 36.493,19	R$ 5.655,09	R$ 3.604,67	R$ 15.250,98
Atalaia	R$ 9.761,22	R$ -	R$ -	R$ 3.253,74
Boca da Mata	R$ 48.976,72	R$ -	R$ -	R$ 16.325,57
Delmiro Gouveia	R$ -	R$ 6.729,39	R$ -	R$ 2.243,13
Limoeiro de Anadia	R$ 59.671,08	R$ -	R$ -	R$ 19.890,36
Coruripe	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
São Sebastião	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Joaquim Gomes	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Maragogi	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Marechal Deodoro	R$ 9.705,52	R$ -	R$ 715,71	R$ 3.473,74
Matriz de Camaragibe	R$ 22.756,34	R$ -	R$ -	R$ 7.585,45
Murici	R$ 17.076,53	R$ -	R$ 5.209,45	R$ 7.428,66
Palmeira dos Índios	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Pão de Açúcar	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Penedo	R$ 10.330,65	R$ -	R$ -	R$ 3.443,55
Pilar	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Piranhas	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Porto Calvo	R$ 4.955,14	R$ -	R$ -	R$ 1.651,71
Rio Largo	R$ 4.155,26	R$ -	R$ -	R$ 1.385,09
Santana do Ipanema	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
São Miguel dos Campos	R$ 98.099,43	R$ 5.252,38	R$ -	R$ 34.450,60
Traipu	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
União dos Palmares	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Outros/Mais de um local	R$ 267.994,61	R$ 467.617,18	R$ 302.445,48	R$ 346.019,09
TOTAIS	**R$ 1.632.577,26**	**R$ 745.565,07**	**R$ 598.862,46**	**R$ 992.334,93**

RESUMO SINTÉTICO DOS VALORES EXECUTADOS POR TIPO DE SERVIÇO				
TIPO	VALOR EXECUTADO			MÉDIA DOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) ANOS
	2023-2024	2024-2025	2025-2026	
	EXECUTADO	EXECUTADO	EMPENHADO	
Manutenção Preventiva	R$ 203.620,38	R$ 224.287,02	R$ 112.692,79	R$ 180.200,06
Manutenção Corretiva	R$ 738.376,44	R$ 222.011,20	R$ 433.484,36	R$ 464.624,00
Manutenção Preditiva	R$ -	R$ 5.252,38	R$ -	R$ 1.750,79
Modernização	R$ 624.308,83	R$ 294.014,47	R$ 52.685,31	R$ 323.669,54
Recuperação	R$ 66.271,61	R$ -	R$ -	R$ 22.090,54
Adaptação	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Consultoria Técnica	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Conservação	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Outros	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
TOTAIS	**R$ 1.632.577,26**	**R$ 745.565,07**	**R$ 598.862,46**	**R$ 992.334,93**

3.3 O valor estimado para cada unidade foi embasado em casos concretos, frutos das manutenções prediais executadas pela secção de engenharia durante os exercícios de 2023 a 2026.

3.4 A Administração não se obriga a realizar serviços que atinjam a totalidade do valor estimado e somente serão pagos os valores efetivamente realizados.

Definições

3.5 **Manutenção Corretiva:** Refere-se às intervenções feitas para reparar falhas ou defeitos que já ocorreram em equipamentos ou sistemas. É realizada após a identificação de um problema e visa restaurar a funcionalidade o mais rápido possível. Exemplo: A troca de uma bomba de água quebrada no sistema hidráulico do prédio.

3.6 **Manutenção Preventiva:** É uma abordagem de manutenção planejada e programada com antecedência para evitar a ocorrência de falhas ou desgastes excessivos em equipamentos e sistemas. Baseia-se em intervalos de tempo predeterminados ou critérios de uso, independentemente da condição atual dos ativos. O objetivo é reduzir a probabilidade de falhas inesperadas e aumentar a vida útil dos equipamentos. Exemplos de técnicas utilizadas incluem lubrificação, limpeza, ajuste, substituição de peças desgastadas e inspeção visual de componentes. Exemplo: A troca periódica de filtros de ar-condicionado conforme recomendação do fabricante para evitar o acúmulo de sujeira que pode comprometer o desempenho do sistema, garantir a eficiência energética e evitar falhas que resultem em altos custos de reparo e perda de conforto dos usuários.

3.7 **Manutenção Preditiva:** Utiliza ferramentas de monitoramento contínuo e análise de dados para prever quando uma falha pode ocorrer, permitindo que a manutenção seja realizada antes que o problema se manifeste. Baseia-se em técnicas como análise de vibração, ultrassom, ou termografia para antecipar defeitos. Exemplo: A inspeção termográfica dos quadros elétricos para identificar pontos quentes e evitar falhas antes que o sistema elétrico seja comprometido, evitando, assim, panes maiores e emergenciais.

3.8 **Serviços Eventuais:** São serviços prestados de maneira não contínua, realizados conforme a necessidade, mas que não se repetem com frequência. Normalmente são atividades programadas ou realizadas em intervalos maiores, sem a urgência ou a previsibilidade da manutenção preventiva. Exemplo: Pintura das fachadas do prédio, troca de piso de salas e modernização de edifícios.

3.9 Entenda-se como unidades utilizadas pelo Ministério Público, qualquer edificação, própria ou de terceiros, onde são prestadas as atividades jurisdicionais e/ou administrativas, conforme relação constante deste Termo de Referência.

3.10 Qualquer nova edificação, própria ou de terceiros, que vier a ser inserida no rol das edificações em uso pelo Ministério Público durante a vigência do contrato, o integrarão automaticamente, e as

edificações porventura excluídas estarão fora do contexto da contratação.

3.11 Entendam-se como serviços de manutenção predial, as atividades de manutenção executadas antes (manutenção preventiva ou preditiva) ou após (manutenção corretiva) à ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação.

3.12 Entenda-se como conservação as atividades de desempenho técnico destinadas a preservar as características de desempenho técnico e funcionamento dos componentes da edificação.

3.13 Entenda-se como recuperação ou restauração as atividades realizadas após ser atingido nível inferior à qualidade mínima aceitável, ou seja, quando há perda significativa de performance ou desempenho, podendo interferir na segurança dos usuários.

3.14 Entenda-se como modernização as atividades que visam que a qualidade do bem imóvel ultrapasse o nível inicialmente construído e projetado, fixando um novo patamar de qualidade e desempenho para a edificação e seus sistemas.

3.15 Entendam-se como adaptações de instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, mecânicas, de refrigeração e físicas, consertos, reparações e manutenção predial, bem como para as demais definições dos serviços a serem executados, constantes neste instrumento e seus anexos, as terminologias, recomendações, procedimentos e orientações constantes no Manual de Obras Públicas-Edificações, práticas da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio – SEAP e Secretária de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI;

3.16 Entendam-se como serviços de engenharia, segundo a Orientação Técnica – IBRT 02/2009, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, toda atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, manter, transportar, ou ainda, demolir.

3.17 No caso concreto, para as contratações de serviços comuns de engenharia, o objetivo preponderante é a mão de obra, onde não existirão modificações prediais exorbitantes e que alterem a concepção inicial, de modo que, em face da dificuldade de precisar o exato nível percentual de intervenção, que seja analisado caso a caso, dentro da conveniência administrativa típica ao gestor público, que deverá ser razoável, ou seja, adotar sua conduta dentro dos parâmetros comuns da experiência, pois, pela pouca representatividade na diferença entre obra e serviço, conforme discrimina a Lei, não parece possível que se consolide um conceito geral, sem elementos concretos que permitam a justificativa do conceito adotado.

3.18 Está incluída nos serviços de manutenção a execução de pequenos reparos e ajustes nas instalações visando atender as necessidades de funcionamento específico que venham a surgir no decorrer do uso do prédio, como manutenção, substituição e realocação de divisórias, bancadas e equipamentos, assim

como abertura de vãos de até 4,5m², que não afetem a estrutura do prédio, com priorização em situações de urgência e solicitações da Secção de Engenharia deste Órgão.

3.19 Síntese das Tarefas: Serão desenvolvidos serviços de manutenção em cada unidade predial nas áreas de instalações civis (alvenarias, janelas, grades, portas e portões, pisos, cobertas, lajes, estruturas, etc.); instalações hidráulicas; bombas d'água em geral; instalações elétricas (inclusive subestações, geradores e quadros); redes internas de telefonia; passagens de cabos da rede lógica e racks; para-raios; comunicação visual; reparos; ajustes em divisórias e bancadas, entre outros. As tarefas serão realizadas com base na descrição das rotinas básicas de manutenção e nas periodicidades definidas pela CONTRATANTE, e/ou sempre que ocorram fatos que determinem as intervenções.

3.20 Caberá à CONTRATADA executar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, serviços de remanejamento e instalação de novos pontos de rede lógica, elétrica, telefonia, hidráulica, bem assim todos os itens manutenidos. Fica esclarecido que os serviços relacionados neste item não poderão ter características de reforma geral do imóvel, caso em que o Ministério Público do Estado de Alagoas deverá promover a contratação por meio de procedimento licitatório específico.

3.21 Referente aos serviços comuns de instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, jardinagem e marcenaria, este contrato fica restrito a reparos gerais no interior do estado e, na capital, será utilizado em caso de serviços de modernização dos ambientes.

3.22 A finalidade precípua da contratação dos serviços será a de manter as instalações prediais em perfeito estado de conservação, propiciando um ininterrupto funcionamento e detecção de desgastes ou defeitos para sua imediata correção.

3.23 **É expressamente vedada a construção de novas unidades ministeriais por meio do contrato decorrente deste certame.**

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Adotar boas práticas de otimização da utilização dos recursos e de redução de desperdícios, tais como treinamento/capacitação periódico dos empregados sobre boas práticas voltadas ao consumo consciente, redução de desperdício dos recursos naturais e coleta coletiva;

4.1.2 Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

4.1.3 Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança de trabalho de acordo com as normas da Contratante;

4.1.4 Conduzir suas ações de acordo com os requisitos legais aplicáveis, devendo observar também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

4.1.5 Fornecer aos empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que se fizerem necessários para a execução dos serviços, de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho, quando couber;

4.1.6 Destinar de forma ambientalmente adequada os materiais e equipamentos que forem utilizados na prestação dos serviços, quando couber;

Subcontratação

4.2 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total, nas seguintes condições:

4.2.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.2.2 A subcontratação fica limitada ao fornecimento de materiais, equipamento e peças de reposição e aos serviços sob demanda e eventuais.

4.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.7 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.8 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.8.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.8.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.8.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.8.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.9 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.10 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.11 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.12 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.12.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.13 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.13.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.13.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.13.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.14 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.15 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.16 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.17 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.18 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.18.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.18.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

4.19 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.19.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.19.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.20 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.21 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.22 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.23 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.24 A avaliação prévia dos locais de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno

das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 7:30 horas às 13:30 horas.

4.25 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.26 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.26.1 A vistoria poderá ser agendada pelo e-mail da Seção de Engenharia em engenharia@mpal.mp.br.

4.27 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.28 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.29 Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Maceió/AL.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: dia posterior à assinatura do contrato.

5.1.2 Os serviços poderão ser executados a qualquer momento, inclusive fora do expediente normal do Ministério Público, incluindo fins de semana e feriados, desde de que solicitado pela fiscalização e mediante a abertura de ordem de serviço.

5.1.3 Todos os serviços devem ser registrados por meio de fotografia que evidenciem o estado anterior e posterior à intervenção, devendo ser enviados à fiscalização no formato de relatório fotográfico.

5.1.4 A Contratada é responsável por preencher relatório diário de manutenção e submetê-lo à apreciação e validação da fiscalização.

5.1.5 Todo e qualquer serviço que não seja crítico/urgente, somente poderá ser iniciado após a expedição da respectiva ordem de serviço e planilha de preços.

5.1.5.1 As ordens de serviço serão acompanhadas de planilha de preços à luz da realidade contratual (SINAPI – desconto contratado + BDI contratado), projetos (se for o caso), registros fotográficos, cadernos de especificações e demais documentos que o fiscal julgar necessário.

5.1.5.2 Ordens de serviços com valores acima de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser autorizadas pelo Procurador-Geral de Justiça ou quem ele designar.

5.1.6 No prazo de até 5 (cinco) dias após o recebimento da ordem de serviço deve ser apresentada ao Contratante cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada no conselho respectivo, bem como a matrícula (CEI) INSS, quando cabível.

5.1.7 A Contratada deve implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas os locais de execução.

5.1.8 Os serviços considerados críticos/urgentes têm prazo máximo de atendimento igual a 3 (três) horas somados ao tempo de deslocamento obtido por um veículo com velocidade média de 60 km/h.

5.2 O percentual de desconto a ser registrado na contratação refere-se ao desconto sobre os serviços da tabela SINAPI com desoneração, e na sua falta, a tabela ORSE, e, por fim, cotações de mercado, quando devidamente justificadas pela Fiscalização/Gestão do Contrato.

5.2.1 Esta cadeia de prioridade deve ser seguida durante toda a vigência contratual.

5.2.2 Quando forem realizadas cotações de mercado, estas devem ser feitas mediante pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência.

5.2.3 Cotações realizadas via telefone, devem conter, no mínimo, identificação do estabelecimento informante; especificação do objeto; unidade de fornecimento; data da coleta; nome do informante; nome do coletor; preço de venda, incidências de impostos e as condições de comercialização.

5.2.3.1 Se possível, deve-se solicitar confirmação da proposta por e-mail ou em formato PDF, onde seja incluído carimbo de CNPJ, timbre da empresa e assinatura de funcionário.

5.2.4 Em pesquisas de preço realizadas a partir de sites eletrônicos, deve-se registrar também a imagem da tela, com hora e data visíveis.

5.3 Quanto ao percentual estimativo do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas apuradas à luz da realidade da proponente, deve-se observar a impossibilidade do repasse do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que por serem considerados encargos de natureza personalíssima, não podem ser repassados à Administração, nos termos do Acórdão TCU 950/2007 – Plenário, ratificado por reiterados entendimentos posteriores. Por este motivo estes custos deverão ser suportados por valores inseridos na taxa de despesas indiretas e margem de lucro.

Ordens de Serviço, Comunicações e Observações

5.4 Os serviços serão autorizados por meio de ordem de serviços e seus valores serão obtidos na Tabela SINAPI com abrangência nacional, localidade Alagoas, vínculo nacional Caixa e subsidiariamente com conveniado, ou ORSE, conforme detalhamento contido neste Termo de Referência, mediante aplicação do desconto ofertado, acrescido do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas. Os preços referem-se às tabelas mais recentes, vigentes à época da emissão da ordem de serviço.

5.5 A adoção como referência de preços de cada ordem de serviço estará alinhada de acordo com a composição de preços unitários obtido no SINAPI e que sejam menores ou iguais aos valores constantes nos respectivos sistemas, aplicando o desconto ofertado e acrescido do percentual do BDI.

5.6 Adotar-se-á o preço disponível no SINAPI ou ORSE, conforme detalhamento contido neste Termo de Referência, vigente à época da emissão de cada ordem de serviço.

5.7 As ordens de serviço serão confeccionadas com o detalhamento dos preços unitários e seu controle, medição e pagamento estarão vinculados aos serviços efetivamente executados.

5.8 **Os valores registrados neste Termo de Referência para fins de balizamento das propostas são meramente estimativos, não ensejando a obrigatoriedade da Administração executá-los em sua integralidade.**

5.9 **A realização dos presentes serviços ocorrerá por meio de lavratura de ordens de serviço e seu respectivo pagamento após medição e confirmação dos resultados alcançados, registrados através de relatório fotográfico. Para tanto, adota-se como parâmetro de composição dos preços unitários o sistema SINAPI ou ORSE, conforme detalhamento contido neste Termo de Referência.**

5.10 O valor de cada Ordem de Serviço será obtido da soma dos custos unitários de insumos ou serviços, que deverão ser iguais ou menores que seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI –, mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal na rede mundial de computadores, aplicando-se o desconto ofertado na proposta e, posteriormente, incidindo o BDI proposto.

5.11 A execução dos serviços atenderá aos projetos, especificações e as diretrizes adotadas pela Fiscalização da Contratada.

5.12 Os valores estimados para a contratação pretendida servirão como balizamento para julgamento do presente certame, cabendo ao CONTRATANTE a definição e a estipulação dos quantitativos totais dos serviços a serem executados durante a vigência do contrato, sempre fundamentado por estudos de viabilidade técnica, não estando o CONTRATANTE obrigado a executá-los totalmente, ou, podendo

ainda, fazer supressões e compensações dos valores entre as mais diversas unidades do Ministério Público, bem como acréscimos, observando para isto, o limite máximo do valor global contratado, a disponibilidade orçamentária e as regras estabelecidas na legislação pátria, neste instrumento e seus anexos.

5.13 Se porventura, durante a execução contratual, for necessária a execução de serviços não constantes no SINAPI, estes terão como referência para a formação de preços o sistema ORSE do Governo de Sergipe, ou pesquisa de mercado. **Qualquer que seja a fonte de pesquisa de preços adotada, será aplicado o desconto ofertado, acrescido do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas.**

5.14 Os materiais necessários à execução deverão ser fornecidos pelo CONTRATADO, nos termos do CONTRATO, os quais serão pagos pela CONTRATANTE, após sua aplicação e medição, juntamente com os serviços realizados.

5.15 Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira linha e qualidade ou similares (mesma qualidade técnica), e estarem de acordo com as especificações que serão elaboradas pela fiscalização e com os materiais já utilizados nas instalações.

5.16 No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações do CONTRATANTE; ou, em não havendo mais aquela marca no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável), a substituição deverá ocorrer por material de critério (parâmetros qualitativos) de desempenho igual ou superior, após aprovação da fiscalização do Ministério Público.

5.17 Toda a comunicação (envio de ordens de serviço, notificações, solicitações da contratada etc) deverá ser realizada através do e-mail engenharia@mpal.mp.br.

5.17.1 O prazo de resposta de e-mails enviados pela CONTRATANTE é de 72h.

5.17.2 Caso seja vantajoso para a CONTRATANTE, podem ser alterados os softwares utilizados para a comunicação, mantendo-se o prazo de resposta fixado em 72h.

5.18 Antes da aplicação de quaisquer materiais, estes deverão ser submetidos à apreciação da fiscalização, através do e-mail engenharia@mpal.mp.br, principalmente no caso de materiais similares em qualidade técnica.

5.19 Os serviços de manutenção deverão serão realizados sob a forma de prestação continuada ou intermitente, programada ou eventual por equipes operacionais, definidas para o tipo de atividade desenvolvida ou para a solução de situações específicas, todas supervisionadas por profissionais de nível superior da CONTRATADA, que assumirão a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

5.20 A Contratada deverá providenciar o fornecimento de toda a mão de obra, ferramentas e equipamentos, necessários à prestação dos serviços de **conservações, reparações, consertos, instalações e manutenções prediais e de seus equipamentos,** de forma preventiva e corretiva, preditiva, em conformidade com especificações, normas técnicas e demais condições constantes deste Termo de referência e aquelas fornecidas pela Contratada através de seu gestor e fiscal.

5.21 Caso os serviços não estejam de acordo com as especificações e projetos, devem ser refeitos sem ônus para o Contratante.

5.22 Todos os profissionais serão alocados pela futura empresa contratada, apenas por ocasião da realização dos serviços programados, e após sua conclusão retornam à sede da empresa contratada ou ao seu local de origem, não havendo, portanto, qualquer vínculo com o Contratante, **não caracterizando mão de obra residente.**

5.23 Todos os profissionais vinculados à empresa que forem alocados na execução de serviços demandados pelo Ministério Público de Alagoas devem apresentar a qualificação técnica necessária à realização das atividades e terem suas funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, devendo a comprovação da especialização e dos treinamentos obrigatórios deve ser encaminhada ao e-mail engenharia@mpal.mp.br.

5.24 Todos os profissionais destinados à execução das atividades referentes a uma Ordem de Serviço devem ter seus dados (nome completo, CPF, RG, nome da mãe e telefone) informados à Fiscalização do Contrato ao engenharia@mpal.mp.br.

5.25 Qualquer profissional cuja conduta disciplinar seja considerada inconveniente pelo Contratante deve ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação.

5.26 A Contratada deve se responsabilizar por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do Ministério Público do Estado de Alagoas.

5.27 A Contratada deve manter no local objeto da execução, durante os turnos de trabalho, pessoas capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, com a missão de garantir o bom andamento dos serviços, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços.

5.27.1 Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços do Contratante e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

5.28 A Contratada deverá disponibilizar, quando solicitada, profissionais qualificados na cidade sede de cada unidade, para atender as demandas consideradas críticas.

5.28.1 Entendam-se como demandas críticas aquelas situações que caracterizem uma necessidade iminente da realização de qualquer serviço, decorrente de acidentes, incidentes ou a ocorrência de qualquer imprevisto que gere qualquer prejuízo ou perigo e exijam rápida intervenção por parte do contratado no sentido de eliminar as causas dos respectivos problemas.

5.29 O prazo de início de atendimento das Ordens de Serviços será de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data do seu recebimento.

5.29.1 Neste ato, a CONTRATADA deverá ajustar com a CONTRATANTE o prazo máximo de execução dos respectivos serviços.

5.30 Deverá ser providenciada a Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T. ou Registro de Responsabilidade Técnica – R.R.T., específica para o objeto deste contrato, do responsável técnico pela execução dos serviços conforme dispõe o Art. 1º da lei 6496/77 e Art. 3º da Resolução nº 307/86 – CONFEA, assim como a cada serviço de maior complexidade indicado pela contratante.

5.31 Se durante a vigência do contrato houver troca do responsável técnico, este fato deverá ser previamente informado à Fiscalização e será providenciada nova A.R.T. ou R.R.T, conforme disciplina a Resolução nº 307/86 – CONFEA.

5.32 A Contratada deverá se submeter aos controles de programação ou de supervisão e fiscalização de serviços na forma apresentada pela Fiscalização, tais como os Diários de Manutenção, Controles de acesso e de presença das equipes, controles de emprego de materiais ou outros, e cronograma dos serviços demandados.

5.32.1 Quanto aos serviços de maior tempo de execução, deverá ser apresentado cronograma de etapas, conforme indicação da contratante.

5.33 As Ordens de Serviço serão emitidas pelo Fiscal/Gestor do Contrato, após oficialização da demanda pelo setor requisitante e após elaboração dos projetos e planilha orçamentária necessários à execução das atividades.

5.33.1 Em caso de serviços de manutenção, o setor de Engenharia do Contratante pode justificar a demanda através de documento técnico anexo à Ordem de Serviço.

5.34 As Planilhas Orçamentárias serão elaboradas exclusivamente pelo setor de Engenharia do Contratante.

5.34.1 Os itens administração de obra, mobilização e desmobilização serão incluídos em cada ordem de serviço como a última etapa da planilha orçamentária, antes da aplicação do desconto e do BDI Contratual, seguindo os percentuais que constam nas Tabelas abaixo:

Mobilização e Desmobilização		
Região	**Distância do Prédio Sede**	**Percentual de Mobilização e Desmobilização**
01	⩽ 30 km	0,30%
02	> 30 km a ⩽ 65 km	0,50%
03	> 65 km a ⩽ 130 km	0,80%

04	> 130 km	1,10%

Administração de Obra		
Faixa	**Valor da Planilha Orçamentária Antes da Aplicação de Administração de Obra, Mobilização, Desconto e BDI**	**Percentual de Administração**
01	⩽ R$ 5.000,00	7,00%
02	> R$ 5.000,00 a ⩽ 30.000,00	6,00%
03	> R$ 30.000,00 a ⩽ 100.000,00	5,00%
04	> R$ 100.000,00	4,00%

5.34.2 Os percentuais de administração de obra, mobilização e desmobilização referem-se ao valor global da planilha antes da incidência do BDI e do desconto contratual e serão somados a fim de compor um único item/porcentagem.

5.34.2.1 A porcentagem referente a cada um deve ser discriminada no cabeçalho da planilha orçamentária.

Especificação da garantia do serviço

5.35 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Atendimento excepcional e urgente

5.36 A empresa deve indicar, na assinatura do contrato, número telefônico móvel com profissional responsável para tratar de assuntos relativos aos serviços contratados e que seja de pronto atendimento nos fins de semana, feriados e em casos excepcionais e urgentes.

Uniformes e equipamentos de proteção individual

5.37 Os uniformes e equipamentos de proteção individual a serem fornecidos pelo Contratado a seus colaboradores deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante.

5.37.1 Os uniformes deverão conter a identificação da empresa e do funcionário.

5.38 Todos os empregados da Contratada deverão desenvolver suas atividades devidamente uniformizados, exceção feita aos engenheiros.

5.39 Os empregados da Contratada deverão utilizar equipamentos de proteção individual adequados às suas atividades, bem como estarem permanente e devidamente uniformizados de forma condizente com sua circulação nos ambientes do Contratante.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.7.1 O preposto indicado pela Contratada deve estar disponível para a realização de reuniões no Prédio Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, no período compreendido entre 7h30 e 13h30, de segunda-feira à sexta-feira, mediante prévio agendamento.

Rotinas de Fiscalização

6.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

6.16 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.18 Cabe ao gestor do contrato:

6.18.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto será feita a partir das medições dos serviços.

7.2 As medições serão realizadas pela Fiscalização, mediante solicitação expressa da Contratada, que deverá elaborar e apresentar, pelo e-mail engenharia@mpal.mp.br, relatório do serviço composto pelas planilhas de serviços efetivamente prestados no período, acompanhadas de memorial de cálculo e fotografias do antes e depois.

7.2.1 Os arquivos devem estar conforme modelo fornecido pelo Contratante.

7.3 As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas eletronicamente e encaminhadas ao Contratante, pelo e-mail protocolo.administrativo@mpal.mp.br.

7.3.1 No corpo da nota fiscal deverão ser especificados: o número e código da ordem de serviço, o descritivo das atividades executadas e o número do contrato.

7.3.2 Cada nota fiscal deve se referir unicamente a uma ordem de serviço, sendo vedado o pagamento de serviços constantes em mais de uma ordem de serviço em uma mesma nota fiscal.

7.3.3 A nota fiscal correspondente à medição deverá ser encaminhada acompanhada de:

a) demonstrativo, detalhando os itens medidos, com fotografias, conforme planilha de preços, bem como demais itens necessários;

b) comprovantes dos recolhimentos relativos às leis sociais.

7.4 A remuneração será realizada sempre com base nos serviços efetivamente realizados no período.

7.4.1 A última medição será realizada somente após recebimento provisório dos serviços, salvo nos casos que por motivos comprovadamente alheios à Contratada e em que a demora na obtenção de documentos venha a reter de modo prejudicial à remuneração devida.

7.5 No caso dos serviços não estarem em conformidade com o contrato, o Fiscal impugnará as respectivas etapas, discriminando através de termo as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a Contratada, com o recebimento do termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.

7.6 À Contratada caberá sanar as falhas apontadas, submetendo, posteriormente, a(s) etapa(s) impugnada(s) a nova verificação.

Do recebimento

7.7 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo detalhado, conforme modelo do Anexo II, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.8 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.9 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.10 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.11 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, conforme modelo do Anexo III, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado, conforme modelo do Anexo III, para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18 Enviar a documentação ao setor pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.23 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.33 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38 O desconto inicialmente contratado é fixo e irreajustável, considerando as planilhas referenciais utilizadas e atualizadas mensalmente.

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133,

de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão

considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos

administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2 As propostas devem ser apresentadas conforme quadro abaixo:

A – Valor estimado dos serviços	R$ 793.867,94
B – Desconto - %	_____% e R$
C – Subtotal (A – B)	R$
D – BDI	_____% e R$
Valor total (C+D)	R$

Onde:

A) Valor **fixo** e estimado da contratação para o período de vigência do contrato, tendo por base os preços estabelecidos na tabela SINAPI com desoneração, na forma estatuída acima;

B) O percentual de desconto a ser registrado na proposta refere-se ao desconto sobre a tabela SINAPI ou aquela que a substituir, o qual servirá de base durante toda a vigência contratual;

D) BDI – Benefícios e Despesas Indiretas apurados à luz da realidade da proponente, observando a impossibilidade do repasse do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, em obediência ao Acórdão TCU nº 950/2007, ressalvados os casos de impostos faturados nos termos do Acórdão 2.586/2007.

E) O valor global proposto, apurado da seguinte forma: Valor estimado sem BDI, deduzido do desconto ofertado e acrescido do BDI indicado [fórmula (A – B) + D].

9.3 O detalhamento da composição do BDI a ser proposto deverá ser composto de acordo com o **Acórdão TCU nº 2622/2013 - Plenário**, e, no que couber, subsidiariamente pelo Decreto Estadual nº 3.962 de

4 de janeiro de 2008, utilizando a fórmula abaixo:

Composição Analítica de LDI ou BDI				
Faixa de BDI* (Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário)				**20,34% a 25,00%**
DESCRIÇÃO	**VALORES DE REFERÊNCIA %**			**BDI ADOTADO - % (Inserir percentuais)**
	1º Quartil	**Médio**	**3º Quartil**	
Administração Central (AC)	3,00%	4,00%	5,50%	0,00
Seguro e Garantia (S+G)	0,80%	0,80%	1,00%	0,00
Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	0,00
Despesas Financeiras (DF)	0,59%	1,23%	1,39%	0,00
Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	0,00
Impostos** ***(soma dos itens abaixo)***				**0,00**
COFINS	Conforme Legislação específica.			0,00
PIS				0,00
ISS***				0,00
INSS (Alíquota desoneração)	4,5%			0,00
			TOTAL*	**0,00**

(*) Item 9.2.1 Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário: Quando a taxa de BDI indicada pelo Tomador estiver fora dos patamares estipulados, o detalhamento do BDI deve ser acompanhado de relatório técnico circunstanciado, justificando a adoção do percentual adotado para cada parcela do BDI, assinado pelo profissional responsável técnico do orçamento, usando como diretriz os percentuais apresentados na tabela

acima.

(**) Os percentuais de impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente.

(***) Item 9.3.2.3 Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário: Para o ISS, deve-se considerar a legislação tributária municipal, a base de cálculo e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual entre 2% e 5%.

Considerar a planilha orçamentária COM desoneração.

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC: Administração Central

S: Seguro

R: Risco

G: Garantia

DF: Despesas Financeiras

L: Lucro

I: Impostos

9.4 Para efeitos de apresentação da proposta de preços, os tributos que integram o BDI, especificamente em relação ao ISS, deverão ser informados considerando o município de Maceió/Alagoas, com sua respectiva alíquota vigente, compatíveis com o regime tributário adotado pelo licitante, ressalvadas, caso haja possibilidade legal, as propostas apresentadas por empresas optantes pelo regime tributário denominado "Simples Nacional", de modo que, o preço Estimado dos Serviços poderá ser consolidado em quadro único.

9.4.1 Na fase da execução dos serviços será adotado na composição do BDI o percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde for prestado o serviço, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota.

9.5 O Licitante deverá apresentar a composição própria do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas).

Regime de Execução

9.6 O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.7 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.8 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o valor estimado dos serviços, o desconto ofertado, o BDI e o valor total, conforme modelo acima.

Exigências de habilitação

9.9 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.10 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.12 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.18 Ato de autorização para o exercício da atividade de engenharia, expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia nos termos do art. 3º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

9.19 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.21 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.26 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.28 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.29 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

SG = Ativo Total/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

LC = Ativo Circulante/Passivo Circulante

9.30 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.31 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.34 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.35 Registro ou inscrição da empresa no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CFT – Conselho Federal dos Técnicos Industriais ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em plena validade;

9.35.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.36 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.36.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.36.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.36.1.2 contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do valor a ser contratado.

9.36.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.36.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37 Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Maceió/Alagoas, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.38 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.39 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.40 Apresentação dos profissionais, abaixo indicados, devidamente registrados no conselho profissional competente, detentores de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicados:

9.40.1 **Serviços de manutenção predial e reforma**, por engenheiro civil, arquiteto ou técnico habilitado;

9.40.2 **Serviços de recuperação estrutural**, por engenheiro civil;

9.40.3 **Serviços de instalações elétricas de baixa tensão**, por engenheiro eletricista ou técnico em eletrotécnica;

9.40.4 **Serviços de instalações elétricas com gerador e subestação**, por engenheiro eletricista;

9.40.5 **Serviços de instalações hidrossanitárias**, por engenheiro civil, engenheiro sanitarista, engenheiro mecânico ou técnico em edificações;

9.40.6 **Serviços de instalações lógicas, de telefonia, SPDA e CFTV**, por engenheiro eletricista ou técnico em eletrotécnica / telecomunicações;

9.40.7 **Serviços de combate ao incêndio e pânico**, por engenheiro civil, engenheiro mecânico, engenheiro eletricista ou arquiteto.

9.40.8 Os atestados devem estar devidamente registrados no conselho competente e acompanhados das Certidões de Acervo Técnico – CAT – dos profissionais, bem como das respectivas ART's, TRT's ou RRTs que geraram as CATs emitidas, nos casos em que não possuírem certificação eletrônica.

9.40.9 As Certidões de Acervo Técnico devem estar em nome do profissional legalmente habilitado.

9.40.10 **As licitantes devem ainda apresentar termo de ciência dos profissionais indicados, concordando com a indicação e com o vínculo com a pessoa jurídica, conforme modelo do Anexo I.**

9.40.11 Os profissionais acima indicados deverão participar do serviço objeto do contrato e estarem cientes disso, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.41 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Disposições gerais sobre habilitação

9.42 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.43 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.44 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.45 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.46 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.47 Admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.47.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.47.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.47.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.47.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.47.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.47.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.47.6.1 ata de fundação;

9.47.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.47.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.47.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.47.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.47.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.47.6.7 última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R$ 992.334,93 (novecentos e noventa e dois mil trezentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos), conforme custos apostos na tabela abaixo.

A – Valor estimado dos serviços	R$ 793.867,94
B – Desconto - %	0% - R$ 0,00
C – Subtotal (A – B)	R$ 793.867,94
D – BDI - %	25% - R$ 198.466,99
Valor total (C+D)	R$ 992.334,93

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos a serem informados pela Diretoria de Programação e Orçamento do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Maceió/AL, 12 de agosto de 2026.

Caio Roberto Monteiro Neves
Assessor de gabinete – Engenheiro Civil

João Elias de Holanda Gomes
Chefe da Seção de Engenharia

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E VÍNCULO

_____(nome do profissional), portador da carteira e registro no _____ (conselho correspondente) número _____ (número do registro), declaro estar ciente e de acordo com a minha indicação pela empresa _____(razão social da empresa licitante) como responsável técnico pelos trabalhos objeto do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, em relação aos serviços de:

1. ( ) **Manutenção predial e reforma**, sendo ( ) engenheiro civil / ( ) arquiteto / ( ) técnico habilitado
2. ( ) **Serviços de recuperação estrutural**, sendo ( ) engenheiro civil
3. ( ) **Serviços de instalações elétricas de baixa tensão**, sendo ( ) engenheiro eletricista / ( ) técnico em eletrotécnica
4. ( ) **Serviços de instalações elétricas com gerador e subestação**, sendo ( ) engenheiro eletricista
5. ( ) **Serviços de instalações hidrossanitárias**, sendo ( ) engenheiro civil / ( ) engenheiro sanitarista / ( ) engenheiro mecânico / ( ) técnico em edificações
6. ( ) **Serviços de instalações lógicas, de telefonia, SPDA e CFTV**, sendo ( ) engenheiro eletricista / ( ) técnico em eletrotécnica / telecomunicações
7. ( ) **Serviços de combate ao incêndio e pânico**, sendo ( ) engenheiro civil / ( ) engenheiro mecânico / ( ) engenheiro eletricista / ( ) arquiteto.

Declaro ainda manter vínculo profissional com a empresa acima ou que manterei vínculo profissional com a mesma em caso de contratação dela com o Ministério Público do Estado de Alagoas a partir desta licitação.

Maceió/AL, de de 2025.

Profissional (nome e assinatura)

ANEXO II

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	**CNPJ**	xxxxxxxxxxxx
Nº DA OS	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL			
<Descrição do serviço solicitado relacionada ao contrato anteriormente identificado>			
ITEM	**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**	**MÉTRICA**	**QUANTIDADE**
1	<Descrição igual ao da OS de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
…			
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 140, inciso I, alínea "a", da Lei 14.133/2021, que os serviços correspondentes à OS acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos provisoriamente na presente data e serão objetos de avaliação por parte da **CONTRATANTE** quanto à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**.

4 – ASSINATURAS

FISCAL TÉCNICO / FISCAL ADMINISTRATIVO

_____

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

_____

<Nome do Fiscal Administrativo do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO III

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	**CNPJ**	xxxxxxxxxxxx
Nº DA OS	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL			
<Descrição do serviço solicitado relacionada ao contrato anteriormente identificado>			
ITEM	**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**	**MÉTRICA**	**QUANTIDADE**
1	<Descrição igual ao da OS de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
…			
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei 14.133/2021, que os serviços correspondentes à OS acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram prestados pela **CONTRATADA** e ATENDEM às exigências contratuais de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Contrato acima indicado.

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à OS acima identificada monta em R$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

5 – ASSINATURAS

GESTOR DO CONTRATO

_____

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

6 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

GESTOR DO CONTRATO

Autoriza-se a **CONTRATADA** a faturar os serviços executados relativos à supracitada OS, no valor discriminado no item 4, acima.

_____

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

7 – CIÊNCIA

PREPOSTO

_____

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**26/08/2026 09:44:57**
Origem	**SEÇÃO DE ENGENHARIA (CAIO ROBERTO MONTEIRO NEVES)**
Destino(s):	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **CAIO ROBERTO MONTEIRO NEVES**, em 26/08/2026, às 09:44, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:23**.

Elaboração de Minuta (920420)

Data do Movimento:	**01/09/2026 06:48:38**
Criador:	**FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**
Resumo:	**Minuta de edital e contrato**

Juntou-se aos autos a minuta do edital e do termo contratual, esta elaborada em conjunto com a Coordenadoria de Contratos e Convênios, como preconiza o art. 16 do Ato PGJ nº 05/2024.

Acrescentou-se também portaria PGJ nº 1, de 2 de janeiro de 2024, que designou servidores para atuar como agentes de contratação, pregoeiro e equipe de apoio.

Por fim, remetam-se os autos à Controladoria Interna, para prosseguimento da rotina de contratação do Ato PGJ nº 05/2024, ou seja, para análise, conforme art. 17.

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 01/09/2026 06:48:38, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **Minuta de edital e contrato**

Data de Criação: **01/09/2026 06:48:39**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO
XX/XXXX

CONTRATANTE (UASG)
453791

OBJETO
Serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
R$ 999.334,93 (novecentos e noventa e nove mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia XX/XX/XXXX às XXh (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço global

MODO DE DISPUTA:
Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS
Sim

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/XXXX

GED Nº 20.08.1353.0000244/2026-55

Torna-se público que o Ministério Público do Estado de Alagoas, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediado na Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço – Maceió/AL, CEP 57.025-400, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa de engenharia especializada para executar, sob demanda, serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.6.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.6.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.6.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.4 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.5 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.6 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.6.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.6.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.6.9 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.6.10 Constituída sob a forma de sociedade por ações;

3.6.11 Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.7. A falsidade da declaração de que tratam os itens 3.3 e 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total do item, apresentados conforme item 9.2 do Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 100,00 (cem reais).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá o modo de disputa aberto e fechado e os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro

horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.16.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.16.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Alagoas;

5.19.2. Empresas brasileiras;

5.19.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e

6.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.2.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

6.6.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio expressamente admitido pela Administração.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por meio da Seção de Engenharia em engenharia@mpal.mp.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

7.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14.3 suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.14.4 suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.mpal.mp.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.6. Fraudar a licitação;

9.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licitacao@mpal.mp.br, devendo o interessado fazer referência a que edital se refere.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR),

para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

11.4. Os prazos dos itens 11.2 e 11.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.mpal.mp.br.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. Anexo I – Termo de Referência;

12.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Termo de Ciência e Vínculo;

12.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Termo de Recebimento Provisório;

12.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Termo de Recebimento Definitivo;

12.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato.

Maceió, XX de XXXX de XXXX.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

APÊNDICE DO ANEXO I – TERMO DE CIÊNCIA E VÍNCULO

APÊNDICE DO ANEXO I – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

APÊNDICE DO ANEXO I – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

ARQUIVOS EM ANEXO AO EDITAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/____, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS E _____, PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS COMUNS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA E DE MODERNIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES UTILIZADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS.

CONTRATANTE: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**, CNPJ nº 12.472.734/0001-54, com sede na Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, na cidade de Maceió-AL, CEP 57025-400, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, (nome do representante), CPF nº.....

CONTRATADO(A): **(nome em negrito e caixa alta)**, CNPJ nº....., com sede (endereço completo), doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, representado(a) por seu(sua) (cargo do representante), (nome do representante), CPF nº.....

Tendo em vista o que consta no Expediente nº …….. e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ……../……, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de de empresa de engenharia especializada para executar, sob demanda, serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização de edificações.	1627	Unidade	1	R$ 992.334,93	R$ 992.334,93

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ ..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.3. Demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.4. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar os responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC),quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a

ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de Suboperadores e Subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes desta contratação poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA – 2024 – 2027, no programa de trabalho: 03.122.1011.5228 – manutenção das atividades do Ministério Público, PO – 00259 – manutenção e funcionamento da tecnologia da informação, natureza de despesa: 339040 – serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.

As despesas decorrentes deste processo poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA – 2024 – 2027, no programa de trabalho: 03.122.1011.5228 – manutenção das atividades do Ministério Público, PO – 000519 – conservação e adaptação das unidades do Ministério Público, natureza de despesa: 339039 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Maceió, Estado de Alagoas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Maceió-AL, …… de …… de ……..

Pela **CONTRATANTE:** Pela **CONTRATADA:**

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Anexo 2

Descrição do Arquivo: **Portaria PGJ nº 1, de 2 de janeiro de 2024**

Data de Criação: **01/09/2026 06:48:39**

Despacho: 1. Remeta-se cópia do Ofício Circular n. 65/2023/CPE, via *e-mail* funcional, à Corregedoria-Geral, à Diretoria-Geral e ao Comitê de Tabelas Unificadas do Ministério Público do Estado de Alagoas, para os fins de direito. 2. Em seguida, arquive-se.

Coordenadoria de Interlocução com o CNMP, 2 de janeiro de 2024.

Willams Ferreira de Oliveira
Analista do Ministério Público

Humberto Pimentel Costa
Promotor de Justiça

Portarias

PORTARIA PGJ nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais legais e com fundamento no art. 6º, L e LX, art. 7º e art. 8º, todos da Lei 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para atuar como Agentes de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio nos procedimentos de contratação regidos pela Lei 14.133, de 1º de abril de 2021:

I – FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA, matrícula nº 825260-2; II – JOSEVÂNIO DE ALMEIDA LIMA, matrícula nº 825176-2; III – GINA ALENCAR MEDEIROS, matrícula nº 8255579-6; IV – JOSÉ ALDO PEREIRA DANTAS JUNIOR, matrícula nº 8255450-1.

§1º Nas licitações processadas por meio da modalidade pregão, os Agentes de Contratação designados na forma do caput deste artigo serão denominados pregoeiros, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei nº 14.133/2021, onde o responsável pela Coordenadoria de Licitações poderá atuar como pregoeiro.

§2º Compete aos Agentes de Contratação conduzir e coordenar a fase de seleção do fornecedor, caracterizada pelos atos compreendidos entre a publicação do edital da licitação ou divulgação do aviso de dispensa e a homologação do respectivo resultado.

§3º Compete ao responsável pela Coordenadoria de Licitações a distribuição dos processos de contratação a cada um dos agentes indicados na forma do caput deste artigo, bem como designar seus substitutos, nas hipóteses de afastamento, impedimento legal ou regulamentar.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Permanente de Contratação deste:

I – FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA, matrícula nº 825260-2; II – JOSEVÂNIO DE ALMEIDA LIMA, matrícula nº 825176-2; III – GINA ALENCAR MEDEIROS, matrícula nº 8255579-6; IV – JOSÉ ALDO PEREIRA DANTAS JUNIOR, matrícula nº 8255450-1.

Art. 3º Em suas ausências ou impedimentos, o Presidente da Comissão de Contratação será substituído pelos demais integrantes, na ordem indicada no art. 2º desta Portaria.

§1º Compete à equipe de apoio prestar auxílio ao Agente de Contratação e/ou à Comissão de Contratação, observadas suas respectivas áreas de atuação, conhecimentos e habilidades, bem como o objeto a ser contratado.

§2º A Comissão de Contratação não poderá se reunir com número inferior a 3 (três) integrantes, nos termos do art. 8º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao integrante que atuar como Presidente da Comissão, se for o caso, solicitar a designação de servidora para substituir o integrante afastado ou impedido.

Art. 4º A designação de Comissão de Contratação em caráter permanente não impede eventual designação de comissão de contratação em caráter especial, quando as circunstâncias de contratação específica assim exigir.

Art. 5º Revoga-se a Portaria PGJ nº 20/2023.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 2, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias de ANDRESSA LOUREIRO DE MENDONÇA ALVES AMARAL, Assessora de Gabinete, referentes ao mês de janeiro do corrente ano.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 3, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias de CARLOS HENRIQUE CAVALCANTI LIMA, Analista do Ministério Público – Área gestão pública, referentes ao mês de janeiro do corrente ano.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 4, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias de AMANDA CURY GERALDES, Assessora Técnica, referentes ao mês de janeiro do corrente ano.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 5, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o servidor VICTOR MARINHO DE MELO MAGALHÃES, portador do CPF nº 049.657.234-22, Analista do Ministério Público – Gestão Pública, para exercer a Função Gratificada de Coordenador de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, símbolo FG-C, do Quadro desta PGJ, até ulterior deliberação, com efeitos retroativos ao dia 1º de janeiro do corrente ano, revogando-se as disposições contidas na Portaria PGJ 25/2017.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**01/09/2026 06:48:50**
Origem	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Destino(s):	**CONTROLADORIA INTERNA (PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 01/09/2026, às 06:48, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:23**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**04/09/2026 13:45:24**
Criador:	**PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA**
Resumo:	**Análise da Controladoria Interna**

Análise da Controladoria Interna em anexo.

Movimento assinado eletronicamente por **PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA**, em 04/09/2026 13:45:24, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **Análise da Controladoria Interna**

Data de Criação: **04/09/2026 13:45:24**

Ministério Público do Estado de Alagoas
Procuradoria Geral de Justiça
Controladoria Interna

MANIFESTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

1. Trata-se de procedimento instaurado pela Seção de Engenharia desta instituição (fl. 02), em que pugna pela realização de procedimento licitatório para contratação de empresa de engenharia especializada em executar, sob demanda, serviços comuns de manutenção predial preventiva, corretiva e de modernização das edificações utilizadas por este Ministério Público do Estado de Alagoas. O valor estimado da licitação é de R$ 999.334,93 (novecentos e noventa e nove mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos).

2. Em análise preliminar do feito, aprofundou-se este Controle Interno no inteiro teor do Termo de Referência atualizado (fls. 89/134) e dos seus anexos (fls. 130/135), bem como dos demais documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021 (documento de formalização da demanda – fls. 04/05; estudo técnico preliminar atualizado – fls. 82/87; e análise de riscos – fl. 13/15). Considerando que esta Controladoria Interna desempenha suas funções buscando a racionalização da execução da despesa e a eficiência e eficácia da gestão, buscamos realizar nossa análise levando em conta também o histórico de execução e controle dos contratos anteriores que possuíam o mesmo objeto. Vale ressaltar que também consideramos como importante, e influenciadora dessa nossa análise preliminar, a informação, constante no item 2 do documento de Oficialização da Demanda (fls. 04/05), de que a atual "*contratada não tem interesse na renovação do Contrato* ". Sendo assim, temos as seguintes considerações a fazer.

3. Em relação a possibilidade de subcontratação, itens 4.2 ao 4.6, que fica limitada ao fornecimento de materiais, equipamentos e peças de reposição e aos serviços sob demanda e eventuais, recomendamos que seja previsto que deve haver deferimento da subcontratação pela Diretoria-Geral do órgão nos casos em que o valor da aquisição ou serviço subcontratado, após aplicação do BDI pela empresa contratada, seja igual ou superior a 10% do valor total da ordem de serviço. Destacamos tal ponto pois o valor financeiro cobrado pelo subcontratado será acrescido do BDI pela empresa contratada por este órgão (item 5.13), que pode variar de 20,34% a 25% (item 9.3), sendo tal custo pago pelo Ministério Público. Dessa forma, recomendamos que seja expressamente previsto que, para autorização de subcontratação nos casos em que o valor da aquisição ou serviço subcontratado, após aplicação do BDI pela empresa contratada, seja igual ou superior a 10% do valor total da ordem de serviço, deve haver pedido formal da empresa, em processo instaurado especificamente para tanto, onde constará comprovação de que a demanda, para ser resolvida por uma nova contratação feita de forma independente por este Ministério Público, custaria valor semelhante, ou não poderia ser realizada em tempo hábil. A Diretoria-Geral, então, deve avaliar se a medida é vantajosa a esta instituição, levando em conta, principalmente, o ponto de vista econômico-financeiro, em complemento a avaliação já prevista no termo de referência, a cargo da Seção de Engenharia (se o "subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto" – item 4.4), emitindo o seu parecer e evoluindo os autos para decisão do Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça.

4. Em relação a precificação de serviços ou aquisições que não possuem referências de valores

nas tabelas SINAPI ou ORSE, que devem ser precificados após cotações realizadas no mercado (item 5.2.2), recomendamos a inclusão, entre os itens 5.2.1 ao 5.2.4, da previsão de que o preço cobrado será o de menor valor encontrado pela pesquisa mercadológica. Não sendo possível precificá-los pela média ou mediana encontrada, exceto em casos excepcionais que devem ser justificados e comprovados pelo fiscal do contrato. Mais uma vez explicamos que, em cima do valor financeiro encontrado no mercado, será acrescido pela contratada o BDI (item 5.13), que pode variar de 20,34% a 25% (item 9.3), sendo tal custo pago por esta instituição.

5. Ainda em relação a precificação de aquisições ou serviços que não possuem referências de valores nas tabelas SINAPI ou ORSE, os quais devem ter os seus preços justificados por meio de cotações realizadas no mercado (item 5.2), recomendamos a inclusão, entre os itens 5.2.1 ao 5.2.4, de previsão expressa de que, nos casos em que o valor da aquisição ou serviço cotado, após aplicação do BDI pela empresa contratada, seja igual ou superior a 10% do valor total da ordem de serviço, deve haver pedido formal da empresa, em processo instaurado especificamente para tanto, onde constará comprovação de que a demanda, para ser resolvida por uma nova contratação feita de forma independente por este Ministério Público, custaria valor semelhante, ou não poderia ser realizada em tempo hábil. A Diretoria-Geral, então, deve avaliar se a medida é vantajosa a esta instituição, levando em conta, principalmente, o ponto de vista econômico-financeiro, emitindo o seu parecer e evoluindo os autos para Controladoria Interna, a qual realizará as diligências necessárias à aferição em questão, emitirá seu parecer e encaminhará o feito para decisão do Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça.

6. Em relação as ordens de serviços (OS) com valores acima de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), que devem ser autorizadas pelo Procurador-Geral de Justiça ou quem ele designar (item 5.1.5.2), recomendamos que a alteração ou revisão da planilha orçamentária de referência da OS que resultar em aumento do valor financeiro deve ser autorizada pelo Procurador-Geral de Justiça ou quem ele designar, por meio de deferimento e assinatura na nova planilha orçamentária de referência da OS. Também deve haver a previsão de que, no processo de pagamento dessa OS alterada, deve o fiscal fazer constar a informação de que sua planilha orçamentária de referência foi alterada, indicando o valor anterior e as justificativas para tanto. Salientamos que a assinatura constante na planilha orçamentária alterada deve estar acompanhada de identificação de a quem pertence.

7. Em relação aos serviços de manutenção, o item 5.33.1 prevê que a Seção de Engenharia deste órgão pode justificar a demanda através de documento técnico a ser anexo à Ordem de Serviço. Recomendamos a troca do termo “pode” pelo “deve”, no que se refere à justificativa para os casos em que os serviços também puderem ser executados por outra empresa já contratada por este Ministério Público. Recomendamos que haja a inclusão de cláusulas que definam critérios objetivos para utilização dos serviços da empresa de manutenção predial em detrimento dessas outras empresas contratadas. Isso porque, por exemplo, já houve época em que havia empresa contratada especificamente para manutenção de ar-condicionado e, na ocasião, alguns desses serviços eram realizados por aquela empresa e outros pela empresa de manutenção predial. Da mesma maneira, há empresa contratada atualmente para prestação de serviços continuados de encanador, eletricista, jardineiro e marceneiro. Assim, diante das dificuldades que esse tipo de situação pode trazer para fiscalização da execução do contrato, entendemos que é preciso que se defina, objetivamente, quando será optado pela realização de manutenções pela empresa de manutenção predial.

8. Em relação aos critérios de “medição e pagamento”, previstos nos itens 7.1 ao 7.6, o item 7.3.3, letra “a”, trata da comprovação dos serviços por meio de fotografias. Recomendamos que o texto fique similar ao exigido no item 5.1.3.

9. Ainda em relação aos critérios de “medição e pagamento”, itens 7.1 ao 7.6, no que diz

respeito à exigência de comprovação das "leis sociais" (item 7.3.3, letra "b"), recomendamos a complementação do texto da seguinte forma: "*comprovantes dos recolhimentos relativos às leis sociais, que inclui GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social / SEFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social*". Ademais, deve haver previsão expressa de que os comprovantes deverão ser os do mês anterior ao mês de emissão da Nota Fiscal ou, caso ainda não tenham vencidos esses pagamentos (o que deve ser comprovado nos autos por meio de juntada do boleto com data ainda a vencer), deve-se juntar ao feito os comprovantes do mês antecedente.

10. No tocante à minuta contratual, mais especificamente o seu item 14.2, a redação dada parece-nos estar em desacordo com o art. 125 da Lei n° 14.133/2021:

> "Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, **e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).**" (grifo nosso)

Portanto, em caso de equívoco, faz-se necessário o eventual ajuste da minuta ou a submissão do feito à Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, considerando as suas atribuições institucionais e maior expertise no assunto.

11. Pelo exposto, encaminhem-se os autos à Seção de Engenharia, para análise e manifestação acerca das nossas recomendações realizadas nos itens 3 a 9 deste Despacho. Após, o feito deve ser remetido, diretamente, à Coordenadoria de Licitações, para manifestação acerca do disposto no item 10. Por fim, o procedimento deve retornar a esta Controladoria Interna.

Priscilla Gonçalves Tenório Lins Teixeira
Diretora da Controladoria Interna/MPAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**04/09/2026 13:45:31**
Origem	**CONTROLADORIA INTERNA (PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA)**
Destino(s):	**SEÇÃO DE ENGENHARIA (JOAO ELIAS DE HOLANDA GOMES)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA**, em 04/09/2026, às 13:45, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:23**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**09/09/2026 10:00:10**
Criador:	**JOAO ELIAS DE HOLANDA GOMES**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Conforme manifestação do Controle Interno da PGJ, segue detalhamento das revisões realizadas no TR.

-Item 03: Inclusão da solicitação no item 5.2.6 do TR;
-Item 04: Inclusão da solicitação no item 5.2.5 do TR;
-Item 05: Inclusão da solicitação no item 5.2.6 do TR;
-Item 06: Inclusão da solicitação no item 5.1.5.3 do TR;
-Item 07: Inclusão da solicitação no item 5.2.7 do TR;
-Item 08: Revisão realizada conforme solicitação;
-Item 09: Inclusão da solicitação realizada no item 7.3.3.

Diante do exposto, segue em anexo Termo de Referência revisado.

Movimento assinado eletronicamente por **JOAO ELIAS DE HOLANDA GOMES**, em 09/09/2026 10:00:10, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **Anexo IV - Termo de Referência (Rev. 02)**

Data de Criação: **09/09/2026 10:00:11**

TERMO DE REFERÊNCIA

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa de engenharia especializada para executar, sob demanda, serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização de edificações.	1627	Unidade	1	R$ 992.334,93	R$ 992.334,93

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que são necessários para a manutenção da atividade administrativa, se configurando como essencial para a integridade e funcionamento das atividades administrativas de forma rotineira e permanente do edifício, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as necessidades permanentes ou prolongadas de manutenção e conservação das edificações.

Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão

aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação visa garantir a manutenção da infraestrutura das edificações do Ministério Público de Alagoas, assegurando o funcionamento contínuo e adequado dos imóveis, com intervenções imediatas em casos de falhas e a realização de melhorias preventivas e corretivas. O contrato vigente, de nº PGJ/AL-15/2023, será encerrado em 31 de outubro de 2025, não havendo interesse na renovação.

2.2 A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, disponível em https://sis.mpal.mp.br/transparencia/principal/publicacoes/126.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Trata-se da contratação de empresa especializada em engenharia para a prestação de serviços contínuos, sob demanda, de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, incluindo adaptações e modernizações dos edifícios do Ministério Público do Estado de Alagoas.

3.2 Os serviços serão prestados/executados nas edificações cujos dados estão discriminados no quadro abaixo, e outras que possam ser incorporadas, com a devida estimativa dos respectivos custos distribuídos por região no quadro seguinte:

Edificação		Distância (Ref. Maceió)	Área Terreno (m²)	Área Construção (m²)
1	Sede da Procuradoria Geral de Justiça	-------	847,94	6.686,27
2	Anexo I do Ministério Público	-------	1.702,00	732,85
3	Centro de Apoio Operacional - CAOP	-------	405,40	810,80
4	Promotorias de Justiça da Capital	-------	6.500,00	1.498,07
5	Ministério Público Comunitário	-------	438,54	143,30
6	Promotoria de Boca da Mata	75 km	435,54	204,89

7	Promotoria de Traipu	183 km	274,68	58,44
8	Promotoria de Limoeiro de Anadia	109 km	586,50	217,15
9	Promotoria de Matriz de Camaragibe	84 km	295,20	204,89
10	Promotoria de Piranhas	283 km	348,47	236,36
11	Promotoria de Maragogi	130 km	414,00	225,90
12	Promotoria de Pão de Açúcar	237 km	104,28	139,40
13	Promotoria de Marechal Deodoro	28 km	200,81	171,72
14	Promotoria de Porto Calvo	105 km	160,38	160,38
15	Promotoria de São Miguel dos Campos	58 km	900,00	607,65
16	Promotoria de Arapiraca	131 km	4.491,35	1.190,30
17	Promotoria de Delmiro Gouveia	295 km	101,75	101,75
18	Promotoria de Rio Largo	22 km	1.800,00	358,75
19	Promotoria de Penedo	168 km	2202,43	383,78
20	Promotoria de Palmeiras dos Índios	138 km	170,13	152,00
21	Promotoria de Santana do Ipanema	209 km	338,62	846,55
22	Promotoria de União dos Palmares	79 km	77,29	154,58
23	Promotoria de Atalaia	46 km	1110	240
24	Promotoria de Murici	54 km	2193,89	240

RESUMO SINTÉTICO DOS VALORES EXECUTADOS POR LOCAL				
LOCAL	VALORES			MÉDIA DOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) ANOS
	2023-2024	2024-2025	2025-2026	
	EXECUTADO	EXECUTADO	EMPENHADO	
Prédio Sede	R$ 734.098,25	R$ 219.961,42	R$ 227.879,90	R$ 393.979,86
Prédio das PJ da Capital	R$ 193.709,33	R$ 4.294,25	R$ 7.444,61	R$ 68.482,73
GAECO	R$ 86.207,50	R$ -	R$ 14.274,28	R$ 33.493,93
CAOP/ESMP	R$ 23.535,33	R$ 6.744,94	R$ 11.361,87	R$ 13.880,71
MP Comunitário	R$ 2.656,02	R$ 4.350,75	R$ -	R$ 2.335,59
Empresarial 203 Offices	R$ 2.395,14	R$ 24.959,67	R$ 25.926,49	R$ 17.760,43
Galpão Fernandes Lima	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Galpão Barro Duro	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Arapiraca	R$ 36.493,19	R$ 5.655,09	R$ 3.604,67	R$ 15.250,98
Atalaia	R$ 9.761,22	R$ -	R$ -	R$ 3.253,74
Boca da Mata	R$ 48.976,72	R$ -	R$ -	R$ 16.325,57
Delmiro Gouveia	R$ -	R$ 6.729,39	R$ -	R$ 2.243,13
Limoeiro de Anadia	R$ 59.671,08	R$ -	R$ -	R$ 19.890,36
Coruripe	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
São Sebastião	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Joaquim Gomes	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Maragogi	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Marechal Deodoro	R$ 9.705,52	R$ -	R$ 715,71	R$ 3.473,74
Matriz de Camaragibe	R$ 22.756,34	R$ -	R$ -	R$ 7.585,45
Murici	R$ 17.076,53	R$ -	R$ 5.209,45	R$ 7.428,66
Palmeira dos Índios	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Pão de Açúcar	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Penedo	R$ 10.330,65	R$ -	R$ -	R$ 3.443,55
Pilar	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Piranhas	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Porto Calvo	R$ 4.955,14	R$ -	R$ -	R$ 1.651,71
Rio Largo	R$ 4.155,26	R$ -	R$ -	R$ 1.385,09
Santana do Ipanema	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
São Miguel dos Campos	R$ 98.099,43	R$ 5.252,38	R$ -	R$ 34.450,60
Traipu	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
União dos Palmares	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Outros/Mais de um local	R$ 267.994,61	R$ 467.617,18	R$ 302.445,48	R$ 346.019,09
TOTAIS	**R$ 1.632.577,26**	**R$ 745.565,07**	**R$ 598.862,46**	**R$ 992.334,93**

RESUMO SINTÉTICO DOS VALORES EXECUTADOS POR TIPO DE SERVIÇO				
TIPO	VALOR EXECUTADO			MÉDIA DOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) ANOS
	2023-2024	2024-2025	2025-2026	
	EXECUTADO	EXECUTADO	EMPENHADO	
Manutenção Preventiva	R$ 203.620,38	R$ 224.287,02	R$ 112.692,79	R$ 180.200,06
Manutenção Corretiva	R$ 738.376,44	R$ 222.011,20	R$ 433.484,36	R$ 464.624,00
Manutenção Preditiva	R$ -	R$ 5.252,38	R$ -	R$ 1.750,79
Modernização	R$ 624.308,83	R$ 294.014,47	R$ 52.685,31	R$ 323.669,54
Recuperação	R$ 66.271,61	R$ -	R$ -	R$ 22.090,54
Adaptação	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Consultoria Técnica	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Conservação	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Outros	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
TOTAIS	**R$ 1.632.577,26**	**R$ 745.565,07**	**R$ 598.862,46**	**R$ 992.334,93**

3.3 O valor estimado para cada unidade foi embasado em casos concretos, frutos das manutenções prediais executadas pela secção de engenharia durante os exercícios de 2024 e 2025.

3.4 A Administração não se obriga a realizar serviços que atinjam a totalidade do valor estimado e somente serão pagos os valores efetivamente realizados.

Definições

3.5 **Manutenção Corretiva:** Refere-se às intervenções feitas para reparar falhas ou defeitos que já ocorreram em equipamentos ou sistemas. É realizada após a identificação de um problema e visa restaurar a funcionalidade o mais rápido possível. Exemplo: A troca de uma bomba de água quebrada no sistema hidráulico do prédio.

3.6 **Manutenção Preventiva:** É uma abordagem de manutenção planejada e programada com antecedência para evitar a ocorrência de falhas ou desgastes excessivos em equipamentos e sistemas. Baseia-se em intervalos de tempo predeterminados ou critérios de uso, independentemente da condição atual dos ativos. O objetivo é reduzir a probabilidade de falhas inesperadas e aumentar a vida útil dos equipamentos. Exemplos de técnicas utilizadas incluem lubrificação, limpeza, ajuste, substituição de peças desgastadas e inspeção visual de componentes. Exemplo: A troca periódica de filtros de ar-condicionado conforme recomendação do fabricante para evitar o acúmulo de sujeira que pode comprometer o desempenho do sistema, garantir a eficiência energética e evitar falhas que resultem em altos custos de reparo e perda de conforto dos usuários.

3.7 **Manutenção Preditiva:** Utiliza ferramentas de monitoramento contínuo e análise de dados para prever quando uma falha pode ocorrer, permitindo que a manutenção seja realizada antes que o problema se

manifeste. Baseia-se em técnicas como análise de vibração, ultrassom, ou termografia para antecipar defeitos. Exemplo: A inspeção termográfica dos quadros elétricos para identificar pontos quentes e evitar falhas antes que o sistema elétrico seja comprometido, evitando, assim, panes maiores e emergenciais.

3.8 **Serviços Eventuais:** São serviços prestados de maneira não contínua, realizados conforme a necessidade, mas que não se repetem com frequência. Normalmente são atividades programadas ou realizadas em intervalos maiores, sem a urgência ou a previsibilidade da manutenção preventiva. Exemplo: Pintura das fachadas do prédio, troca de piso de salas e modernização de edifícios.

3.9 Entenda-se como unidades utilizadas pelo Ministério Público, qualquer edificação, própria ou de terceiros, onde são prestadas as atividades jurisdicionais e/ou administrativas, conforme relação constante deste Termo de Referência.

3.10 Qualquer nova edificação, própria ou de terceiros, que vier a ser inserida no rol das edificações em uso pelo Ministério Público durante a vigência do contrato, o integrarão automaticamente, e as edificações porventura excluídas estarão fora do contexto da contratação.

3.11 Entendam-se como serviços de manutenção predial, as atividades de manutenção executadas antes (manutenção preventiva ou preditiva) ou após (manutenção corretiva) à ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação.

3.12 Entenda-se como conservação as atividades de desempenho técnico destinadas a preservar as características de desempenho técnico e funcionamento dos componentes da edificação.

3.13 Entenda-se como recuperação ou restauração as atividades realizadas após ser atingido nível inferior à qualidade mínima aceitável, ou seja, quando há perda significativa de performance ou desempenho, podendo interferir na segurança dos usuários.

3.14 Entenda-se como modernização as atividades que visam que a qualidade do bem imóvel ultrapasse o nível inicialmente construído e projetado, fixando um novo patamar de qualidade e desempenho para a edificação e seus sistemas.

3.15 Entendam-se como adaptações de instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, mecânicas, de refrigeração e físicas, consertos, reparações e manutenção predial, bem como para as demais definições dos serviços a serem executados, constantes neste instrumento e seus anexos, as terminologias, recomendações, procedimentos e orientações constantes no Manual de Obras Públicas-Edificações, práticas da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio – SEAP e Secretária de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI;

3.16 Entendam-se como serviços de engenharia, segundo a Orientação Técnica – IBRT 02/2009, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, toda atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal 5.194/66, tais como:

consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, manter, transportar, ou ainda, demolir.

3.17 No caso concreto, para as contratações de serviços comuns de engenharia, o objetivo preponderante é a mão de obra, onde não existirão modificações prediais exorbitantes e que alterem a concepção inicial, de modo que, em face da dificuldade de precisar o exato nível percentual de intervenção, que seja analisado caso a caso, dentro da conveniência administrativa típica ao gestor público, que deverá ser razoável, ou seja, adotar sua conduta dentro dos parâmetros comuns da experiência, pois, pela pouca representatividade na diferença entre obra e serviço, conforme discrimina a Lei, não parece possível que se consolide um conceito geral, sem elementos concretos que permitam a justificativa do conceito adotado.

3.18 Está incluída nos serviços de manutenção a execução de pequenos reparos e ajustes nas instalações visando atender as necessidades de funcionamento específico que venham a surgir no decorrer do uso do prédio, como manutenção, substituição e realocação de divisórias, bancadas e equipamentos, assim como abertura de vãos de até 4,5m², que não afetem a estrutura do prédio, com priorização em situações de urgência e solicitações da Secção de Engenharia deste Órgão.

3.19 Síntese das Tarefas: Serão desenvolvidos serviços de manutenção em cada unidade predial nas áreas de instalações civis (alvenarias, janelas, grades, portas e portões, pisos, cobertas, lajes, estruturas, etc.); instalações hidráulicas; bombas d'água em geral; instalações elétricas (inclusive subestações, geradores e quadros); redes internas de telefonia; passagens de cabos da rede lógica e racks; para-raios; comunicação visual; reparos; ajustes em divisórias e bancadas, entre outros. As tarefas serão realizadas com base na descrição das rotinas básicas de manutenção e nas periodicidades definidas pela CONTRATANTE, e/ou sempre que ocorram fatos que determinem as intervenções.

3.20 Caberá à CONTRATADA executar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, serviços de remanejamento e instalação de novos pontos de rede lógica, elétrica, telefonia, hidráulica, bem assim todos os itens manutenidos. Fica esclarecido que os serviços relacionados neste item não poderão ter características de reforma geral do imóvel, caso em que o Ministério Público do Estado de Alagoas deverá promover a contratação por meio de procedimento licitatório específico.

3.21 Referente aos serviços comuns de instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, jardinagem e marcenaria, este contrato fica restrito a reparos gerais no interior do estado e, na capital, será utilizado em caso de serviços de modernização dos ambientes.

3.22 A finalidade precípua da contratação dos serviços será a de manter as instalações prediais em perfeito estado de conservação, propiciando um ininterrupto funcionamento e detecção de desgastes ou defeitos para sua imediata correção.

3.23 **É expressamente vedada a construção de novas unidades ministeriais por meio do contrato decorrente deste certame.**

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Adotar boas práticas de otimização da utilização dos recursos e de redução de desperdícios, tais como treinamento/capacitação periódico dos empregados sobre boas práticas voltadas ao consumo consciente, redução de desperdício dos recursos naturais e coleta coletiva;

4.1.2 Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

4.1.3 Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança de trabalho de acordo com as normas da Contratante;

4.1.4 Conduzir suas ações de acordo com os requisitos legais aplicáveis, devendo observar também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

4.1.5 Fornecer aos empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que se fizerem necessários para a execução dos serviços, de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho, quando couber;

4.1.6 Destinar de forma ambientalmente adequada os materiais e equipamentos que forem utilizados na prestação dos serviços, quando couber;

Subcontratação

4.2 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total, nas seguintes condições:

4.2.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.2.2 A subcontratação fica limitada ao fornecimento de materiais, equipamento e peças de reposição e aos serviços sob demanda e eventuais.

4.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.7 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.8 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.8.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.8.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.8.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.8.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.9 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.10 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma

escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.11 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.12 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.12.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.13 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.13.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.13.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.13.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.14 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.15 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.16 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.17 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.18 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.18.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.18.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

4.19 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.19.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.19.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.20 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.21 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.22 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.23 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.24 A avaliação prévia dos locais de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 7:30 horas às 13:30 horas.

4.25 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.26 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.26.1 A vistoria poderá ser agendada pelo e-mail da Seção de Engenharia em engenharia@mpal.mp.br.

4.27 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.28 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.29 Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Maceió/AL.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: dia posterior à assinatura do contrato.

5.1.2 Os serviços poderão ser executados a qualquer momento, inclusive fora do expediente normal do Ministério Público, incluindo fins de semana e feriados, desde de que solicitado pela fiscalização e mediante a abertura de ordem de serviço.

5.1.3 Todos os serviços devem ser registrados por meio de fotografia que evidenciem o estado anterior e posterior à intervenção, devendo ser enviados à fiscalização no formato de relatório fotográfico.

5.1.4 A Contratada é responsável por preencher relatório diário de manutenção e submetê-lo à apreciação e validação da fiscalização.

5.1.5 Todo e qualquer serviço que não seja crítico/urgente, somente poderá ser iniciado após a expedição da respectiva ordem de serviço e planilha de preços.

5.1.5.1 As ordens de serviço serão acompanhadas de planilha de preços à luz da realidade contratual (SINAPI – desconto contratado + BDI contratado), projetos (se for o caso), registros fotográficos, cadernos de especificações e demais documentos que o fiscal julgar necessário.

5.1.5.2 Ordens de serviços com valores acima de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser autorizadas pelo Procurador-Geral de Justiça ou quem ele designar.

5.1.5.3 A alteração ou revisão da planilha orçamentária de referência da OS que resultar em aumento do valor financeiro deve ser autorizada pelo Procurador-Geral de Justiça ou quem ele designar, por meio de deferimento e assinatura na nova planilha orçamentária de referência da OS.

5.1.6 No prazo de até 5 (cinco) dias após o recebimento da ordem de serviço deve ser apresentada ao Contratante cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada no conselho respectivo, bem como a matrícula (CEI) INSS, quando cabível.

5.1.7 A Contratada deve implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas os locais de execução.

5.1.8 Os serviços considerados críticos/urgentes têm prazo máximo de atendimento igual a 3 (três) horas somados ao tempo de deslocamento obtido por um veículo com velocidade média de 60 km/h.

5.2 O percentual de desconto a ser registrado na contratação refere-se ao desconto sobre os serviços da tabela SINAPI com desoneração, e na sua falta, a tabela ORSE, e, por fim, cotações de mercado, quando devidamente justificadas pela Fiscalização/Gestão do Contrato.

5.2.1 Esta cadeia de prioridade deve ser seguida durante toda a vigência contratual.

5.2.2 Quando forem realizadas cotações de mercado, estas devem ser feitas mediante pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência.

5.2.3 Cotações realizadas via telefone, devem conter, no mínimo, identificação do estabelecimento informante; especificação do objeto; unidade de fornecimento; data da coleta; nome do informante; nome do coletor; preço de venda, incidências de impostos e as condições de comercialização.

5.2.3.1 Se possível, deve-se solicitar confirmação da proposta por e-mail ou em formato PDF, onde seja incluído carimbo de CNPJ, timbre da empresa e assinatura de funcionário.

5.2.4 Em pesquisas de preço realizadas a partir de sites eletrônicos, deve-se registrar também a imagem da tela, com hora e data visíveis.

5.2.5 O preço cobrado será o de revisão valor encontrado pela pesquisa mercadológica. Exceto em casos excepcionais, mediante justificativa e comprovado pelo fiscal do contrato, a precificação pode ser realizada por meio da média ou mediana encontrada, prevalecendo o valor que for mais vantajoso ao Ministério Público.

5.2.6 Nos casos em que o valor da aquisição ou serviço cotado, após aplicação do BDI pela empresa contratada, seja igual ou superior a 10% do valor total da ordem de serviço, deve haver pedido formal da empresa, em processo instaurado especificamente para tanto, onde constará comprovação de que a demanda, para ser resolvida por uma nova contratação feita de forma independente por este Ministério Público, custaria valor semelhante, ou não poderia ser realizada em tempo hábil. A Diretoria-Geral, então, deve avaliar se a medida é vantajosa a esta instituição, levando em conta,

principalmente, o ponto de vista econômico-financeiro, emitindo o seu parecer e evoluindo os autos para Controladoria Interna, a qual realizará as diligências necessárias à aferição em questão, emitirá seu parecer e encaminhará o feito para decisão do Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça.

5.2.7 Para os casos que possam, a primeira vista, serem solucionados por meio da empresa de manutenção predial ou empresa de mão de obra terceirizada contratada por este Ministério Público, deve o fiscal do contrato de manutenção predial trazer explanação, em seu Despacho de atesto da medição, dos motivos que levaram à optar pela realização do serviço pela empresa de manutenção predial.

5.3 Quanto ao percentual estimativo do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas apuradas à luz da realidade da proponente, deve-se observar a impossibilidade do repasse do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que por serem considerados encargos de natureza personalíssima, não podem ser repassados à Administração, nos termos do Acórdão TCU 950/2007 – Plenário, ratificado por reiterados entendimentos posteriores. Por este motivo estes custos deverão ser suportados por valores inseridos na taxa de despesas indiretas e margem de lucro.

Ordens de Serviço, Comunicações e Observações

5.4 Os serviços serão autorizados por meio de ordem de serviços e seus valores serão obtidos na Tabela SINAPI com abrangência nacional, localidade Alagoas, vínculo nacional Caixa e subsidiariamente com conveniado, ou ORSE, conforme detalhamento contido neste Termo de Referência, mediante aplicação do desconto ofertado, acrescido do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas. Os preços referem-se às tabelas mais recentes, vigentes à época da emissão da ordem de serviço.

5.5 A adoção como referência de preços de cada ordem de serviço estará alinhada de acordo com a composição de preços unitários obtido no SINAPI e que sejam menores ou iguais aos valores constantes nos respectivos sistemas, aplicando o desconto ofertado e acrescido do percentual do BDI.

5.6 Adotar-se-á o preço disponível no SINAPI ou ORSE, conforme detalhamento contido neste Termo de Referência, vigente à época da emissão de cada ordem de serviço.

5.7 As ordens de serviço serão confeccionadas com o detalhamento dos preços unitários e seu controle, medição e pagamento estarão vinculados aos serviços efetivamente executados.

5.8 **Os valores registrados neste Termo de Referência para fins de balizamento das propostas são meramente estimativos, não ensejando a obrigatoriedade da Administração executá-los em sua integralidade.**

5.9 **A realização dos presentes serviços ocorrerá por meio de lavratura de ordens de serviço e seu respectivo pagamento após medição e confirmação dos resultados alcançados, registrados através de relatório fotográfico. Para tanto, adota-se como parâmetro de composição dos preços unitários o sistema SINAPI ou ORSE, conforme detalhamento contido neste Termo de Referência.**

5.10 O valor de cada Ordem de Serviço será obtido da soma dos custos unitários de insumos ou serviços, que deverão ser iguais ou menores que seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI –, mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal na rede mundial de computadores, aplicando-se o desconto ofertado na proposta e, posteriormente, incidindo o BDI proposto.

5.11 A execução dos serviços atenderá aos projetos, especificações e as diretrizes adotadas pela Fiscalização da Contratada.

5.12 Os valores estimados para a contratação pretendida servirão como balizamento para julgamento do presente certame, cabendo ao CONTRATANTE a definição e a estipulação dos quantitativos totais dos serviços a serem executados durante a vigência do contrato, sempre fundamentado por estudos de viabilidade técnica, não estando o CONTRATANTE obrigado a executá-los totalmente, ou, podendo ainda, fazer supressões e compensações dos valores entre as mais diversas unidades do Ministério Público, bem como acréscimos, observando para isto, o limite máximo do valor global contratado, a disponibilidade orçamentária e as regras estabelecidas na legislação pátria, neste instrumento e seus anexos.

5.13 Se porventura, durante a execução contratual, for necessária a execução de serviços não constantes no SINAPI, estes terão como referência para a formação de preços o sistema ORSE do Governo de Sergipe, ou pesquisa de mercado. **Qualquer que seja a fonte de pesquisa de preços adotada, será aplicado o desconto ofertado, acrescido do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas.**

5.14 Os materiais necessários à execução deverão ser fornecidos pelo CONTRATADO, nos termos do CONTRATO, os quais serão pagos pela CONTRATANTE, após sua aplicação e medição, juntamente com os serviços realizados.

5.15 Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira linha e qualidade ou similares (mesma qualidade técnica), e estarem de acordo com as especificações que serão elaboradas pela fiscalização e com os materiais já utilizados nas instalações.

5.16 No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações do CONTRATANTE; ou, em não havendo mais aquela marca no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável), a substituição deverá ocorrer por material de critério (parâmetros qualitativos) de desempenho igual ou superior, após aprovação da fiscalização do Ministério Público.

5.17 Toda a comunicação (envio de ordens de serviço, notificações, solicitações da contratada etc) deverá ser realizada através do e-mail engenharia@mpal.mp.br.

5.17.1 O prazo de resposta de e-mails enviados pela CONTRATANTE é de 72h.

5.17.2 Caso seja vantajoso para a CONTRATANTE, podem ser alterados os softwares utilizados para a comunicação, mantendo-se o prazo de resposta fixado em 72h.

5.18 Antes da aplicação de quaisquer materiais, estes deverão ser submetidos à apreciação da fiscalização, através do e-mail engenharia@mpal.mp.br, principalmente no caso de materiais similares em qualidade técnica.

5.19 Os serviços de manutenção deverão serão realizados sob a forma de prestação continuada ou intermitente, programada ou eventual por equipes operacionais, definidas para o tipo de atividade desenvolvida ou para a solução de situações específicas, todas supervisionadas por profissionais de nível superior da CONTRATADA, que assumirão a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

5.20 A Contratada deverá providenciar o fornecimento de toda a mão de obra, ferramentas e equipamentos, necessários à prestação dos serviços de **conservações, reparações, consertos, instalações e manutenções prediais e de seus equipamentos,** de forma preventiva e corretiva, preditiva, em conformidade com especificações, normas técnicas e demais condições constantes deste Termo de referência e aquelas fornecidas pela Contratada através de seu gestor e fiscal.

5.21 Caso os serviços não estejam de acordo com as especificações e projetos, devem ser refeitos sem ônus para o Contratante.

5.22 Todos os profissionais serão alocados pela futura empresa contratada, apenas por ocasião da realização dos serviços programados, e após sua conclusão retornam à sede da empresa contratada ou ao seu local de origem, não havendo, portanto, qualquer vínculo com o Contratante, **não caracterizando mão de obra residente.**

5.23 Todos os profissionais vinculados à empresa que forem alocados na execução de serviços demandados pelo Ministério Público de Alagoas devem apresentar a qualificação técnica necessária à realização das atividades e terem suas funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, devendo a comprovação da especialização e dos treinamentos obrigatórios deve ser encaminhada ao e-mail engenharia@mpal.mp.br.

5.24 Todos os profissionais destinados à execução das atividades referentes a uma Ordem de Serviço devem ter seus dados (nome completo, CPF, RG, nome da mãe e telefone) informados à Fiscalização do Contrato ao engenharia@mpal.mp.br.

5.25 Qualquer profissional cuja conduta disciplinar seja considerada inconveniente pelo Contratante deve ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação.

5.26 A Contratada deve se responsabilizar por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do Ministério Público do Estado de Alagoas.

5.27 A Contratada deve manter no local objeto da execução, durante os turnos de trabalho, pessoas capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, com a missão de garantir o bom andamento dos serviços, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços.

5.27.1 Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços do Contratante e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

5.28 A Contratada deverá disponibilizar, quando solicitada, profissionais qualificados na cidade sede de cada unidade, para atender as demandas consideradas críticas.

5.28.1 Entendam-se como demandas críticas aquelas situações que caracterizem uma necessidade iminente da realização de qualquer serviço, decorrente de acidentes, incidentes ou a ocorrência de qualquer imprevisto que gere qualquer prejuízo ou perigo e exijam rápida intervenção por parte do contratado no sentido de eliminar as causas dos respectivos problemas.

5.29 O prazo de início de atendimento das Ordens de Serviços será de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data do seu recebimento.

5.29.1 Neste ato, a CONTRATADA deverá ajustar com a CONTRATANTE o prazo máximo de execução dos respectivos serviços.

5.30 Deverá ser providenciada a Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T. ou Registro de Responsabilidade Técnica – R.R.T., específica para o objeto deste contrato, do responsável técnico pela execução dos serviços conforme dispõe o Art. 1º da lei 6496/77 e Art. 3º da Resolução nº 307/86 – CONFEA, assim como a cada serviço de maior complexidade indicado pela contratante.

5.31 Se durante a vigência do contrato houver troca do responsável técnico, este fato deverá ser previamente informado à Fiscalização e será providenciada nova A.R.T. ou R.R.T, conforme disciplina a Resolução nº 307/86 – CONFEA.

5.32 A Contratada deverá se submeter aos controles de programação ou de supervisão e fiscalização de serviços na forma apresentada pela Fiscalização, tais como os Diários de Manutenção, Controles de acesso e de presença das equipes, controles de emprego de materiais ou outros, e cronograma dos serviços demandados.

5.32.1 Quanto aos serviços de maior tempo de execução, deverá ser apresentado cronograma de etapas, conforme indicação da contratante.

5.33 As Ordens de Serviço serão emitidas pelo Fiscal/Gestor do Contrato, após oficialização da demanda pelo setor requisitante e após elaboração dos projetos e planilha orçamentária necessários à execução das atividades.

5.33.1 Em caso de serviços de manutenção, o setor de Engenharia do Contratante pode justificar a demanda através de documento técnico anexo à Ordem de Serviço.

5.34 As Planilhas Orçamentárias serão elaboradas exclusivamente pelo setor de Engenharia do Contratante.

5.34.1 Os itens administração de obra, mobilização e desmobilização serão incluídos em cada ordem de serviço como a última etapa da planilha orçamentária, antes da aplicação do desconto e do BDI Contratual, seguindo os percentuais que constam nas Tabelas abaixo:

Mobilização e Desmobilização		
Região	**Distância do Prédio Sede**	**Percentual de Mobilização e Desmobilização**
01	⩽ 30 km	0,30%
02	> 30 km a ⩽ 65 km	0,50%
03	> 65 km a ⩽ 130 km	0,80%
04	> 130 km	1,10%

Administração de Obra		
Faixa	**Valor da Planilha Orçamentária Antes da Aplicação de Administração de Obra, Mobilização, Desconto e BDI**	**Percentual de Administração**
01	⩽ R$ 5.000,00	7,00%
02	> R$ 5.000,00 a ⩽ 30.000,00	6,00%
03	> R$ 30.000,00 a ⩽ 100.000,00	5,00%
04	> R$ 100.000,00	4,00%

5.34.2 Os percentuais de administração de obra, mobilização e desmobilização referem-se ao valor global da planilha antes da incidência do BDI e do desconto contratual e serão somados a fim de compor um único item/porcentagem.

5.34.2.1 A porcentagem referente a cada um deve ser discriminada no cabeçalho da planilha orçamentária.

Especificação da garantia do serviço

5.35 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Atendimento excepcional e urgente

5.36 A empresa deve indicar, na assinatura do contrato, número telefônico móvel com profissional responsável para tratar de assuntos relativos aos serviços contratados e que seja de pronto atendimento nos fins de semana, feriados e em casos excepcionais e urgentes.

Uniformes e equipamentos de proteção individual

5.37 Os uniformes e equipamentos de proteção individual a serem fornecidos pelo Contratado a seus colaboradores deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante.

5.37.1 Os uniformes deverão conter a identificação da empresa e do funcionário.

5.38 Todos os empregados da Contratada deverão desenvolver suas atividades devidamente uniformizados, exceção feita aos engenheiros.

5.39 Os empregados da Contratada deverão utilizar equipamentos de proteção individual adequados às suas atividades, bem como estarem permanente e devidamente uniformizados de forma condizente com sua circulação nos ambientes do Contratante.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.7.1 O preposto indicado pela Contratada deve estar disponível para a realização de reuniões no Prédio Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, no período compreendido entre 7h30 e

13h30, de segunda-feira à sexta-feira, mediante prévio agendamento.

Rotinas de Fiscalização

6.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

6.16 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.18 Cabe ao gestor do contrato:

6.18.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto será feita a partir das medições dos serviços.

7.2 As medições serão realizadas pela Fiscalização, mediante solicitação expressa da Contratada, que deverá elaborar e apresentar, pelo e-mail engenharia@mpal.mp.br, relatório do serviço composto pelas planilhas de serviços efetivamente prestados no período, acompanhadas de memorial de cálculo e fotografias do antes e depois.

7.2.1 Os arquivos devem estar conforme modelo fornecido pelo Contratante.

7.3 As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas eletronicamente e encaminhadas ao Contratante, pelo e-mail protocolo.administrativo@mpal.mp.br.

7.3.1 No corpo da nota fiscal deverão ser especificados: o número e código da ordem de serviço, o descritivo das atividades executadas e o número do contrato.

7.3.2 Cada nota fiscal deve se referir unicamente a uma ordem de serviço, sendo vedado o pagamento de serviços constantes em mais de uma ordem de serviço em uma mesma nota fiscal.

7.3.3 A nota fiscal correspondente à medição deverá ser encaminhada acompanhada de:

a) demonstrativo detalhando os itens medidos, fotografias que evidenciem o estado anterior e posterior à intervenção (devendo ser enviados à fiscalização no formato de relatório fotográfico), planilha de preços, bem como demais itens necessários;

b) comprovantes dos recolhimentos relativos às leis sociais, que inclui GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social / SEFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social.

Os comprovantes deverão ser os do mês anterior ao mês de emissão da Nota Fiscal ou, caso ainda não tenham vencidos esses pagamentos (o que deve ser comprovado nos autos por meio de juntada do boleto com data ainda a vencer), deve-se juntar ao feito os comprovantes do mês antecedente

7.4 A remuneração será realizada sempre com base nos serviços efetivamente realizados no período.

7.4.1 A última medição será realizada somente após recebimento provisório dos serviços, salvo nos casos que por motivos comprovadamente alheios à Contratada e em que a demora na obtenção de documentos venha a reter de modo prejudicial à remuneração devida.

7.5 No caso dos serviços não estarem em conformidade com o contrato, o Fiscal impugnará as respectivas etapas, discriminando através de termo as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a Contratada, com o recebimento do termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.

7.6 À Contratada caberá sanar as falhas apontadas, submetendo, posteriormente, a(s) etapa(s) impugnada(s) a nova verificação.

Do recebimento

7.7 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo detalhado, conforme modelo do Anexo II, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.8 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.9 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.10 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.11 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, conforme modelo do Anexo III, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado, conforme modelo do Anexo III, para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18 Enviar a documentação ao setor pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.23 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.33 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38 O desconto inicialmente contratado é fixo e irreajustável, considerando as planilhas referenciais utilizadas e atualizadas mensalmente.

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2 As propostas devem ser apresentadas conforme quadro abaixo:

A – Valor estimado dos serviços	R$ R$ 793.867,94
B – Desconto - %	_____% e R$
C – Subtotal (A – B)	R$
D – BDI	_____% e R$
Valor total (C+D)	R$

Onde:

A) Valor **fixo** e estimado da contratação para o período de vigência do contrato, tendo por base os preços estabelecidos na tabela SINAPI com desoneração, na forma estatuída acima;

B) O percentual de desconto a ser registrado na proposta refere-se ao desconto sobre a tabela SINAPI ou aquela que a substituir, o qual servirá de base durante toda a vigência contratual;

D) BDI – Benefícios e Despesas Indiretas apurados à luz da realidade da proponente, observando a impossibilidade do repasse do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, em obediência ao Acórdão TCU nº 950/2007, ressalvados os casos de impostos faturados nos termos do Acórdão 2.586/2007.

E) O valor global proposto, apurado da seguinte forma: Valor estimado sem BDI, deduzido do desconto ofertado e acrescido do BDI indicado [fórmula (A – B) + D].

9.3 O detalhamento da composição do BDI a ser proposto deverá ser composto de acordo com o **Acórdão TCU nº 2622/2013 - Plenário**, e, no que couber, subsidiariamente pelo Decreto Estadual nº 3.962 de 4 de janeiro de 2008, utilizando a fórmula abaixo:

Composição Analítica de LDI ou BDI				
Faixa de BDI* (Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário)				**20,34% a 25,00%**
DESCRIÇÃO	**VALORES DE REFERÊNCIA %**			**BDI ADOTADO - % (Inserir percentuais)**
	1º Quartil	**Médio**	**3º Quartil**	
Administração Central (AC)	3,00%	4,00%	5,50%	0,00
Seguro e Garantia (S+G)	0,80%	0,80%	1,00%	0,00
Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	0,00
Despesas Financeiras (DF)	0,59%	1,23%	1,39%	0,00
Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	0,00
Impostos** ***(soma dos itens abaixo)***				**0,00**
COFINS				0,00

PIS	Conforme Legislação específica.	0,00
ISS***		0,00
INSS (Alíquota desoneração)	4,5%	0,00
	TOTAL*	**0,00**

(*) Item 9.2.1 Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário: Quando a taxa de BDI indicada pelo Tomador estiver fora dos patamares estipulados, o detalhamento do BDI deve ser acompanhado de relatório técnico circunstanciado, justificando a adoção do percentual adotado para cada parcela do BDI, assinado pelo profissional responsável técnico do orçamento, usando como diretriz os percentuais apresentados na tabela acima.

(**) Os percentuais de impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente.

(***) Item 9.3.2.3 Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário: Para o ISS, deve-se considerar a legislação tributária municipal, a base de cálculo e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual entre 2% e 5%.

Considerar a planilha orçamentária COM desoneração.

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC: Administração Central

S: Seguro

R: Risco

G: Garantia

DF: Despesas Financeiras

L: Lucro

I: Impostos

9.4 Para efeitos de apresentação da proposta de preços, os tributos que integram o BDI, especificamente em relação ao ISS, deverão ser informados considerando o município de Maceió/Alagoas, com sua respectiva alíquota vigente, compatíveis com o regime tributário adotado pelo licitante, ressalvadas, caso haja possibilidade legal, as propostas apresentadas por empresas optantes pelo regime tributário denominado "Simples Nacional", de modo que, o preço Estimado dos Serviços poderá ser consolidado em quadro único.

9.4.1 Na fase da execução dos serviços será adotado na composição do BDI o percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde for prestado o serviço, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota.

9.5 O Licitante deverá apresentar a composição própria do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas).

Regime de Execução

9.6 O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.7 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.8 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o valor estimado dos serviços, o desconto ofertado, o BDI e o valor total, conforme modelo acima.

Exigências de habilitação

9.9 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.10 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.12 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no

Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.18 Ato de autorização para o exercício da atividade de engenharia, expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia nos termos do art. 3º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

9.19 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.21 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.26 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.28 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.29 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

SG = Ativo Total/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

LC = Ativo Circulante/Passivo Circulante

9.30 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.31 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.34 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.35 Registro ou inscrição da empresa no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CFT – Conselho Federal dos Técnicos Industriais ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em plena validade;

9.35.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.36 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.36.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.36.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.36.1.2 contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do valor a ser contratado.

9.36.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.36.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37 Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Maceió/Alagoas, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.38 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.39 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.40 Apresentação dos profissionais, abaixo indicados, devidamente registrados no conselho profissional competente, detentores de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicados:

9.40.1 **Serviços de manutenção predial e reforma**, por engenheiro civil, arquiteto ou técnico habilitado;

9.40.2 **Serviços de recuperação estrutural**, por engenheiro civil;

9.40.3 **Serviços de instalações elétricas de baixa tensão**, por engenheiro eletricista ou técnico em eletrotécnica;

9.40.4 **Serviços de instalações elétricas com gerador e subestação**, por engenheiro eletricista;

9.40.5 **Serviços de instalações hidrossanitárias**, por engenheiro civil, engenheiro sanitarista, engenheiro mecânico ou técnico em edificações;

9.40.6 **Serviços de instalações lógicas, de telefonia, SPDA e CFTV**, por engenheiro eletricista ou técnico em eletrotécnica / telecomunicações;

9.40.7 **Serviços de combate ao incêndio e pânico**, por engenheiro civil, engenheiro mecânico, engenheiro eletricista ou arquiteto.

9.40.8 Os atestados devem estar devidamente registrados no conselho competente e acompanhados das Certidões de Acervo Técnico – CAT – dos profissionais, bem como das respectivas ART's, TRT's ou RRTs que geraram as CATs emitidas, nos casos em que não possuírem certificação eletrônica.

9.40.9 As Certidões de Acervo Técnico devem estar em nome do profissional legalmente habilitado.

9.40.10 **As licitantes devem ainda apresentar termo de ciência dos profissionais indicados, concordando com a indicação e com o vínculo com a pessoa jurídica, conforme modelo do Anexo I.**

9.40.11 Os profissionais acima indicados deverão participar do serviço objeto do contrato e estarem cientes disso, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.41 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de

regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Disposições gerais sobre habilitação

9.42 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.43 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.44 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.45 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.46 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.47 Admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.47.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.47.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.47.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.47.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.47.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.47.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.47.6.1 ata de fundação;

9.47.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.47.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.47.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.47.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.47.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.47.6.7 última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R$ 992.334,93 (Novecentos e noventa e dois mil trezentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos), conforme custos apostos na tabela abaixo.

A – Valor estimado dos serviços	R$ 793.867,94
B – Desconto - %	0% - R$ 0,00
C – Subtotal (A – B)	R$ 793.867,94
D – BDI - %	25% - R$ 198.466,99
Valor total (C+D)	R$ 992.334,93

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos a serem informados pela Diretoria de Programação e Orçamento do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Maceió/AL, 12 de agosto de 2026.

Caio Roberto Monteiro Neves

Assessor de gabinete – Engenheiro Civil

João Elias de Holanda Gomes

Chefe da Seção de Engenharia

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E VÍNCULO

_____(nome do profissional), portador da carteira e registro no _____ (conselho correspondente) número _____(número do registro), declaro estar ciente e de acordo com a minha indicação pela empresa _____(razão social da empresa licitante) como responsável técnico pelos trabalhos objeto do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, em relação aos serviços de:

1. ( ) **Manutenção predial e reforma**, sendo ( ) engenheiro civil / ( ) arquiteto / ( ) técnico habilitado
2. ( ) **Serviços de recuperação estrutural**, sendo ( ) engenheiro civil
3. ( ) **Serviços de instalações elétricas de baixa tensão**, sendo ( ) engenheiro eletricista / ( ) técnico em eletrotécnica
4. ( ) **Serviços de instalações elétricas com gerador e subestação**, sendo ( ) engenheiro eletricista
5. ( ) **Serviços de instalações hidrossanitárias**, sendo ( ) engenheiro civil / ( ) engenheiro sanitarista / ( ) engenheiro mecânico / ( ) técnico em edificações
6. ( ) **Serviços de instalações lógicas, de telefonia, SPDA e CFTV**, sendo ( ) engenheiro eletricista / ( ) técnico em eletrotécnica / telecomunicações
7. ( ) **Serviços de combate ao incêndio e pânico**, sendo ( ) engenheiro civil / ( ) engenheiro mecânico / ( ) engenheiro eletricista / ( ) arquiteto.

Declaro ainda manter vínculo profissional com a empresa acima ou que manterei vínculo profissional com a mesma em caso de contratação dela com o Ministério Público do Estado de Alagoas a partir desta licitação.

Maceió/AL, de de 2025.

Profissional (nome e assinatura)

ANEXO II

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	**CNPJ**	xxxxxxxxxxxx
Nº DA OS	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL			
<Descrição do serviço solicitado relacionada ao contrato anteriormente identificado>			
ITEM	**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**	**MÉTRICA**	**QUANTIDADE**
1	<Descrição igual ao da OS de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
…			
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 140, inciso I, alínea "a", da Lei 14.133/2021, que os serviços correspondentes à OS acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos provisoriamente na presente data e serão objetos de avaliação por parte da **CONTRATANTE** quanto à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**.

4 – ASSINATURAS

FISCAL TÉCNICO / FISCAL ADMINISTRATIVO

_____

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

_____

<Nome do Fiscal Administrativo do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO III

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	**CNPJ**	xxxxxxxxxxxx
Nº DA OS	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL			
<Descrição do serviço solicitado relacionada ao contrato anteriormente identificado>			
ITEM	**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**	**MÉTRICA**	**QUANTIDADE**
1	<Descrição igual ao da OS de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
…			
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei 14.133/2021, que os serviços correspondentes à OS acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram prestados pela **CONTRATADA** e ATENDEM às exigências contratuais de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Contrato acima indicado.

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à OS acima identificada monta em R$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

5 – ASSINATURAS

GESTOR DO CONTRATO

_____

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

6 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

GESTOR DO CONTRATO

Autoriza-se a **CONTRATADA** a faturar os serviços executados relativos à supracitada OS, no valor discriminado no item 4, acima.

_____

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

7 – CIÊNCIA

PREPOSTO

_____

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**09/09/2026 10:01:37**
Origem	**SEÇÃO DE ENGENHARIA (JOAO ELIAS DE HOLANDA GOMES)**
Destino(s):	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Resumo:	**Conforme determinação da Controladoria Interna, vão os autos a Coordenadoria de Licitações, para manifestação acerca do disposto no item 10.**

Movimento assinado eletronicamente por **JOAO ELIAS DE HOLANDA GOMES**, em 09/09/2026, às 10:01, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:23**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**11/09/2026 12:14:44**
Criador:	**FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Em atenção ao apontamento constante do item 10 da manifestação da Controladoria Interna, relativo ao subitem 14.2 da minuta do Termo de Contrato, esta Coordenadoria de Licitações vem apresentar os seguintes esclarecimentos.

O subitem 14.2 da minuta estabelece:

"O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato."

A redação adotada encontra-se em consonância com o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece, como regra geral para as alterações unilaterais previstas no art. 124, inciso I, da mesma Lei, o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato para acréscimos ou supressões, ressalvando, quanto aos acréscimos, o limite de 50% (cinquenta por cento) exclusivamente para os casos de reforma de edifício ou de equipamento.

No caso em análise, contudo, o objeto da contratação não foi caracterizado como reforma de edifício ou de equipamento.

Conforme estabelecido no Termo de Referência, trata-se da contratação de empresa especializada para executar, sob demanda, serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas.

O próprio Termo de Referência, ao delimitar o objeto, estabelece expressamente que os serviços relacionados à manutenção e instalação não poderão assumir características de reforma geral do imóvel, hipótese em que o Ministério Público deverá promover contratação específica por meio de procedimento licitatório próprio.

Dessa forma, a mera previsão de serviços de "modernização" no objeto não conduz, por si só, à incidência do limite excepcional de 50% previsto na parte final do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, especialmente diante da delimitação expressa constante do Termo de Referência quanto à impossibilidade de utilização do contrato para execução de reforma geral.

Ressalte-se, ainda, que o subitem 14.1 da minuta contratual estabelece que as alterações contratuais serão regidas pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, de

modo que permanecem integralmente aplicáveis à execução do ajuste os limites e demais condições estabelecidos na legislação.

Do mesmo modo, o subitem 14.3 contempla a possibilidade de as supressões resultantes de acordo entre as partes ultrapassarem o limite de 25%, hipótese expressamente admitida pela legislação aplicável.

Assim, esta Coordenadoria entende que não se verifica, no subitem 14.2 da minuta contratual, desconformidade com o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 que demande sua alteração, uma vez que o limite de 25% nele estabelecido corresponde à regra geral aplicável ao objeto ora licitado, não se enquadrando a contratação, tal como estruturada no Termo de Referência, na hipótese excepcional de reforma de edifício ou de equipamento.

Registra-se, por oportuno, que o item 5.12 do Termo de Referência prevê a possibilidade de a Administração realizar supressões, compensações e acréscimos entre os serviços e unidades abrangidos pela contratação, observados o valor global contratado, a disponibilidade orçamentária e as regras legais aplicáveis. Tal previsão deve ser compreendida em conjunto com o regime de alterações contratuais estabelecido nos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, não constituindo autorização para afastamento dos limites legais previstos no art. 125.

Diante do exposto, manifesta-se esta Coordenadoria pela manutenção da redação do subitem 14.2 da minuta contratual, sem prejuízo de eventual entendimento diverso da Consultoria Jurídica, caso a autoridade competente entenda pertinente a submissão específica da questão para análise jurídica.

Encaminhem-se os autos para a Controladoria Interna, para ciência e prosseguimento.

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 11/09/2026 12:14:44, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**11/09/2026 12:15:09**
Origem	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Destino(s):	**CONTROLADORIA INTERNA (PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 11/09/2026, às 12:15, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:23**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**11/09/2026 13:27:26**
Criador:	**PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA**
Resumo:	**Retorno dos autos**

Retornem-se os autos à Coordenadoria de Licitações, para que promova as alterações necessárias nas minutas do edital e do contrato, em razão das modificações realizadas no Termo de Referência pelo setor requisitante após recomendações deste Controle Interno.

Movimento assinado eletronicamente por **PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA**, em 11/09/2026 13:27:26, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**11/09/2026 13:27:38**
Origem	**CONTROLADORIA INTERNA (PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA)**
Destino(s):	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA**, em 11/09/2026, às 13:27, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:23**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**11/09/2026 14:42:05**
Criador:	**FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Em atenção ao encaminhamento da Controladoria Interna, para que esta Coordenadoria de Licitações promovesse as adequações necessárias nas minutas do edital e do contrato, em razão das alterações realizadas pelo Requisitante no Termo de Referência, informa-se que, após análise, as modificações promovidas não repercutem nas cláusulas das referidas minutas, restringindo-se ao conteúdo do Termo de Referência.

Dessa forma, não se fazem necessárias alterações na minuta do edital ou na minuta contratual.

Assim, retornem-se os autos à Controladoria Interna, para prosseguimento da análise e demais providências cabíveis.

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 11/09/2026 14:42:05, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**11/09/2026 14:42:48**
Origem	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Destino(s):	**CONTROLADORIA INTERNA (PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 11/09/2026, às 14:42, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:23**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**14/09/2026 14:01:21**
Criador:	**PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA**
Resumo:	**Análise da Controladoria Interna**

Análise da Controladoria Interna em anexo.

Movimento assinado eletronicamente por **PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA**, em 14/09/2026 14:01:21, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **Análise da Controladoria Interna**

Data de Criação: **14/09/2026 14:01:22**

Ministério Público do Estado de Alagoas
Procuradoria Geral de Justiça
Controladoria Interna

MANIFESTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

1. Anteriormente, às fls. 188/190, a Controladoria Interna havia solicitado o cumprimento de algumas diligências, o que resultou na juntada de novo Termo de Referência (fls. 194/233). Após, solicitamos já a inserção das alterações nas minutas do edital da licitação e do contrato (fl. 244), ocasião em que a Coordenadoria de Licitação manifestou-se nos seguintes termos: "após análise, as modificações promovidas não repercutem nas cláusulas das referidas minutas, restringindo-se ao conteúdo do Termo de Referência". Nesse contexto, cumpre tecer algumas observações sobre os seguintes itens do novo Termo de Referência juntado aos autos:

1.1. Em atenção ao item 3 do Despacho da Controladoria Interna de fls. 188/190, a Seção de Engenharia adicionou ao TR o item 5.2.6 (fl. 206), entretanto, a partir da leitura da redação, não restou claro que as disposições serão aplicadas aos casos de subcontratação. Recomendamos que seja inserida uma nova hipótese sobre o caso de subcontratação, também em razão do despacho de fl. 192 ter indicado que o item 5.2.6 atenderia também à diligência indicada no item 5 do Despacho desta Controladoria, hipótese distinta, que guarda relação com a precificação de aquisições ou serviços que não possuem referências de valores nas tabelas SINAPI ou ORSE;

1.2. Em atenção ao item 4 do Despacho da Controladoria Interna de fls. 188/190, havíamos pedido a inclusão de previsão de que o preço cobrado será o de **menor** valor encontrado pela pesquisa mercadológica, o que não observamos nos autos, haja vista o disposto no item 5.2.5 do novo Termo de Referência (fl. 206): "*O preço cobrado será o de revisão valor encontrado pela pesquisa mercadológica*". Recomendamos o ajuste da redação de tal item;

1.3. Em atenção ao item 6 do Despacho da Controladoria Interna de fls. 188/190, apesar da menção pela Seção de Engenharia ao item 5.1.5.3 do Termo de Referência (fl. 205), resta o cumprimento da parte final de nossa recomendação: "salientamos que a assinatura constante na planilha orçamentária alterada deve estar acompanhada de identificação de a quem pertence". Isso é importante porque este Controle Interno tem constatado, durante a execução do atual contrato que possui o mesmo objeto, que as planilhas orçamentárias alteradas têm sido anexadas aos autos de pagamento das medições apenas constando uma assinatura, sem identificação nenhuma de qual servidor firmou a assinatura no documento.

2. Pelo exposto, encaminhem-se os autos à Seção de Engenharia, para análise e manifestação acerca das nossas recomendações realizadas neste Despacho.

Priscilla Gonçalves Tenório Lins Teixeira
Diretora da Controladoria Interna/MPAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**14/09/2026 14:01:29**
Origem	**CONTROLADORIA INTERNA (PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA)**
Destino(s):	**SEÇÃO DE ENGENHARIA (JOAO ELIAS DE HOLANDA GOMES)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA**, em 14/09/2026, às 14:01, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:24**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**15/09/2026 11:06:08**
Origem	**SEÇÃO DE ENGENHARIA (JOAO ELIAS DE HOLANDA GOMES)**
Destino(s):	**SEÇÃO DE ENGENHARIA (CAIO ROBERTO MONTEIRO NEVES)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **JOAO ELIAS DE HOLANDA GOMES**, em 15/09/2026, às 11:06, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:24**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**17/09/2026 12:28:00**
Criador:	**CAIO ROBERTO MONTEIRO NEVES**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Conforme solicitação da Controladoria Interna, segue termo de referência revisado.

Movimento assinado eletronicamente por **CAIO ROBERTO MONTEIRO NEVES**, em 17/09/2026 12:28:00, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **Anexo IV - Termo de Referência (Rev. 03)**

Data de Criação: **17/09/2026 12:28:01**

TERMO DE REFERÊNCIA

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa de engenharia especializada para executar, sob demanda, serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização de edificações.	1627	Unidade	1	R$ 992.334,93	R$ 992.334,93

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que são necessários para a manutenção da atividade administrativa, se configurando como essencial para a integridade e funcionamento das atividades administrativas de forma rotineira e permanente do edifício, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as necessidades permanentes ou prolongadas de manutenção e conservação das edificações.

Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão

aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação visa garantir a manutenção da infraestrutura das edificações do Ministério Público de Alagoas, assegurando o funcionamento contínuo e adequado dos imóveis, com intervenções imediatas em casos de falhas e a realização de melhorias preventivas e corretivas. O contrato vigente, de nº PGJ/AL-15/2023, será encerrado em 31 de outubro de 2025, não havendo interesse na renovação.

2.2 A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, disponível em https://sis.mpal.mp.br/transparencia/principal/publicacoes/126.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Trata-se da contratação de empresa especializada em engenharia para a prestação de serviços contínuos, sob demanda, de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, incluindo adaptações e modernizações dos edifícios do Ministério Público do Estado de Alagoas.

3.2 Os serviços serão prestados/executados nas edificações cujos dados estão discriminados no quadro abaixo, e outras que possam ser incorporadas, com a devida estimativa dos respectivos custos distribuídos por região no quadro seguinte:

Edificação		Distância (Ref. Maceió)	Área Terreno (m²)	Área Construção (m²)
1	Sede da Procuradoria Geral de Justiça	-------	847,94	6.686,27
2	Anexo I do Ministério Público	-------	1.702,00	732,85
3	Centro de Apoio Operacional - CAOP	-------	405,40	810,80
4	Promotorias de Justiça da Capital	-------	6.500,00	1.498,07
5	Ministério Público Comunitário	-------	438,54	143,30
6	Promotoria de Boca da Mata	75 km	435,54	204,89

7	Promotoria de Traipu	183 km	274,68	58,44
8	Promotoria de Limoeiro de Anadia	109 km	586,50	217,15
9	Promotoria de Matriz de Camaragibe	84 km	295,20	204,89
10	Promotoria de Piranhas	283 km	348,47	236,36
11	Promotoria de Maragogi	130 km	414,00	225,90
12	Promotoria de Pão de Açúcar	237 km	104,28	139,40
13	Promotoria de Marechal Deodoro	28 km	200,81	171,72
14	Promotoria de Porto Calvo	105 km	160,38	160,38
15	Promotoria de São Miguel dos Campos	58 km	900,00	607,65
16	Promotoria de Arapiraca	131 km	4.491,35	1.190,30
17	Promotoria de Delmiro Gouveia	295 km	101,75	101,75
18	Promotoria de Rio Largo	22 km	1.800,00	358,75
19	Promotoria de Penedo	168 km	2202,43	383,78
20	Promotoria de Palmeiras dos Índios	138 km	170,13	152,00
21	Promotoria de Santana do Ipanema	209 km	338,62	846,55
22	Promotoria de União dos Palmares	79 km	77,29	154,58
23	Promotoria de Atalaia	46 km	1110	240
24	Promotoria de Murici	54 km	2193,89	240

RESUMO SINTÉTICO DOS VALORES EXECUTADOS POR LOCAL				
LOCAL	VALORES			MÉDIA DOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) ANOS
	2023-2024	2024-2025	2025-2026	
	EXECUTADO	EXECUTADO	EMPENHADO	
Prédio Sede	R$ 734.098,25	R$ 219.961,42	R$ 227.879,90	R$ 393.979,86
Prédio das PJ da Capital	R$ 193.709,33	R$ 4.294,25	R$ 7.444,61	R$ 68.482,73
GAECO	R$ 86.207,50	R$ -	R$ 14.274,28	R$ 33.493,93
CAOP/ESMP	R$ 23.535,33	R$ 6.744,94	R$ 11.361,87	R$ 13.880,71
MP Comunitário	R$ 2.656,02	R$ 4.350,75	R$ -	R$ 2.335,59
Empresarial 203 Offices	R$ 2.395,14	R$ 24.959,67	R$ 25.926,49	R$ 17.760,43
Galpão Fernandes Lima	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Galpão Barro Duro	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Arapiraca	R$ 36.493,19	R$ 5.655,09	R$ 3.604,67	R$ 15.250,98
Atalaia	R$ 9.761,22	R$ -	R$ -	R$ 3.253,74
Boca da Mata	R$ 48.976,72	R$ -	R$ -	R$ 16.325,57
Delmiro Gouveia	R$ -	R$ 6.729,39	R$ -	R$ 2.243,13
Limoeiro de Anadia	R$ 59.671,08	R$ -	R$ -	R$ 19.890,36
Coruripe	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
São Sebastião	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Joaquim Gomes	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Maragogi	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Marechal Deodoro	R$ 9.705,52	R$ -	R$ 715,71	R$ 3.473,74
Matriz de Camaragibe	R$ 22.756,34	R$ -	R$ -	R$ 7.585,45
Murici	R$ 17.076,53	R$ -	R$ 5.209,45	R$ 7.428,66
Palmeira dos Índios	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Pão de Açúcar	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Penedo	R$ 10.330,65	R$ -	R$ -	R$ 3.443,55
Pilar	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Piranhas	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Porto Calvo	R$ 4.955,14	R$ -	R$ -	R$ 1.651,71
Rio Largo	R$ 4.155,26	R$ -	R$ -	R$ 1.385,09
Santana do Ipanema	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
São Miguel dos Campos	R$ 98.099,43	R$ 5.252,38	R$ -	R$ 34.450,60
Traipu	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
União dos Palmares	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Outros/Mais de um local	R$ 267.994,61	R$ 467.617,18	R$ 302.445,48	R$ 346.019,09
TOTAIS	**R$ 1.632.577,26**	**R$ 745.565,07**	**R$ 598.862,46**	**R$ 992.334,93**

RESUMO SINTÉTICO DOS VALORES EXECUTADOS POR TIPO DE SERVIÇO				
TIPO	VALOR EXECUTADO			MÉDIA DOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) ANOS
	2023-2024	2024-2025	2025-2026	
	EXECUTADO	EXECUTADO	EMPENHADO	
Manutenção Preventiva	R$ 203.620,38	R$ 224.287,02	R$ 112.692,79	R$ 180.200,06
Manutenção Corretiva	R$ 738.376,44	R$ 222.011,20	R$ 433.484,36	R$ 464.624,00
Manutenção Preditiva	R$ -	R$ 5.252,38	R$ -	R$ 1.750,79
Modernização	R$ 624.308,83	R$ 294.014,47	R$ 52.685,31	R$ 323.669,54
Recuperação	R$ 66.271,61	R$ -	R$ -	R$ 22.090,54
Adaptação	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Consultoria Técnica	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Conservação	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Outros	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
TOTAIS	**R$ 1.632.577,26**	**R$ 745.565,07**	**R$ 598.862,46**	**R$ 992.334,93**

3.3 O valor estimado para cada unidade foi embasado em casos concretos, frutos das manutenções prediais executadas pela secção de engenharia durante os exercícios de 2024 e 2025.

3.4 A Administração não se obriga a realizar serviços que atinjam a totalidade do valor estimado e somente serão pagos os valores efetivamente realizados.

Definições

3.5 **Manutenção Corretiva:** Refere-se às intervenções feitas para reparar falhas ou defeitos que já ocorreram em equipamentos ou sistemas. É realizada após a identificação de um problema e visa restaurar a funcionalidade o mais rápido possível. Exemplo: A troca de uma bomba de água quebrada no sistema hidráulico do prédio.

3.6 **Manutenção Preventiva:** É uma abordagem de manutenção planejada e programada com antecedência para evitar a ocorrência de falhas ou desgastes excessivos em equipamentos e sistemas. Baseia-se em intervalos de tempo predeterminados ou critérios de uso, independentemente da condição atual dos ativos. O objetivo é reduzir a probabilidade de falhas inesperadas e aumentar a vida útil dos equipamentos. Exemplos de técnicas utilizadas incluem lubrificação, limpeza, ajuste, substituição de peças desgastadas e inspeção visual de componentes. Exemplo: A troca periódica de filtros de ar-condicionado conforme recomendação do fabricante para evitar o acúmulo de sujeira que pode comprometer o desempenho do sistema, garantir a eficiência energética e evitar falhas que resultem em altos custos de reparo e perda de conforto dos usuários.

3.7 **Manutenção Preditiva:** Utiliza ferramentas de monitoramento contínuo e análise de dados para prever quando uma falha pode ocorrer, permitindo que a manutenção seja realizada antes que o problema se

manifeste. Baseia-se em técnicas como análise de vibração, ultrassom, ou termografia para antecipar defeitos. Exemplo: A inspeção termográfica dos quadros elétricos para identificar pontos quentes e evitar falhas antes que o sistema elétrico seja comprometido, evitando, assim, panes maiores e emergenciais.

3.8 **Serviços Eventuais:** São serviços prestados de maneira não contínua, realizados conforme a necessidade, mas que não se repetem com frequência. Normalmente são atividades programadas ou realizadas em intervalos maiores, sem a urgência ou a previsibilidade da manutenção preventiva. Exemplo: Pintura das fachadas do prédio, troca de piso de salas e modernização de edifícios.

3.9 Entenda-se como unidades utilizadas pelo Ministério Público, qualquer edificação, própria ou de terceiros, onde são prestadas as atividades jurisdicionais e/ou administrativas, conforme relação constante deste Termo de Referência.

3.10 Qualquer nova edificação, própria ou de terceiros, que vier a ser inserida no rol das edificações em uso pelo Ministério Público durante a vigência do contrato, o integrarão automaticamente, e as edificações porventura excluídas estarão fora do contexto da contratação.

3.11 Entendam-se como serviços de manutenção predial, as atividades de manutenção executadas antes (manutenção preventiva ou preditiva) ou após (manutenção corretiva) à ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação.

3.12 Entenda-se como conservação as atividades de desempenho técnico destinadas a preservar as características de desempenho técnico e funcionamento dos componentes da edificação.

3.13 Entenda-se como recuperação ou restauração as atividades realizadas após ser atingido nível inferior à qualidade mínima aceitável, ou seja, quando há perda significativa de performance ou desempenho, podendo interferir na segurança dos usuários.

3.14 Entenda-se como modernização as atividades que visam que a qualidade do bem imóvel ultrapasse o nível inicialmente construído e projetado, fixando um novo patamar de qualidade e desempenho para a edificação e seus sistemas.

3.15 Entendam-se como adaptações de instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, mecânicas, de refrigeração e físicas, consertos, reparações e manutenção predial, bem como para as demais definições dos serviços a serem executados, constantes neste instrumento e seus anexos, as terminologias, recomendações, procedimentos e orientações constantes no Manual de Obras Públicas-Edificações, práticas da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio – SEAP e Secretária de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI;

3.16 Entendam-se como serviços de engenharia, segundo a Orientação Técnica – IBRT 02/2009, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, toda atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal 5.194/66, tais como:

consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, manter, transportar, ou ainda, demolir.

3.17 No caso concreto, para as contratações de serviços comuns de engenharia, o objetivo preponderante é a mão de obra, onde não existirão modificações prediais exorbitantes e que alterem a concepção inicial, de modo que, em face da dificuldade de precisar o exato nível percentual de intervenção, que seja analisado caso a caso, dentro da conveniência administrativa típica ao gestor público, que deverá ser razoável, ou seja, adotar sua conduta dentro dos parâmetros comuns da experiência, pois, pela pouca representatividade na diferença entre obra e serviço, conforme discrimina a Lei, não parece possível que se consolide um conceito geral, sem elementos concretos que permitam a justificativa do conceito adotado.

3.18 Está incluída nos serviços de manutenção a execução de pequenos reparos e ajustes nas instalações visando atender as necessidades de funcionamento específico que venham a surgir no decorrer do uso do prédio, como manutenção, substituição e realocação de divisórias, bancadas e equipamentos, assim como abertura de vãos de até 4,5m², que não afetem a estrutura do prédio, com priorização em situações de urgência e solicitações da Secção de Engenharia deste Órgão.

3.19 Síntese das Tarefas: Serão desenvolvidos serviços de manutenção em cada unidade predial nas áreas de instalações civis (alvenarias, janelas, grades, portas e portões, pisos, cobertas, lajes, estruturas, etc.); instalações hidráulicas; bombas d'água em geral; instalações elétricas (inclusive subestações, geradores e quadros); redes internas de telefonia; passagens de cabos da rede lógica e racks; para-raios; comunicação visual; reparos; ajustes em divisórias e bancadas, entre outros. As tarefas serão realizadas com base na descrição das rotinas básicas de manutenção e nas periodicidades definidas pela CONTRATANTE, e/ou sempre que ocorram fatos que determinem as intervenções.

3.20 Caberá à CONTRATADA executar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, serviços de remanejamento e instalação de novos pontos de rede lógica, elétrica, telefonia, hidráulica, bem assim todos os itens manutenidos. Fica esclarecido que os serviços relacionados neste item não poderão ter características de reforma geral do imóvel, caso em que o Ministério Público do Estado de Alagoas deverá promover a contratação por meio de procedimento licitatório específico.

3.21 Referente aos serviços comuns de instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, jardinagem e marcenaria, este contrato fica restrito a reparos gerais no interior do estado e, na capital, será utilizado em caso de serviços de modernização dos ambientes.

3.22 A finalidade precípua da contratação dos serviços será a de manter as instalações prediais em perfeito estado de conservação, propiciando um ininterrupto funcionamento e detecção de desgastes ou defeitos para sua imediata correção.

3.23 **É expressamente vedada a construção de novas unidades ministeriais por meio do contrato decorrente deste certame.**

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Adotar boas práticas de otimização da utilização dos recursos e de redução de desperdícios, tais como treinamento/capacitação periódico dos empregados sobre boas práticas voltadas ao consumo consciente, redução de desperdício dos recursos naturais e coleta coletiva;

4.1.2 Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

4.1.3 Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança de trabalho de acordo com as normas da Contratante;

4.1.4 Conduzir suas ações de acordo com os requisitos legais aplicáveis, devendo observar também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

4.1.5 Fornecer aos empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que se fizerem necessários para a execução dos serviços, de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho, quando couber;

4.1.6 Destinar de forma ambientalmente adequada os materiais e equipamentos que forem utilizados na prestação dos serviços, quando couber;

Subcontratação

4.2 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total, nas seguintes condições:

4.2.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.2.2 A subcontratação fica limitada ao fornecimento de materiais, equipamento e peças de reposição e aos serviços sob demanda e eventuais.

4.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4 Para autorização de subcontratação nos casos em que o valor da aquisição ou serviço subcontratado, após aplicação do BDI pela empresa contratada, seja igual ou superior a 10% do valor total da ordem

de serviço, deve haver pedido formal da empresa, em processo instaurado especificamente para tanto, onde constará comprovação de que a demanda, para ser resolvida por uma nova contratação feita de forma independente por este Ministério Público, custaria valor semelhante, ou não poderia ser realizada em tempo hábil. A Diretoria-Geral, então, deve avaliar se a medida é vantajosa a esta instituição, levando em conta, principalmente, o ponto de vista econômico-financeiro, em complemento a avaliação já prevista no termo de referência, a cargo da Seção de Engenharia (se o "subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto" – item 4.4), emitindo o seu parecer e evoluindo os autos para decisão do Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça.

4.5 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.8 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.9 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.9.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.9.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.9.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário,

desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.9.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.10 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.11 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.12 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.13 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.13.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.14 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.14.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.14.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.14.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.15 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.16 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.17 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.18 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.19 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.19.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.19.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

4.20 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.20.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.20.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.21 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.22 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.23 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.24 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.25 A avaliação prévia dos locais de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 7:30 horas às 13:30 horas.

4.26 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.27 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.27.1 A vistoria poderá ser agendada pelo e-mail da Seção de Engenharia em engenharia@mpal.mp.br.

4.28 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.29 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.30 Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Maceió/AL.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: dia posterior à assinatura do contrato.

5.1.2 Os serviços poderão ser executados a qualquer momento, inclusive fora do expediente normal do Ministério Público, incluindo fins de semana e feriados, desde de que solicitado pela fiscalização e mediante a abertura de ordem de serviço.

5.1.3 Todos os serviços devem ser registrados por meio de fotografia que evidenciem o estado anterior e posterior à intervenção, devendo ser enviados à fiscalização no formato de relatório fotográfico.

5.1.4 A Contratada é responsável por preencher relatório diário de manutenção e submetê-lo à apreciação e validação da fiscalização.

5.1.5 Todo e qualquer serviço que não seja crítico/urgente, somente poderá ser iniciado após a expedição

da respectiva ordem de serviço e planilha de preços.

5.1.5.1 As ordens de serviço serão acompanhadas de planilha de preços à luz da realidade contratual (SINAPI – desconto contratado + BDI contratado), projetos (se for o caso), registros fotográficos, cadernos de especificações e demais documentos que o fiscal julgar necessário.

5.1.5.2 Ordens de serviços com valores acima de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser autorizadas pelo Procurador-Geral de Justiça ou quem ele designar.

5.1.5.3 A alteração ou revisão da planilha orçamentária de referência da OS que resultar em aumento do valor financeiro deve ser autorizada pelo Procurador-Geral de Justiça ou quem ele designar, por meio de deferimento e assinatura na nova planilha orçamentária de referência da OS. A assinatura constante na planilha orçamentária alterada deve estar acompanhada de identificação de a quem pertence.

5.1.6 No prazo de até 5 (cinco) dias após o recebimento da ordem de serviço deve ser apresentada ao Contratante cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada no conselho respectivo, bem como a matrícula (CEI) INSS, quando cabível.

5.1.7 A Contratada deve implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas os locais de execução.

5.1.8 Os serviços considerados críticos/urgentes têm prazo máximo de atendimento igual a 3 (três) horas somados ao tempo de deslocamento obtido por um veículo com velocidade média de 60 km/h.

5.2 O percentual de desconto a ser registrado na contratação refere-se ao desconto sobre os serviços da tabela SINAPI com desoneração, e na sua falta, a tabela ORSE, e, por fim, cotações de mercado, quando devidamente justificadas pela Fiscalização/Gestão do Contrato.

5.2.1 Esta cadeia de prioridade deve ser seguida durante toda a vigência contratual.

5.2.2 Quando forem realizadas cotações de mercado, estas devem ser feitas mediante pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência.

5.2.3 Cotações realizadas via telefone, devem conter, no mínimo, identificação do estabelecimento informante; especificação do objeto; unidade de fornecimento; data da coleta; nome do informante; nome do coletor; preço de venda, incidências de impostos e as condições de comercialização.

5.2.3.1 Se possível, deve-se solicitar confirmação da proposta por e-mail ou em formato PDF, onde seja incluído carimbo de CNPJ, timbre da empresa e assinatura de funcionário.

5.2.4 Em pesquisas de preço realizadas a partir de sites eletrônicos, deve-se registrar também a imagem da tela, com hora e data visíveis.

5.2.5 O preço cobrado será o de menor valor encontrado pela pesquisa mercadológica. Exceto em casos excepcionais, mediante justificativa e comprovado pelo fiscal do contrato, a precificação pode ser realizada por meio da média ou mediana encontrada, prevalecendo o valor que for mais vantajoso ao Ministério Público.

5.2.6 Nos casos em que o valor da aquisição ou serviço cotado, após aplicação do BDI pela empresa contratada, seja igual ou superior a 10% do valor total da ordem de serviço, deve haver pedido formal da empresa, em processo instaurado especificamente para tanto, onde constará comprovação de que a demanda, para ser resolvida por uma nova contratação feita de forma independente por este Ministério Público, custaria valor semelhante, ou não poderia ser realizada em tempo hábil. A Diretoria-Geral, então, deve avaliar se a medida é vantajosa a esta instituição, levando em conta, principalmente, o ponto de vista econômico-financeiro, emitindo o seu parecer e evoluindo os autos para Controladoria Interna, a qual realizará as diligências necessárias à aferição em questão, emitirá seu parecer e encaminhará o feito para decisão do Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça.

5.2.7 Para os casos que possam, a primeira vista, serem solucionados por meio da empresa de manutenção predial ou empresa de mão de obra terceirizada contratada por este Ministério Público, deve o fiscal do contrato de manutenção predial trazer explanação, em seu Despacho de atesto da medição, dos motivos que levaram à optar pela realização do serviço pela empresa de manutenção predial.

5.3 Quanto ao percentual estimativo do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas apuradas à luz da realidade da proponente, deve-se observar a impossibilidade do repasse do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que por serem considerados encargos de natureza personalíssima, não podem ser repassados à Administração, nos termos do Acórdão TCU 950/2007 – Plenário, ratificado por reiterados entendimentos posteriores. Por este motivo estes custos deverão ser suportados por valores inseridos na taxa de despesas indiretas e margem de lucro.

Ordens de Serviço, Comunicações e Observações

5.4 Os serviços serão autorizados por meio de ordem de serviços e seus valores serão obtidos na Tabela SINAPI com abrangência nacional, localidade Alagoas, vínculo nacional Caixa e subsidiariamente com conveniado, ou ORSE, conforme detalhamento contido neste Termo de Referência, mediante aplicação do desconto ofertado, acrescido do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas. Os preços referem-se às tabelas mais recentes, vigentes à época da emissão da ordem de serviço.

5.5 A adoção como referência de preços de cada ordem de serviço estará alinhada de acordo com a composição de preços unitários obtido no SINAPI e que sejam menores ou iguais aos valores constantes nos respectivos sistemas, aplicando o desconto ofertado e acrescido do percentual do BDI.

5.6 Adotar-se-á o preço disponível no SINAPI ou ORSE, conforme detalhamento contido neste Termo de

Referência, vigente à época da emissão de cada ordem de serviço.

5.7 As ordens de serviço serão confeccionadas com o detalhamento dos preços unitários e seu controle, medição e pagamento estarão vinculados aos serviços efetivamente executados.

5.8 **Os valores registrados neste Termo de Referência para fins de balizamento das propostas são meramente estimativos, não ensejando a obrigatoriedade da Administração executá-los em sua integralidade.**

5.9 **A realização dos presentes serviços ocorrerá por meio de lavratura de ordens de serviço e seu respectivo pagamento após medição e confirmação dos resultados alcançados, registrados através de relatório fotográfico. Para tanto, adota-se como parâmetro de composição dos preços unitários o sistema SINAPI ou ORSE, conforme detalhamento contido neste Termo de Referência.**

5.10 O valor de cada Ordem de Serviço será obtido da soma dos custos unitários de insumos ou serviços, que deverão ser iguais ou menores que seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI –, mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal na rede mundial de computadores, aplicando-se o desconto ofertado na proposta e, posteriormente, incidindo o BDI proposto.

5.11 A execução dos serviços atenderá aos projetos, especificações e as diretrizes adotadas pela Fiscalização da Contratada.

5.12 Os valores estimados para a contratação pretendida servirão como balizamento para julgamento do presente certame, cabendo ao CONTRATANTE a definição e a estipulação dos quantitativos totais dos serviços a serem executados durante a vigência do contrato, sempre fundamentado por estudos de viabilidade técnica, não estando o CONTRATANTE obrigado a executá-los totalmente, ou, podendo ainda, fazer supressões e compensações dos valores entre as mais diversas unidades do Ministério Público, bem como acréscimos, observando para isto, o limite máximo do valor global contratado, a disponibilidade orçamentária e as regras estabelecidas na legislação pátria, neste instrumento e seus anexos.

5.13 Se porventura, durante a execução contratual, for necessária a execução de serviços não constantes no SINAPI, estes terão como referência para a formação de preços o sistema ORSE do Governo de Sergipe, ou pesquisa de mercado. **Qualquer que seja a fonte de pesquisa de preços adotada, será aplicado o desconto ofertado, acrescido do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas.**

5.14 Os materiais necessários à execução deverão ser fornecidos pelo CONTRATADO, nos termos do CONTRATO, os quais serão pagos pela CONTRATANTE, após sua aplicação e medição, juntamente com os serviços realizados.

5.15 Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de

primeira linha e qualidade ou similares (mesma qualidade técnica), e estarem de acordo com as especificações que serão elaboradas pela fiscalização e com os materiais já utilizados nas instalações.

5.16 No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações do CONTRATANTE; ou, em não havendo mais aquela marca no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável), a substituição deverá ocorrer por material de critério (parâmetros qualitativos) de desempenho igual ou superior, após aprovação da fiscalização do Ministério Público.

5.17 Toda a comunicação (envio de ordens de serviço, notificações, solicitações da contratada etc) deverá ser realizada através do e-mail engenharia@mpal.mp.br.

5.17.1 O prazo de resposta de e-mails enviados pela CONTRATANTE é de 72h.

5.17.2 Caso seja vantajoso para a CONTRATANTE, podem ser alterados os softwares utilizados para a comunicação, mantendo-se o prazo de resposta fixado em 72h.

5.18 Antes da aplicação de quaisquer materiais, estes deverão ser submetidos à apreciação da fiscalização, através do e-mail engenharia@mpal.mp.br, principalmente no caso de materiais similares em qualidade técnica.

5.19 Os serviços de manutenção deverão serão realizados sob a forma de prestação continuada ou intermitente, programada ou eventual por equipes operacionais, definidas para o tipo de atividade desenvolvida ou para a solução de situações específicas, todas supervisionadas por profissionais de nível superior da CONTRATADA, que assumirão a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

5.20 A Contratada deverá providenciar o fornecimento de toda a mão de obra, ferramentas e equipamentos, necessários à prestação dos serviços de **conservações, reparações, consertos, instalações e manutenções prediais e de seus equipamentos,** de forma preventiva e corretiva, preditiva, em conformidade com especificações, normas técnicas e demais condições constantes deste Termo de referência e aquelas fornecidas pela Contratada através de seu gestor e fiscal.

5.21 Caso os serviços não estejam de acordo com as especificações e projetos, devem ser refeitos sem ônus para o Contratante.

5.22 Todos os profissionais serão alocados pela futura empresa contratada, apenas por ocasião da realização dos serviços programados, e após sua conclusão retornam à sede da empresa contratada ou ao seu local de origem, não havendo, portanto, qualquer vínculo com o Contratante, **não caracterizando mão de obra residente.**

5.23 Todos os profissionais vinculados à empresa que forem alocados na execução de serviços demandados pelo Ministério Público de Alagoas devem apresentar a qualificação técnica necessária à realização das atividades e terem suas funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, devendo a comprovação da especialização e dos treinamentos obrigatórios deve ser encaminhada ao e-mail engenharia@mpal.mp.br.

5.24 Todos os profissionais destinados à execução das atividades referentes a uma Ordem de Serviço devem ter seus dados (nome completo, CPF, RG, nome da mãe e telefone) informados à Fiscalização do Contrato ao engenharia@mpal.mp.br.

5.25 Qualquer profissional cuja conduta disciplinar seja considerada inconveniente pelo Contratante deve ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação.

5.26 A Contratada deve se responsabilizar por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do Ministério Público do Estado de Alagoas.

5.27 A Contratada deve manter no local objeto da execução, durante os turnos de trabalho, pessoas capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, com a missão de garantir o bom andamento dos serviços, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços.

5.27.1 Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços do Contratante e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

5.28 A Contratada deverá disponibilizar, quando solicitada, profissionais qualificados na cidade sede de cada unidade, para atender as demandas consideradas críticas.

5.28.1 Entendam-se como demandas críticas aquelas situações que caracterizem uma necessidade iminente da realização de qualquer serviço, decorrente de acidentes, incidentes ou a ocorrência de qualquer imprevisto que gere qualquer prejuízo ou perigo e exijam rápida intervenção por parte do contratado no sentido de eliminar as causas dos respectivos problemas.

5.29 O prazo de início de atendimento das Ordens de Serviços será de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data do seu recebimento.

5.29.1 Neste ato, a CONTRATADA deverá ajustar com a CONTRATANTE o prazo máximo de execução dos respectivos serviços.

5.30 Deverá ser providenciada a Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T. ou Registro de Responsabilidade Técnica – R.R.T., específica para o objeto deste contrato, do responsável técnico pela execução dos serviços conforme dispõe o Art. 1º da lei 6496/77 e Art. 3º da Resolução nº 307/86 – CONFEA, assim como a cada serviço de maior complexidade indicado pela contratante.

5.31 Se durante a vigência do contrato houver troca do responsável técnico, este fato deverá ser previamente informado à Fiscalização e será providenciada nova A.R.T. ou R.R.T, conforme disciplina a Resolução nº 307/86 – CONFEA.

5.32 A Contratada deverá se submeter aos controles de programação ou de supervisão e fiscalização de serviços na forma apresentada pela Fiscalização, tais como os Diários de Manutenção, Controles de acesso e de presença das equipes, controles de emprego de materiais ou outros, e cronograma dos serviços demandados.

5.32.1 Quanto aos serviços de maior tempo de execução, deverá ser apresentado cronograma de etapas, conforme indicação da contratante.

5.33 As Ordens de Serviço serão emitidas pelo Fiscal/Gestor do Contrato, após oficialização da demanda pelo setor requisitante e após elaboração dos projetos e planilha orçamentária necessários à execução das atividades.

5.33.1 Em caso de serviços de manutenção, o setor de Engenharia do Contratante pode justificar a demanda através de documento técnico anexo à Ordem de Serviço.

5.34 As Planilhas Orçamentárias serão elaboradas exclusivamente pelo setor de Engenharia do Contratante.

5.34.1 Os itens administração de obra, mobilização e desmobilização serão incluídos em cada ordem de serviço como a última etapa da planilha orçamentária, antes da aplicação do desconto e do BDI Contratual, seguindo os percentuais que constam nas Tabelas abaixo:

Mobilização e Desmobilização		
Região	**Distância do Prédio Sede**	**Percentual de Mobilização e Desmobilização**
01	⩽ 30 km	0,30%
02	> 30 km a ⩽ 65 km	0,50%
03	> 65 km a ⩽ 130 km	0,80%
04	> 130 km	1,10%

Administração de Obra		
Faixa	**Valor da Planilha Orçamentária Antes da Aplicação de Administração de Obra, Mobilização, Desconto e BDI**	**Percentual de Administração**
01	⩽ R$ 5.000,00	7,00%
02	> R$ 5.000,00 a ⩽ 30.000,00	6,00%
03	> R$ 30.000,00 a ⩽ 100.000,00	5,00%
04	> R$ 100.000,00	4,00%

5.34.2 Os percentuais de administração de obra, mobilização e desmobilização referem-se ao valor global da planilha antes da incidência do BDI e do desconto contratual e serão somados a fim de compor um único item/porcentagem.

5.34.2.1 A porcentagem referente a cada um deve ser discriminada no cabeçalho da planilha orçamentária.

Especificação da garantia do serviço

5.35 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Atendimento excepcional e urgente

5.36 A empresa deve indicar, na assinatura do contrato, número telefônico móvel com profissional responsável para tratar de assuntos relativos aos serviços contratados e que seja de pronto atendimento nos fins de semana, feriados e em casos excepcionais e urgentes.

Uniformes e equipamentos de proteção individual

5.37 Os uniformes e equipamentos de proteção individual a serem fornecidos pelo Contratado a seus colaboradores deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante.

5.37.1 Os uniformes deverão conter a identificação da empresa e do funcionário.

5.38 Todos os empregados da Contratada deverão desenvolver suas atividades devidamente uniformizados, exceção feita aos engenheiros.

5.39 Os empregados da Contratada deverão utilizar equipamentos de proteção individual adequados às suas atividades, bem como estarem permanente e devidamente uniformizados de forma condizente com sua circulação nos ambientes do Contratante.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.7.1 O preposto indicado pela Contratada deve estar disponível para a realização de reuniões no Prédio Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, no período compreendido entre 7h30 e

13h30, de segunda-feira à sexta-feira, mediante prévio agendamento.

Rotinas de Fiscalização

6.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

6.16 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.18 Cabe ao gestor do contrato:

6.18.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto será feita a partir das medições dos serviços.

7.2 As medições serão realizadas pela Fiscalização, mediante solicitação expressa da Contratada, que deverá elaborar e apresentar, pelo e-mail engenharia@mpal.mp.br, relatório do serviço composto pelas planilhas de serviços efetivamente prestados no período, acompanhadas de memorial de cálculo e fotografias do antes e depois.

7.2.1 Os arquivos devem estar conforme modelo fornecido pelo Contratante.

7.3 As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas eletronicamente e encaminhadas ao Contratante, pelo e-mail protocolo.administrativo@mpal.mp.br.

7.3.1 No corpo da nota fiscal deverão ser especificados: o número e código da ordem de serviço, o descritivo das atividades executadas e o número do contrato.

7.3.2 Cada nota fiscal deve se referir unicamente a uma ordem de serviço, sendo vedado o pagamento de serviços constantes em mais de uma ordem de serviço em uma mesma nota fiscal.

7.3.3 A nota fiscal correspondente à medição deverá ser encaminhada acompanhada de:

a) demonstrativo detalhando os itens medidos, fotografias que evidenciem o estado anterior e posterior à intervenção (devendo ser enviados à fiscalização no formato de relatório fotográfico), planilha de preços, bem como demais itens necessários;

b) comprovantes dos recolhimentos relativos às leis sociais, que inclui GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social / SEFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social.

Os comprovantes deverão ser os do mês anterior ao mês de emissão da Nota Fiscal ou, caso ainda não tenham vencidos esses pagamentos (o que deve ser comprovado nos autos por meio de juntada do boleto com data ainda a vencer), deve-se juntar ao feito os comprovantes do mês antecedente

7.4 A remuneração será realizada sempre com base nos serviços efetivamente realizados no período.

7.4.1 A última medição será realizada somente após recebimento provisório dos serviços, salvo nos casos que por motivos comprovadamente alheios à Contratada e em que a demora na obtenção de documentos venha a reter de modo prejudicial à remuneração devida.

7.5 No caso dos serviços não estarem em conformidade com o contrato, o Fiscal impugnará as respectivas etapas, discriminando através de termo as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a Contratada, com o recebimento do termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.

7.6 À Contratada caberá sanar as falhas apontadas, submetendo, posteriormente, a(s) etapa(s) impugnada(s) a nova verificação.

Do recebimento

7.7 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo detalhado, conforme modelo do Anexo II, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.8 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.9 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.10 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.11 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, conforme modelo do Anexo III, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado, conforme modelo do Anexo III, para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18 Enviar a documentação ao setor pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.23 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.33 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38 O desconto inicialmente contratado é fixo e irreajustável, considerando as planilhas referenciais utilizadas e atualizadas mensalmente.

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2 As propostas devem ser apresentadas conforme quadro abaixo:

A – Valor estimado dos serviços	R$ R$ 793.867,94
B – Desconto - %	_____% e R$
C – Subtotal (A – B)	R$
D – BDI	_____% e R$
Valor total (C+D)	R$

Onde:

A) Valor **fixo** e estimado da contratação para o período de vigência do contrato, tendo por base os preços estabelecidos na tabela SINAPI com desoneração, na forma estatuída acima;

B) O percentual de desconto a ser registrado na proposta refere-se ao desconto sobre a tabela SINAPI ou aquela que a substituir, o qual servirá de base durante toda a vigência contratual;

D) BDI – Benefícios e Despesas Indiretas apurados à luz da realidade da proponente, observando a impossibilidade do repasse do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, em obediência ao Acórdão TCU nº 950/2007, ressalvados os casos de impostos faturados nos termos do Acórdão 2.586/2007.

E) O valor global proposto, apurado da seguinte forma: Valor estimado sem BDI, deduzido do desconto ofertado e acrescido do BDI indicado [fórmula (A – B) + D].

9.3 O detalhamento da composição do BDI a ser proposto deverá ser composto de acordo com o **Acórdão TCU nº 2622/2013 - Plenário**, e, no que couber, subsidiariamente pelo Decreto Estadual nº 3.962 de 4 de janeiro de 2008, utilizando a fórmula abaixo:

Composição Analítica de LDI ou BDI				
Faixa de BDI* (Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário)				**20,34% a 25,00%**
DESCRIÇÃO	**VALORES DE REFERÊNCIA %**			**BDI ADOTADO - % (Inserir percentuais)**
	1º Quartil	**Médio**	**3º Quartil**	
Administração Central (AC)	3,00%	4,00%	5,50%	0,00
Seguro e Garantia (S+G)	0,80%	0,80%	1,00%	0,00
Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	0,00
Despesas Financeiras (DF)	0,59%	1,23%	1,39%	0,00
Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	0,00
Impostos** ***(soma dos itens abaixo)***				**0,00**
COFINS				0,00

PIS	Conforme Legislação específica.	0,00
ISS***		0,00
INSS (Alíquota desoneração)	4,5%	0,00
	TOTAL*	**0,00**

(*) Item 9.2.1 Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário: Quando a taxa de BDI indicada pelo Tomador estiver fora dos patamares estipulados, o detalhamento do BDI deve ser acompanhado de relatório técnico circunstanciado, justificando a adoção do percentual adotado para cada parcela do BDI, assinado pelo profissional responsável técnico do orçamento, usando como diretriz os percentuais apresentados na tabela acima.

(**) Os percentuais de impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente.

(***) Item 9.3.2.3 Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário: Para o ISS, deve-se considerar a legislação tributária municipal, a base de cálculo e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual entre 2% e 5%.

Considerar a planilha orçamentária COM desoneração.

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC: Administração Central

S: Seguro

R: Risco

G: Garantia

DF: Despesas Financeiras

L: Lucro

I: Impostos

9.4 Para efeitos de apresentação da proposta de preços, os tributos que integram o BDI, especificamente em relação ao ISS, deverão ser informados considerando o município de Maceió/Alagoas, com sua respectiva alíquota vigente, compatíveis com o regime tributário adotado pelo licitante, ressalvadas, caso haja possibilidade legal, as propostas apresentadas por empresas optantes pelo regime tributário denominado "Simples Nacional", de modo que, o preço Estimado dos Serviços poderá ser consolidado em quadro único.

9.4.1 Na fase da execução dos serviços será adotado na composição do BDI o percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde for prestado o serviço, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota.

9.5 O Licitante deverá apresentar a composição própria do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas).

Regime de Execução

9.6 O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.7 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.8 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o valor estimado dos serviços, o desconto ofertado, o BDI e o valor total, conforme modelo acima.

Exigências de habilitação

9.9 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.10 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.12 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no

Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.18 Ato de autorização para o exercício da atividade de engenharia, expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia nos termos do art. 3º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

9.19 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.21 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.26 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.28 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.29 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

SG = Ativo Total/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

LC = Ativo Circulante/Passivo Circulante

9.30 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.31 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.34 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.35 Registro ou inscrição da empresa no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CFT – Conselho Federal dos Técnicos Industriais ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em plena validade;

9.35.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.36 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.36.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.36.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.36.1.2 contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do valor a ser contratado.

9.36.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.36.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37 Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Maceió/Alagoas, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.38 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.39 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.40 Apresentação dos profissionais, abaixo indicados, devidamente registrados no conselho profissional competente, detentores de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicados:

9.40.1 **Serviços de manutenção predial e reforma**, por engenheiro civil, arquiteto ou técnico habilitado;

9.40.2 **Serviços de recuperação estrutural**, por engenheiro civil;

9.40.3 **Serviços de instalações elétricas de baixa tensão**, por engenheiro eletricista ou técnico em eletrotécnica;

9.40.4 **Serviços de instalações elétricas com gerador e subestação**, por engenheiro eletricista;

9.40.5 **Serviços de instalações hidrossanitárias**, por engenheiro civil, engenheiro sanitarista, engenheiro mecânico ou técnico em edificações;

9.40.6 **Serviços de instalações lógicas, de telefonia, SPDA e CFTV**, por engenheiro eletricista ou técnico em eletrotécnica / telecomunicações;

9.40.7 **Serviços de combate ao incêndio e pânico**, por engenheiro civil, engenheiro mecânico, engenheiro eletricista ou arquiteto.

9.40.8 Os atestados devem estar devidamente registrados no conselho competente e acompanhados das Certidões de Acervo Técnico – CAT – dos profissionais, bem como das respectivas ART's, TRT's ou RRTs que geraram as CATs emitidas, nos casos em que não possuírem certificação eletrônica.

9.40.9 As Certidões de Acervo Técnico devem estar em nome do profissional legalmente habilitado.

9.40.10 **As licitantes devem ainda apresentar termo de ciência dos profissionais indicados, concordando com a indicação e com o vínculo com a pessoa jurídica, conforme modelo do Anexo I.**

9.40.11 Os profissionais acima indicados deverão participar do serviço objeto do contrato e estarem cientes disso, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.41 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de

regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Disposições gerais sobre habilitação

9.42 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.43 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.44 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.45 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.46 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.47 Admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.47.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.47.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.47.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.47.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.47.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.47.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.47.6.1 ata de fundação;

9.47.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.47.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.47.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.47.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.47.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.47.6.7 última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R$ 992.334,93 (Novecentos e noventa e dois mil trezentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos), conforme custos apostos na tabela abaixo.

A – Valor estimado dos serviços	R$ 793.867,94
B – Desconto - %	0% - R$ 0,00
C – Subtotal (A – B)	R$ 793.867,94
D – BDI - %	25% - R$ 198.466,99
Valor total (C+D)	R$ 992.334,93

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos a serem informados pela Diretoria de Programação e Orçamento do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Maceió/AL, 12 de agosto de 2026.

Caio Roberto Monteiro Neves

Assessor de gabinete – Engenheiro Civil

João Elias de Holanda Gomes

Chefe da Seção de Engenharia

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E VÍNCULO

_____(nome do profissional), portador da carteira e registro no _____ (conselho correspondente) número _____(número do registro), declaro estar ciente e de acordo com a minha indicação pela empresa ____(razão social da empresa licitante) como responsável técnico pelos trabalhos objeto do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, em relação aos serviços de:

1. ( ) **Manutenção predial e reforma**, sendo ( ) engenheiro civil / ( ) arquiteto / ( ) técnico habilitado
2. ( ) **Serviços de recuperação estrutural**, sendo ( ) engenheiro civil
3. ( ) **Serviços de instalações elétricas de baixa tensão**, sendo ( ) engenheiro eletricista / ( ) técnico em eletrotécnica
4. ( ) **Serviços de instalações elétricas com gerador e subestação**, sendo ( ) engenheiro eletricista
5. ( ) **Serviços de instalações hidrossanitárias**, sendo ( ) engenheiro civil / ( ) engenheiro sanitarista / ( ) engenheiro mecânico / ( ) técnico em edificações
6. ( ) **Serviços de instalações lógicas, de telefonia, SPDA e CFTV**, sendo ( ) engenheiro eletricista / ( ) técnico em eletrotécnica / telecomunicações
7. ( ) **Serviços de combate ao incêndio e pânico**, sendo ( ) engenheiro civil / ( ) engenheiro mecânico / ( ) engenheiro eletricista / ( ) arquiteto.

Declaro ainda manter vínculo profissional com a empresa acima ou que manterei vínculo profissional com a mesma em caso de contratação dela com o Ministério Público do Estado de Alagoas a partir desta licitação.

Maceió/AL, de de 2025.

Profissional (nome e assinatura)

ANEXO II

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	**CNPJ**	xxxxxxxxxxxx
Nº DA OS	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL			
<Descrição do serviço solicitado relacionada ao contrato anteriormente identificado>			
ITEM	**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**	**MÉTRICA**	**QUANTIDADE**
1	<Descrição igual ao da OS de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
…			
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 140, inciso I, alínea "a", da Lei 14.133/2021, que os serviços correspondentes à OS acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos provisoriamente na presente data e serão objetos de avaliação por parte da **CONTRATANTE** quanto à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**.

4 – ASSINATURAS

FISCAL TÉCNICO / FISCAL ADMINISTRATIVO

_____

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

_____

<Nome do Fiscal Administrativo do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO III

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	**CNPJ**	xxxxxxxxxxxx
Nº DA OS	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL			
<Descrição do serviço solicitado relacionada ao contrato anteriormente identificado>			
ITEM	**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**	**MÉTRICA**	**QUANTIDADE**
1	<Descrição igual ao da OS de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
…			
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei 14.133/2021, que os serviços correspondentes à OS acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram prestados pela **CONTRATADA** e ATENDEM às exigências contratuais de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Contrato acima indicado.

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à OS acima identificada monta em R$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

5 – ASSINATURAS

GESTOR DO CONTRATO

_____

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

6 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

GESTOR DO CONTRATO

Autoriza-se a **CONTRATADA** a faturar os serviços executados relativos à supracitada OS, no valor discriminado no item 4, acima.

_____

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

7 – CIÊNCIA

PREPOSTO

_____

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**17/09/2026 12:28:20**
Origem	**SEÇÃO DE ENGENHARIA (CAIO ROBERTO MONTEIRO NEVES)**
Destino(s):	**CONTROLADORIA INTERNA (PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **CAIO ROBERTO MONTEIRO NEVES**, em 17/09/2026, às 12:28, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:24**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**17/09/2026 13:36:14**
Criador:	**PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA**
Resumo:	**Análise da Controladoria Interna**

Considerando que foram realizadas todas as diligências solicitadas anteriormente por este Controle Interno, entendemos que, agora, o feito encontra-se regularmente instruído, devendo seguir, diretamente, à Consultoria Jurídica, para análise e parecer.

Movimento assinado eletronicamente por **PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA**, em 17/09/2026 13:36:14, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**17/09/2026 13:36:23**
Origem	**CONTROLADORIA INTERNA (PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA)**
Destino(s):	**CONSULTORIA JURÍDICA (ELENISE DAUDT TENORIO DE SOUZA)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA**, em 17/09/2026, às 13:36, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:24**.

Parecer Jurídico/Técnico (920339)

Data do Movimento:	**24/09/2026 12:00:14**
Criador:	**ELENISE DAUDT TENORIO DE SOUZA**
Resumo:	**PARECER JURÍDICO**

Administrativo. Abertura de Processo Licitatório. Controle Prévio de Legalidade. Pregão Eletrônico. Contratação de empresa de engenharia especializada para executar, sob demanda, serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas Critério de Julgamento. Menor Preço Global. Empreitada por Preço Unitário. Modo disputa Aberto e Fechado. Presentes os artefatos da fase de Planejamento. Incidência da Lei nº 14.133/21. Ato PGJ nº 05/2024. Regularidade Jurídica. Aprovação.
Parecer jurídico em anexo.

Movimento assinado eletronicamente por **ELENISE DAUDT TENORIO DE SOUZA***, em 24/09/2026 12:00:14, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **PARECER JURÍDICO**

Data de Criação: **24/09/2026 12:00:14**

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
CONSULTORIA JURÍDICA

Número do Expediente: nº **20.08.1353.0000244/2026-55**

Interessado: Seção de Engenharia do Ministério Público do Estado de Alagoas
Assunto: Análise Jurídica. Abertura de Processo Licitatório

Administrativo. Abertura de Processo Licitatório. Controle Prévio de Legalidade. Pregão Eletrônico. Contratação de empresa de engenharia especializada para executar, sob demanda, serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas Critério de Julgamento. Menor Preço Global. Empreitada por Preço Unitário. Modo disputa Aberto e Fechado. Presentes os artefatos da fase de Planejamento. Incidência da Lei nº 14.133/21. Ato PGJ nº 05/2024. Regularidade Jurídica. Aprovação.

Sr. Procurador-Geral de Justiça,

1. Evoluíram-se os presentes autos a esta Consultoria Jurídica, acerca de pedido de abertura de processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, que tem como objeto a **Contratação de empresa de engenharia especializada para executar, sob demanda, serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas.** A licitação tem custo estimado de **R$ 999.334,93 (novecentos e noventa e nove mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos).**

2. Instruem ainda o procedimento:

a. Documento de Formalização da Demanda (fls.04/05);
b. Estudo Técnico Preliminar (fls.82/87)
c. Termo de Referência Atualizado (fls.255/301);

d. Análise de Riscos (fls.13/15)
e. Indicação da disponibilidade Orçamentária e financeira (fls.71/73);
f. Minutas do Edital na modalidade Pregão Eletrônico (fls.144/168);
g. Minuta do Termo Contratual (fls. 169/180);
h. Parecer da Controladoria Interna (fls. 188/190, 303).

3. Recebido o feito pelo agente de contratação, o pregoeiro Sr. Fernando Antônio Vasco da Gama, conforme portaria de nomeação, anexou aos autos minuta do Edital de Pregão Eletrônico e do contrato, solicitando parecer jurídico acerca do mencionado meio de convocação licitatório.

4. Submetido à Controladoria Interna, após o cumprimento de diligências e recomendações no termo de referência entendeu pela situação regular do processo e os autos foram encaminhados a esta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

É a síntese do relatório.

I – ANÁLISE JURÍDICA

5. Passa-se ao parecer. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
> § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
> I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
> II -redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica (...)

6. Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

7. Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de

responsabilidade exclusiva da Administração.

8. Consigne-se que a presente análise considerará tão somente os aspectos estritamente jurídicos da questão trazida ao exame desta Consultoria Jurídica, partindo-se da premissa básica de que, ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência

9. O artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
> II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
> III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
> IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
> V - a elaboração do edital de licitação;
> VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
> VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
> VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
> IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
> X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
> XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

10. Quanto a modalidade adotada, a mesma mostra-se escorreita, porquanto consoante o art. 29, da Lei n.º 14.133/2021, deve-se adotar o pregão para contratação de serviços de objetos que

possuam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Neste sentido, tem-se as condições para a contratação descrito no item 1.1 do Termo de Referência referente aos Serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização de edificações.

11. A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu o uso da modalidade Pregão quando "o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado", ou seja, para aquisição de bens e serviços comuns. Além disso, a Lei previu que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica. In verbis:

> Lei nº 14.133/2021:
> Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:
> (…)
> § 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.
> (...)
> Art. 28. São modalidades de licitação:
> I – pregão;
> (...)
> Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, **adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado**.
> Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei. (Grifo nosso) .

12. Do mesmo modo, o critério de julgamento, qual seja, menor preço global, conforme Minuta do Edital fls. 144, em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência, tal estratégia atende o que determina o art. 6°, inciso XLI, da Lei n.º 14.133/2021, cuja redação é a seguinte:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
> [...]
> XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de **menor preço** ou o de maior desconto**.** (Grifei)

13. A Lei n. 14.133/2021, consigna os documentos que o Ministério Público deve elaborar para o adequado planejamento da contratação, são eles:

a) documento para formalização da demanda - DFD;

b**)** estudo técnico preliminar - ETP;

c) mapa de risco;

d) termo de referência – TR.

14. Tais documentos constam nos autos, conforme relatório acima. Não obstante o seu caráter técnico, seguem considerações jurídicas a seu respeito.

15. Da análise do documento de formalização da demanda e do item 1 do estudo técnico preliminar, foi justificada e informada a necessidade da contratação para:

> O Ministério Público do Estado de Alagoas possui contratação similar, vigente até 01 de novembro de 2026, conforme contrato de nº PGJ/AL-024/2025, porém, a contratada não tem interesse na renovação do Contrato. A realização de novo processo licitatório objetiva solucionar a continuidade dos serviços de manutenção predial, visto que sua interrupção causaria prejuízos imensuráveis ao Ministério Público, primordialmente no que tange ao cumprimento da garantia da infraestrutura física adequada e apropriada para desenvolvimento das atividades dos membros e servidores.

16. No caso, verifica-se que a Administração juntou o estudo técnico preliminar às fls. 82. Percebe-se que o referido documento contém, em geral, os elementos determinados pela legislação, de acordo com Art. 18º §1 da Lei nº 14.133/21:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
>
> (…)
>
> § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
>
> I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
>
> II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
>
> III - requisitos da contratação;
>
> IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
>
> V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
>
> VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte,

> que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
>
> VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
>
> VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
>
> IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
>
> X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
>
> XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
>
> XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
>
> XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.
>
> § 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.
>
> § 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

17. O gerenciamento de riscos se efetiva por meio da elaboração de mapa de riscos que, no caso, foi devidamente confeccionado, destacando os riscos: 1. Termo de Referência incompleto ou inadequado; Especificações insuficientes para a prestação do serviço; Solução inadequada para a contratação; Requisitos para a contratação insuficientes ou desnecessários; Descrição insuficiente do modelo de execução do objeto no TR; Fiscal sem habilitação e/ou experiência técnica. Insta salientar, que fora realizada pela área requisitante, a análise qualitativa dos riscos com a indicação das estratégias de mitigação.

18. Sobre o orçamento estimado da contratação, o Termo de Referência utilizou como base "preço disponível no SINAPI ou ORSE, conforme detalhamento contido neste Termo de Referência," fls. 269 e quanto ao valor estimado este foi "embasado em casos concretos, frutos das manutenções prediais executadas pela secção de engenharia durante os exercícios de 2024 e 2025." conforme se depreende do item 3.3 do termo de referência.

19. A pesquisa de preços é um dos principais instrumentos para o exame e julgamento objetivo das propostas apresentadas nas licitações públicas. Sua principal função, ainda nas

lições de Ronny Lopes,[1] é garantir que o poder público identifique um parâmetro para o valor médio de mercado em relação a um bem ou serviço, sendo que o efetivo valor da contratação, na maioria das vezes, apenas será identificado com o resultado do certame licitatório, no qual as nuances específicas da pretensão contratual, as condições contemporâneas do mercado e o respectivo procedimento contribuirão para a apresentação de suas propostas.

20. A Administração pode optar pela realização de licitação com preservação das informações do orçamento estimado, o que se admite desde que justificadamente, conforme estabelece o art. 24, da Lei nº 14.133, de 2021. Tendo em vista a escolha da administração, foram divulgados no edital o valor estimado pela administração pública.

21. O Termo de Referência é o documento que deverá conter a definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação, a fundamentação da contratação, a descrição da solução, os requisitos da contratação, o modelo de execução do objeto, o modelo de gestão do contrato, os critérios de medição e de pagamento, a forma e critérios de seleção do fornecedor, as estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado e a adequação orçamentária (art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021).

22. É importante registrar que o termo de referência é documento de natureza técnica e deve observar os elementos do inciso XXIII, artigo 6º, Lei n. 14.133/2021. Conforme item 9.6 do TR o Regime de Execução será o de empreitada por preço unitário. O Tribunal de Contas da União indica como deve ser feita a escolha do regime de execução pela administração: "A empreitada por preço global deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida para objetos que, por sua natureza, não permitam a precisa indicação dos quantitativos orçamentários.” Acórdão 1978/2013-Plenário, TC 007.109/2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013.

23. Neste diapasão, restou acertada a escolha da área demandante visto que, os valores são apenas estimativos, não havendo obrigatoriedade de executá-los em sua integralidade, conforme estipula o item 3.4 do Termo de Referência atualizado.

24. No objeto em tela, a vigência contratual 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

25. Observe-se, ainda, que são vedadas especificações do objeto que, por excessivas,

[1] Torres, Ronny Charles Lopes de. Leis de Licitações Públicas Comentadas.15.ed.JusPodivm.2024.

irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização (art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021). Portanto, o gestor deverá tomar as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração.

26. Outro ponto relevante diz respeito ao parcelamento do objeto a ser contratado em licitações. Em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247. No caso em análise, optou-se pelo julgamento por menor preço global. Quanto ao não parcelamento, restou justificado no item 07 do Estudo Técnico Preliminar(fls. 11) : "Todos os itens que compõem o objeto devem ser adjudicados a uma única empresa, visto que o parcelamento da solução gera perda da economia de escala. Ainda, o agrupamento dos itens importa em maior agilidade nos atendimentos, melhor gestão e fiscalização por parte da equipe técnica da Seção de Engenharia e simplificação na cadeia de atribuição de responsabilidades, em caso da necessidade de utilizar a garantia inerente aos serviços".

27. A Lei n. 14.133/2021 dispõe no artigo 4º que as disposições dos artigos 42 a 49 da LC n. 123/2006 são aplicadas as licitações e contratos administrativos por ela disciplinados. Em razão disso, o regime constitucional de tratamento diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte tem de ser observado no regime geral de contratações públicas. Nesse diapasão, a Minuta do Edital item 2.6 trouxe a seguinte consideração: Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos limites previstos da Lei Complementar no 123, de 2006.

28. Quanto a disponibilidade orçamentária, em atenção ao art. 6º, XXIII, "j", c/c art. 18, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, consta declaração do setor competente acerca da previsão dos recursos orçamentários necessários para fazer face às despesas decorrentes da futura contratação, com a indicação da respectiva rubrica.

29. Os documentos de habilitação estão previstos na Minuta de Edital, e merece destaque a qualificação técnico-profissional e técnico-operacional. A matéria encontra regramento no art. 67 da Lei n. 14.133/2021, sendo que a legitimidade da exigência resta condicionada a certas premissas que, sob a síntese da Súmula nº 263 do Tribunal de Constas da União, acham-se assim:

> Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às **parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação de execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.**

30. O Termo de Referência detalha como se dará a comprovação da capacidade técnico

operacional, verifica-se que os atestados de capacidade técnica foram limitados a 50% dos quantitativos respectivos, corretamente, bem como, é previsto o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, nos seguintes termos:

> 9.36.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes; 9.36.1.2 contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do valor a ser contratado. 9.36.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação

31. Do que se observa do procedimento encaminhado à assessoria jurídica presentes estão os requisitos da fase de planejamento. O conteúdo de cunho administrativo, não será objeto de análise da assessoria jurídica, apenas os aspectos legais pertinentes a legislação federal, Lei n. 14.133/2021 e o Ato PGJ nº 05/2024.

32. Ademais, juntou-se aos autos a minuta do edital, e a minuta do termo contratual, esta elaborada em conjunto com a Coordenadoria de Contratos e Convênios, como preconiza o art. 16 do Ato PGJ nº 05/2024. O artigo 25 da Lei n.º 14.133/2021 prevê os elementos básicos de um edital:

> Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.
>
> § 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.
>
> § 2º Desde que, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar, não sejam causados prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, o edital poderá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra.
>
> § 3º Todos os elementos do edital, incluídos minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.
>
> § 4º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.
>
> § 5º O edital poderá prever a responsabilidade do contratado pela:
>
> I - obtenção do licenciamento ambiental;
>
> II - realização da desapropriação autorizada pelo poder público.

> § 6º Os licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados e contratados nos termos desta Lei terão prioridade de tramitação nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e deverão ser orientados pelos princípios da celeridade, da cooperação, da economicidade e da eficiência.
>
> § 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
>
> § 8º Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por:
>
> I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;
>
> II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.
>
> § 9º O edital poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por:
>
> I - mulheres vítimas de violência doméstica; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023) Vigência
>
> II - oriundos ou egressos do sistema prisional.

33. Nesse sentido, a minuta de edital juntada nos autos dispõe sobre: preâmbulo; objeto; condições para participação e credenciamento; cadastramento da proposta; abertura da sessão pública e classificação da proposta; início da disputa e formulação de lances; benefício às microempresas e empresas de pequeno porte; julgamento; negociação; verificação da conformidade ou da prova conceito; aceitabilidade da proposta; habilitação; declaração da licitante vencedora; recurso; adjudicação e homologação; infrações e sanções administrativas; assinatura do contrato; vigência e eficácia do contrato; controle e alterações de preços; obrigações do fornecedor; alterações de preços; classificação orçamentária; forma de pagamento; contrato, gestão e fiscalização; prazo e local de entrega dos materiais; regime de execução; extinção; impugnação ao edital e disposições gerais.

34. No que tange ao contrato administrativo, este é um instrumento pelo qual se prescreve um acordo de vontades vinculado a um objetivo relacionado à determinada prestação que detenha valor econômico, sujeito ao Direito Público.

35. O artigo 92 da Lei n.º 14.133/2021 preconiza as cláusulas necessárias nos contratos, ao passo que a minuta aposta no evento contempla os elementos exigidos, tais como: o objeto e seus elementos característicos; da vigência; modelo de execução do objeto ; modelo de gestão do contrato; da contratação; do preço; do pagamento; das obrigações da contratante; das

obrigações da contratada; infrações e sanções administrativas; da extinção contratual; da dotação orçamentária; da garantia de execução; dos casos omissos; das alterações; da vinculação ao edital; da publicidade; da proteção de dados; das disposições gerais; do foro; da assinatura.

36. Após a análise da minuta, não foram constatadas impropriedades jurídicas que impeçam, após o regular processo licitatório, a subscrição do instrumento pela Administração.

37. Conforme art. 54, *caput* e §1º, c/c art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Alagoas, bem como em jornal de grande circulação.

38. No caso, deve ser observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para a apresentação das propostas e lances, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto (art. 55, II, "a", Lei nº 14.133, de 2021).

39. Destaca-se também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, manifesta-se esta Consultoria Jurídica pela **REGULARIDADE JURÍDICA DA CONTRATAÇÃO, conforme controle prévio de legalidade,** nos termos do artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise deste órgão, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Ato PGJ nº 05/2024 e demais normas correlatas.

É o parecer, submetido à apreciação de Vossa Excelência.

Maceió, 24 de setembro de 2026.

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA
Consultora Jurídica da Procuradoria-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**24/09/2026 12:09:56**
Origem	**CONSULTORIA JURÍDICA (ELENISE DAUDT TENORIO DE SOUZA)**
Destino(s):	**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA - DG (LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **ELENISE DAUDT TENORIO DE SOUZA**, em 24/09/2026, às 12:09, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:24**.

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**24/09/2026 12:26:16**
Criador:	**LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO**
Resumo:	**Despacho Administrativo (920379)**

Acolho e ratifico o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Abertura de Processo Licitatório. Controle Prévio de Legalidade. Pregão Eletrônico. Contratação de empresa de engenharia especializada para executar, sob demanda, serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas Critério de Julgamento. Menor Preço Global. Empreitada por Preço Unitário. Modo disputa Aberto e Fechado. Presentes os artefatos da fase de Planejamento. Incidência da Lei nº 14.133/21. Ato PGJ nº 05/2024. Regularidade Jurídica. Aprovação."

Aprovo o edital. Vão os autos à Coordenadoria de Licitações para providências.

Movimento assinado eletronicamente por **LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO***, em 24/09/2026 12:26:16, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**25/09/2026 08:31:28**
Origem	**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA - DG (LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO)**
Destino(s):	**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA - DG (ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA)**
Resumo:	**Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO***, em 25/09/2026, às 08:31, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:24**.

Certidão / Informação (920272)

Data do Movimento:	**25/09/2026 08:32:53**
Criador:	**ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA**
Resumo:	**Certidão / Informação (920272)**

Certifico que o despacho foi publicado na Edição nº1672 do Diário Oficial Eletrônico do MP/AL, no dia 25 de setembro de 2026.

Isadora Aguiar Ferreira da Silva
Assessora de Gabinete

Movimento assinado eletronicamente por **ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA**, em 25/09/2026 08:32:53, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.08.1353.0000244/2026-55

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento:	**25/09/2026 08:34:13**
Origem	**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA - DG (ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA)**
Destino(s):	**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES (FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA)**
Resumo:	**Certificado de publicação**

Movimento assinado eletronicamente por **ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA**, em 25/09/2026, às 08:34, conforme art. 1º, III,'b', da Lei 11.419/2016.

Documento emitido por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA** em **29/09/2026 12:24**.

Eletrônico (920325)

Data do Movimento:	**28/09/2026 10:27:14**
Criador:	**FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**
Resumo:	**Edital de licitação**

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026
GED Nº 20.08.1353.0000244/2026-55

OBJETO: Serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
ABERTURA: 13/10/2026 às 09:00 no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
UASG: 453791
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 49/2026
INFORMAÇÕES GERAIS: O edital encontra-se disponível em www.gov.br/pncp.
Maceió, 24 de setembro de 2026.

FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA
Coordenador de Licitações

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 28/09/2026 10:27:14, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **Edital**

Data de Criação: **28/09/2026 10:26:52**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO
49/2026

CONTRATANTE (UASG)
453791

OBJETO
Serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
R$ 992.334,93 (novecentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia 13/10/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço global

MODO DE DISPUTA:
Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS
Sim

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026

GED Nº 20.08.1353.0000244/2026-55

Torna-se público que o Ministério Público do Estado de Alagoas, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediado na Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço – Maceió/AL, CEP 57.025-400, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa de engenharia especializada para executar, sob demanda, serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.6.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.6.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.6.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.4 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.5 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.6 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.6.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.6.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.6.9 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.6.10 Constituída sob a forma de sociedade por ações;

3.6.11 Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.7. A falsidade da declaração de que tratam os itens 3.3 e 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total do item, apresentados conforme item 9.2 do Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 100,00 (cem reais).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá o modo de disputa aberto e fechado e os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro

horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.16.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.16.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Alagoas;

5.19.2. Empresas brasileiras;

5.19.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e

6.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.2.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

6.6.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio expressamente admitido pela Administração.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por meio da Seção de Engenharia em engenharia@mpal.mp.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

7.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14.3 suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.14.4 suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.mpal.mp.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.6. Fraudar a licitação;

9.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licitacao@mpal.mp.br, devendo o interessado fazer referência a que edital se refere.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR),

para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

11.4. Os prazos dos itens 11.2 e 11.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.mpal.mp.br.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. Anexo I – Termo de Referência;

12.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Termo de Ciência e Vínculo;

12.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Termo de Recebimento Provisório;

12.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Termo de Recebimento Definitivo;

12.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato.

Maceió, 24 de setembro de 2026.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

APÊNDICE DO ANEXO I – TERMO DE CIÊNCIA E VÍNCULO

APÊNDICE DO ANEXO I – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

APÊNDICE DO ANEXO I – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

ARQUIVOS EM ANEXO AO EDITAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/____, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS E _____, PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS COMUNS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA E DE MODERNIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES UTILIZADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS.

CONTRATANTE: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**, CNPJ nº 12.472.734/0001-54, com sede na Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, na cidade de Maceió-AL, CEP 57025-400, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, (nome do representante), CPF nº.....

CONTRATADO(A): **(nome em negrito e caixa alta)**, CNPJ nº....., com sede (endereço completo), doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, representado(a) por seu(sua) (cargo do representante), (nome do representante), CPF nº.....

Tendo em vista o que consta no Expediente nº …….. e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ……../……, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de de empresa de engenharia especializada para executar, sob demanda, serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização de edificações.	1627	Unidade	1	R$ 992.334,93	R$ 992.334,93

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ ..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.3. Demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.4. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar os responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC),quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a

ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de Suboperadores e Subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes desta contratação poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA – 2024 – 2027, no programa de trabalho: 03.122.1011.5228 – manutenção das atividades do Ministério Público, PO – 00259 – manutenção e funcionamento da tecnologia da informação, natureza de despesa: 339040 – serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.

As despesas decorrentes deste processo poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA – 2024 – 2027, no programa de trabalho: 03.122.1011.5228 – manutenção das atividades do Ministério Público, PO – 000519 – conservação e adaptação das unidades do Ministério Público, natureza de despesa: 339039 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Maceió, Estado de Alagoas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Maceió-AL, …… de …… de ……..

Pela **CONTRATANTE:** Pela **CONTRATADA:**

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Anexo 2

Descrição do Arquivo: **Publicações**

Data de Criação: **28/09/2026 10:26:52**

Edital nº 49/2026

Última atualização 24/09/2026

Acessar Contratação Acessar Processo Eletrônico

Órgão/Entidade: 12.472.734/0001-52 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE ALAGOAS

Unidade compradora: 453791 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS **Localidade da Unidade:** Maceió/AL

Órgão/Entidade sub-rogado: não informado **Unidade compradora sub-rogada:** não informada

Localidade da Unidade sub-rogada: não informada

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto-Fechado **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Estadual

Data de divulgação no PNCP: 24/09/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 25/09/2026 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 13/10/2026 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 12472734000152-1-000047/2026 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 992.334,93	R$ 0,00

Itens | Arquivos | Atas de Registro de Preço | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário
1	Manutenção / Reforma Predial Manutenção / Reforma Predial Conforme TR.	1	R$ 992.334,9

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Inspeção Permanente – 6ª Procuradoria de Justiça Criminal (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000844-5)
Inspeção Permanente – 7ª Procuradoria de Justiça Criminal (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000779-0)
Inspeção Permanente – 5ª Procuradoria de Justiça Cível (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000833-4)
Inspeção Permanente – 6ª Procuradoria de Justiça Criminal (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000846-7)
Inspeção Permanente – 5ª Procuradoria de Justiça Criminal (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000807-8)
Inspeção Permanente – 6ª Procuradoria de Justiça Criminal (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000842-3)
Inspeção Permanente – 5ª Procuradoria de Justiça Cível (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000834-5)
Inspeção Permanente – 6ª Procuradoria de Justiça Criminal (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000843-4)
Inspeção Permanente – 5ª Procuradoria de Justiça Criminal (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000803-4)
Inspeção Permanente – 7ª Procuradoria de Justiça Cível (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000854-5)
Inspeção Permanente – 5ª Procuradoria de Justiça Criminal (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000804-5)
Inspeção Permanente – 5ª Procuradoria de Justiça Cível (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000839-0)
Inspeção Permanente – 7ª Procuradoria de Justiça Cível (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000855-6)
Inspeção Permanente – 5ª Procuradoria de Justiça Criminal (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000801-2)
Inspeção Permanente – 6ª Procuradoria de Justiça Criminal (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000841-2)
Inspeção Permanente – 7ª Procuradoria de Justiça Cível (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000856-7)
Inspeção Permanente – 5ª Procuradoria de Justiça Criminal (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000802-3)
Inspeção Permanente – 5ª Procuradoria de Justiça Criminal (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000800-1)
Inspeção Permanente – 5ª Procuradoria de Justiça Cível (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000840-1)
Inspeção Permanente – 9ª Procuradoria de Justiça Cível (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000816-7)
Inspeção Permanente – 7ª Procuradoria de Justiça Cível (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000857-8)
Inspeção Permanente – 9ª Procuradoria de Justiça Cível (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000817-8)
Inspeção Permanente – 5ª Procuradoria de Justiça Cível (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000836-7)
Inspeção Permanente – 7ª Procuradoria de Justiça Cível (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000858-9)
Inspeção Permanente – 9ª Procuradoria de Justiça Cível (Processo SAJ/MP nº 10.2026.00000818-9)

EXTRATO DAS DECISÕES DOS PROCESSOS DE INSPEÇÃO PERMANENTE ACIMA REFERIDOS:
Trata-se de Inspeções Permanentes, instauradas com a finalidade de mensurar a qualidade do trabalho, nos autos em que oficiaram os Promotores de Justiça, inspeções estas realizadas por Procurador(a) de Justiça, nos termos do artigo 4º da Resolução CPJ nº. 04/2017. [...] No caso em análise, acolho integralmente o parecer da douta Assessoria Técnica desta Corregedoria-Geral, que passa a integrar o presente despacho. Não tendo sido constatada nenhuma irregularidade, determino, pois, o arquivamento dos procedimentos em epígrafe.

Secretaria-Geral da Corregedoria-Geral, em Maceió, 24 de setembro de 2026.

Administrativo

Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026
GED Nº 20.08.1353.0000244/2026-55

OBJETO: Serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
ABERTURA: 13/10/2026 às 09:00 no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
UASG: 453791
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 49/2026
INFORMAÇÕES GERAIS: O edital encontra-se disponível em www.gov.br/pncp.

Maceió, 24 de setembro de 2026.

FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA

MUNICÍPIO DE CACIMBINHAS
AVISO DE EDITAL
CREDENCIAMENTO Nº 01/2026 - SMAS

O Município de Cacimbinhas/AL, através da Secretaria Municipal de Assistência Social torna público o Edital de: Credenciamento nº 01/2026, cujo objeto consiste no cadastramento de instituições reconhecidas como Organizações da Sociedade Civil (OSC), com vistas a possíveis e futuras parcerias na área da assistência social. – Edital e Informações: No Portal da Transparência do Município, pessoalmente na sede da Prefeitura, localizada na Praça 19 de setembro, 101, Centro, Cacimbinhas/AL, CEP: 57.570-000, das 08:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou mediante solicitação enviada ao e-mail: assistenciasocial@cacimbinhas.al.gov.br

PAULLYANA APARECIDA MONTEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA

AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Pública 11/2026
Processo Nº 0500.010331.2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para Prestação de serviço de publicidade para realização de atividades integradas que possibilite o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e na distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Edital, Lei Federal n. 12.232/2010, com complemento da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, combinado com a Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Lei n º 4.680/65 e Decreto Federal nº 57.690/66.
O procedimento licitatório se dará, excepcionalmente, na forma presencial, com a apresentação das propostas técnica, de preço e dos documentos de habilitação de forma física, levando em consideração que a manutenção da forma presencial, com apresentação das propostas técnica, de preço e documentos de habilitação justifica-se pela exigência legal quanto à garantia do sigilo na não identificação dos licitantes no Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, na forma do disposto no artigo 6º, inciso IV da Lei Federal n. 12.232/2010. Conforme justificativas no edital.
Critério de Julgamento: Técnica e Preço
Data: 19 de novembro de 2026
Horário: 09:00HS (Horário de Brasília/DF)
E-MAIL: **cpl@delmirogouveia.al.gov.br**
Fechado/Aberto)
Comissão Técnica será composta pelos seguintes membros titulares:
I – **José Welinton dos Santos Rocha,** Radialista, inscrito no CPF nº ###.760.3##-##;
II – **José Ferreira dos Santos,** Assessor de Imprensa, inscrito no CPF nº ###.329.3##-##;
III – **Alexandre Nelio de Carvalho Broca,** Jornalista, inscrito no CPF nº ###.978.1##-##.
Art. 3º Ficam designados como membros suplentes da Subcomissão Técnica:
I – **Pablo Vitor Anjos Sarafim**, Radialista, inscrito no CPF nº ###.929.0##-##;
II – **José Gilson Feitosa, Radialista,** inscrito no CPF nº ###.645.7##-##;
III – **Adalberto Gomes Correia, Radialista**, inscrito no CPF nº ###.623.8##-##.
Agente de Contratação: Elaine Caroline Rodrigues Martins
Matrícula N.º 4712

Rosangella Freire R. M. Costa
Secretária Municipal de Administração
Decreto Nº 012/2025 de 10/01/2025

MUNICÍPIO DE PENEDO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
Processo Administrativo nº 2025.26111600853.PROCADM.PMP

O MUNICÍPIO DE PENEDO, ESTADO DE ALAGOAS, através de seu Pregoeiro, torna público o Edital do Pregão Eletrônico Nº 26/2026 fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO E CORTINAS DE AR, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DEPENDÊNCIAS DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.** Os interessados poderão obter o Edital no Portal da Transparência do Município de Penedo e no Portal de Licitações da Bolsa Nacional de Compras (BNC) **www.bnc.org.br** e no PNCP. Data da disputa: 15 de outubro de 2026, às 09 horas, Linda Gleicy – Pregoeira.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026

GED Nº 20.08.1353.0000244/2026-55 OBJETO: Serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. ABERTURA: 13/10/2026 às 09:00 no endereço eletrônico www.gov.br/compras. UASG: 453791. NÚMERO DA LICITAÇÃO: 49/2026 INFORMAÇÕES GERAIS: O edital encontra-se disponível em www.gov.br/pncp. Maceió, 24 de setembro de 2026. FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA. Coordenador de Licitações

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026

GED Nº 20.08.1330.0000279/2026-37 OBJETO: Emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade mínima de 36 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. ABERTURA: 14/10/2026 às 09:00 no endereço eletrônico www.gov.br/compras. UASG: 453791 NÚMERO DA LICITAÇÃO: 50/2026. INFORMAÇÕES GERAIS: O edital encontra-se disponível em www.gov.br/pncp. Maceió, 24 de setembro de 2026. FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA. Coordenador de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAÇABUÇU/AL
AVISO DE REABERTURA PRAZO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026-SRP Tipo: Menor Preço – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIÊNTES Data/Horário: 13 de outubro de 2026 às 09:00hs (nove horas – horário de Brasília). Os editais encontram-se disponível no site http07/www.bnc.org.br, https://piacabucu.al.gov.br/, na Sede da Secretaria Municipal de Compras, Convênios e Licitações, sediado na Praça São Francisco de Borja, s/n, Centro, Piaçabuçu/AL, das 08 às 14 horas em dias úteis, e mediante solicitação enviada ao e-mail Licipmp@gmail.com. Piaçabuçu/AL, 24 de setembro de 2026. Bruno Alexandro André do Nascimento. Pregoeiro

MUNICÍPIO DE CACIMBINHAS
TERMO DE REVOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Cacimbinhas/AL, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO o pedido de descredenciamento apresentado pela empresa MULTIPLUS SERVIÇOS MÉDICOS E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 35.041.147/0001-04 para o Edital de Credenciamento nº 01/2025;
CONSIDERANDO a manifestação da Comissão de Contratação constante nos autos em epígrafe;
CONSIDERANDO que houve apenas uma interessada no credenciamento;
CONSIDERANDO a necessidade de revisão do objeto;
CONSIDERANDO a aprovação deste Gestor acerca do Pedido de Descredenciamento, SEM aplicação de sanção;
DECIDO:
i. ACOLHER o pedido de desistência da MULTIPLUS SERVIÇOS MÉDICOS E CONSULTORIA LTDA quanto ao Contrato nº CR01/2025-1, dispensando a respectiva assinatura, sem aplicação de penalidade;
ii. DETERMINAR o descredenciamento da MULTIPLUS SERVIÇOS MÉDICOS E CONSULTORIA LTDA no âmbito do Credenciamento nº 001/2025, com fundamento no item 13.2, alíneas 'a' e 'e', do Edital, combinado com o art. 71, §2º e §4º, da Lei nº 14.133/2021;
iii. REVOGAR o presente certame com fundamento no item 13.1 do Edital, combinado com o art. 71, §2º e §4º, da Lei nº 14.133/2021;

Cacimbinhas/AL, 24 de setembro de 2026.
WLADIMIR ARAÚJO WANDERLEY
Prefeito

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº: 13/2026
Processo Administrativo nº: 65/2026
Data e horário da sessão pública: 08/10/2026 às 08:00 horas.
Edital e anexos disponível em: https://bnc.org.br, https://jacuipe.al.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
O Município de Jacuípe/AL, por intermédio do Setor de Licitações, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/21, objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de material esportivo.
Pregão Eletrônico nº: 14/2026
Processo Administrativo nº: 66/2026
Data e horário da sessão pública: 08/10/2026 às 11:00 horas.
Edital e anexos disponível em: https://bnc.org.br, https://jacuipe.al.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
O Município de Jacuípe/AL, por intermédio do Setor de Licitações, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/21, objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus para a frota municipal.

Tiago Feitosa da Silva
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE SESSÃO PÚBLICA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026 – PROCESSO Nº 07220014/2026

A Prefeitura Municipal de Piranhas/AL, por meio de seu Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que a sessão pública da licitação em epígrafe, designada para 21/09/2026, às 10h00, não foi realizada em razão de impedimento superveniente do Agente de Contratação por motivo de saúde. Fica, assim, designada nova data para sua realização.
Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para execução da obra de revitalização da infraestrutura do Parque Ecológico Pedra do Sino, compreendendo a reforma da edificação existente, a recuperação da estrada de acesso, a implantação de estacionamento, a qualificação da entrada da trilha com pórtico e a instalação de mobiliários urbanos, no Município de Piranhas/AL.
Valor estimado: R$ 855.079,52.
Nova data: 29 de setembro de 2026, às 10h00 (horário de Brasília), com recebimento de propostas até esse horário.
Local: Plataforma LICITANET – **https://www.licitanet.com.br/**.
As propostas já cadastradas na plataforma permanecem válidas, facultada aos licitantes sua retirada ou substituição até a abertura da sessão. Permanecem inalteradas as demais condições do edital, que está disponível, com seus anexos, no PNCP, na Plataforma Licitanet.
Informações: **licitacoes@piranhas.al.gov.br**.
Piranhas/AL, 23 de setembro de 2026.
José Ferreira de Lima Neto
Agente de Contratação

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE SESSÃO PÚBLICA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026 – PROCESSO Nº 09010050/2026

A Prefeitura Municipal de Piranhas/AL, por meio de seu Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, a alteração da data de abertura da sessão pública da licitação em epígrafe, anteriormente designada para 28/09/2026, às 10h00, em virtude do feriado municipal alusivo ao Dia da Resistência Piranhense, instituído pela Decreto Municipal nº 02 de janeiro de 2026, data em que não haverá expediente na Administração Municipal.
Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução das obras de construção de quadras poliesportivas escolares no Município de Piranhas/AL.
Valor estimado: R$ 963.815,81.
Nova data: 29 de setembro de 2026, às 11h00 (horário de Brasília), com recebimento de propostas até esse horário.
Local: Plataforma LICITANET – **https://www.licitanet.com.br/**.
As propostas já cadastradas na plataforma permanecem válidas, facultada aos licitantes sua retirada ou substituição até a abertura da sessão. Permanecem inalteradas as demais condições do edital, que está disponível, com seus anexos, no PNCP, na Plataforma Licitanet.
Informações: **licitacoes@piranhas.al.gov.br**.
Piranhas/AL, 23 de setembro de 2026.
José Ferreira de Lima Neto
Agente de Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026.

OBJETO: Solução integrada para implantação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede, do tipo on-grid, para atender às necessidades do Município de Matriz de Camaragibe/AL, conforme quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Data: 09 de outubro de 2026 às 10h00m. (horário local). O edital encontra-se a disposição dos interessados através do site http://www.bnc.org.br Dúvidas através do e-mail licitacoesmatrizdecamaragibe@gmail.com.
Fernando Lima Henrique Lima Cavalcante
Prefeito.

AVISOS DE LICITAÇÃO PE Nº 16/2026

OBJETO: SRP – Manutenção de Veículos destinados ao Transporte Escolar. data/horário: 09 de outubro de 2026, às 10:30hs . A licitação ocorrerá na Plataforma BNC. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados, e através do email cplmonteiropolis@gmail.com. e no site do www.monteiropolis.al.gov.br.
Monteirópolis AL, 25 de setembro de 2026.
Isaque Silva Melo
Agente de Contratação

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS

AVISO DE LICITAÇÃO

A DPE/AL (UASG: 457697) torna pública a realização da seguinte licitação:
Pregão Eletrônico n° 56/2026 - Objeto: registro de preços para eventual e futura aquisição de ferramentas e acessórios - Data e Horário da sessão pública: 16 de outubro de 2026 às 08:00 horas. O edital pode ser consultado gratuitamente no sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**, maiores informações através do e-mail **cpl@al.def.br**
Maceió/AL, 24 de setembro de 2026
Meliana Moreira Martin
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM GOMES
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Joaquim Gomes, através da CPL, avisa que realizará licitação na MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026 – com inversão de fases. Data da Abertura da sessão: **10 de outubro de 2026 - Horário: 08:00 horas (horário de Brasília/DF); Data de Disputa de Lances: 10 de outubro de 2026 - Horário: 08:05 horas (horário de Brasília/DF)**. Tipo: menor preço global. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA A CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO E SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL DA COMUNIDADE INDÍGENA WASSU COCAL.** Os interessados poderão retirar o Edital na sede Administrativa da Prefeitura e através do portal http://www.joaquimgomes.al.gov.br, através do sistema BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br). Dúvidas através do e-mail comissaodecontratacaojg@gmail.com
Joaquim Gomes (AL), 23 de setembro de 2026.

Rita de Cássia Cavalcante Andrade de Morais
Prefeita

Walter S. V. de Carvalho
Pregoeiro – Agente de Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico n.º: 14/2026
Processo Administrativo nº: 07270004/2026
Tipo: Menor preço por item;
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de informática visando atender as necessidades do município de Olivença/AL.
Data de realização: 08 de outubro de 2026 às 10h00min (horário local).
O Edital encontra-se disponível no site http://www.bnc.org.br, http://www.https://transparencia.olivenca.al.gov.br/licitacao, na sede da CPL, situada na Rua Vereador Félix da Silva, nº 54, Centro, Olivença/AL, CEP: 57.550-000, das 08:00 às 14:00 horas em dias úteis, e mediante solicitação enviada ao e-mail cpl@olivenca.al.gov.br.

Olivença/AL, 24 de setembro de 2026.
Douglas Silva Sobrinho
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA/AL
AVISOS DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 22/2026 Processo Administrativo nº 07230015/2026
Tipo: Menor preço por lote Disponibilidade: www.licitanet.com.br Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos, dispositivos móveis, suprimentos e acessórios de informática, conforme especificações técnicas e quantitativos constantes no Termo de Referência e demais documentos anexos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias de Administração, Planejamento e Finanças, Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Cultura da Prefeitura Municipal de Pariconha – AL. Data de realização: 22 de outubro de 2026, às 08h30. Informações: licitacaopariconhaal@gmail.com.

Pregão Eletrônico nº 24/2026 Processo Administrativo nº 08310012/2026
Tipo: Menor preço por lote Disponibilidade: www.licitanet.com.br Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de materiais, equipamentos e acessórios esportivos, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social e Cultura, Turismo, Esporte, Juventude, Comunicação e Lazer, bem como suas respectivas Unidades Municipais, garantindo suporte às práticas esportivas, programas sociais, atividades escolares, ações de saúde e eventos culturais e comunitários. Data de realização: 21 de outubro de 2026, às 08h30. Informações: licitacaopariconhaal@gmail.com. José Ferreira de Lima Neto. Agente de Contratação

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO URBANO - SETRAND/AL

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 926666 – 23/2026 CPL/AL – Turma 1
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E:05501.0000003882/2026

O **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS – DER/AL**, por meio da Comissão Permanente de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas – CPL/AL, comunica às empresas interessadas que fará **realizar às 10:00 horas do dia 10 de novembro de 2026**, em sessão pública, a Concorrência Eletrônica nº 926666 – 23/2026 CPL/AL, adotando o critério de julgamento do tipo menor preço, com o modo de disputa aberto, realizada em um único item, tendo como objeto a contratação de empresa de engenharia especializada para a **execução das obras de implantação e pavimentação da rodovia de ligação (Vicinal Classe III), correspondente ao trecho que se inicia na Rodovia BR-101 (coordenadas N 89191,329; E 821092,486), no Município de São Miguel dos Campos, seguindo na direção noroeste até o Município de Boca da Mata (coordenadas N 8933150,886; E 807998,227), com extensão total de 20,60 km**, em conformidade com as condições, quantidades e exigências e especificações técnicas que integram o Edital. A sessão pública será realizada eletronicamente no Portal de Compras do Governo Federal – **http://www.comprasnet.gov.br**, no dia e horário marcados. A presente licitação e a contratação dela decorrente têm fundamento legal na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Estadual 95.735, de 22 de fevereiro de 2024. A abertura da sessão da presente licitação e a apresentação da Proposta ou dos documentos de Habilitação, quando for o caso, deverá obedecer ao horário e data supramencionados. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras do Governo Federal – **http://www.comprasnet.gov.br**, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como, no sistema SEI/AL - **https://sei.al.gov.br**, podendo ser solicitado por meio do endereço eletrônico: **cpl@setrand.al.gov.br**. Informações adicionais pelo telefone (82) 98802-3586.
Maceió (AL), 24 de setembro de 2026.
JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO GAMA ALBUQUERQUE
Coordenador Geral de Licitações e Contratos Administrativos
Presidente da CPL/AL

JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE
Portal TRIBUNAHOJE.com
PUBLICIDADE LEGAL É COM A GENTE.
Solicite seu orçamento pelo e-mail:
comercial.tribunaindependente@gmail.com
Único jornal Standard de circulação diária no Estado de Alagoas



19 Anos
JORGRAF
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E TRABALHO DOS JORNALISTAS E GRÁFICOS DO ESTADO DE ALAGOAS

COOPERATIVISMO EM PROL DO JORNALISMO COM CREDIBILIDADE

JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE | TRIBUNA HOJE.com | TRIBUNA HOJE TV | TRIBUNA POD | GRÁFICA TRIBUNA

JORNAL | PORTAL DE NOTÍCIAS | TV | PODCAST | GRÁFICA

WWW.TRIBUNAHOJE.COM

@TRIBUNAHOJE_ @TRIBUNA_HOJE /TRIBUNAHOJE /PORTALTRIBUNA

ASSINADO POR
COOPERATIVA DE PRODUCA
E TRA - PJ
CNPJ 08951056000133
ACT-Safeweb 24/09/2026 22:19:30

Despacho Administrativo (920379)

Data do Movimento:	**28/09/2026 12:00:20**
Criador:	**FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**
Resumo:	**Ato nº 63/2020, do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas**

Com o intuito de atender as exigências do Art. 2º do Ato nº 63/2020, do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, foram encaminhados os documentos relacionados no Anexo II daquele Ato, conforme protocolo em anexo.

Movimento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA**, em 28/09/2026 12:00:20, conforme art. 1º, III,"b", da Lei 11.419/2016.

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **Protocolo**

Data de Criação: **28/09/2026 12:00:21**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS

TERMO DE CADASTRAMENTO DE PROTOCOLO

Segunda, 28 de Setembro de 2026

Unidade Gestora: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Orgão de Origem:

Cadastrante: FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA

A Unidade Gestora MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL CNPJ 12472734000152, realizou o cadastramento do protocolo de LICITAÇÃO/CONTRATOS/CONVÊNIOS/CONGÊNERES/CONSULTA - AQUISIÇÃO DE BENS / SERVIÇOS / FASE INTERNA de número 017293/2026. O cadastramento foi realizado pelo(a) FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA, CPF 06599722474, no dia 28/09/2026 às 11:53 horas.

Número do
Edital:
49/2026.

• OFÍCIO

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• AUDIÊNCIA PÚBLICA - ART. 39 DA LEI Nº 8.666/1993, QUANDO FOR O CASO;

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• EDITAL E MINUTA DO CONTRATO;

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não

recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• PUBLICAÇÃO DO EDITAL.

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO, COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES E NORMAS DE EXECUÇÃO PERTINENTES AO OBJETO DA LICITAÇÃO, QUANDO FOR O CASO;

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• ATO DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DO OU DO RESPONSÁVEL PELO CONVITE;

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• AUTORIZAÇÃO DO CERTAME PELO GESTOR/AUTORIDADE COMPETENTE;

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• PARECER JURÍDICO

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INFORMATIVO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA; DISPONIBILIDADE FINANCEIRA;

Atenção:
Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não

recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.

• ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS; QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS;

Atenção:

Conforme estabelecido no artigo 1º, § 3º e § 4º da Resolução Normativa nº 007/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, informamos que este expediente estará em análise de admissibilidade pelo setor de Protocolo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja emitida certidão de recebimento ou não recebimento, a qual será anexada no próprio expediente.